UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

CIRO VALERIO TORRES DA SILVA

Do Social ao Sustentável: poder e discurso de sustentabilidade nos relatórios anuais de grandes empresas brasileiras no século XXI

Niterói
Dezembro de 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

CIRO VALERIO TORRES DA SILVA

Do Social ao Sustentável: poder e discurso de sustentabilidade nos relatórios anuais de grandes empresas brasileiras no século XXI

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: **Prof. Dr. Carlos Henrique Serra**
Coorientador: **Prof. Dr. Leonardo Castro**

Niterói
2017

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

S586s Silva, Ciro Valerio Torres da
Do Social ao Sustentável: poder e discurso de sustentabilidade nos relatórios anuais de grandes empresas brasileiras no século XXI / Ciro Valerio Torres da Silva ; Carlos Henrique Serra, orientador ; Leonardo Castro, coorientador. Niterói, 2017.
202 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

DOI: http://dx.doi.org/10.22409/PPGCP.2017.d.00483763705

1. Sustentabilidade. 2. Responsabilidade Social. 3. Empresas. 4. Relatório Anual. 5. Produção intelectual. I. Título II. Serra,Carlos Henrique, orientador. III. Castro, Leonardo, coorientador. IV. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

CDD -

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán - CRB7/2318

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

CIRO VALERIO TORRES DA SILVA

Do Social ao Sustentável: poder e discurso de sustentabilidade nos relatórios anuais de grandes empresas brasileiras no século XXI

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof. Dr. Carlos Henrique Serra (Orientador)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

.....
Prof. Dr. Leonardo Castro (Coorientador)
Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz)

.....
Prof. Dr. Claudio de Farias Augusto
Universidade Federal Fluminense (UFF)

.....
Prof. Dr. Carlos Sávio Teixeira
Universidade Federal Fluminense (UFF)

.....
Profa. Dra. Alessandra Maia Terra de Faria
Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

.....
Prof. Dr. João Roberto Lopes Pinto
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Niterói
2017

Dedico esta tese aos meus Orixás e protetores espirituais. Sem eles nada faz sentido nesta vida. Axé!

Aos meus pais, o começo de tudo. Apesar de todas as dificuldades e lutas que passaram nesta vida, sempre entenderam o estudo como um bem maior. E me deram as bases e o apoio necessário para chegar até aqui.

Para minha mulher, amiga, companheira e mãe dos meus filhos. Wal, sem você eu jamais teria conseguido!

Aos meus filhos, Gabriel e João Pedro, para tentar ser um exemplo, com muito amor!

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que contribuíram de maneira relevante para realização desta tese e ao apoio que recebi da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP da UFF), na figura do coordenador e meu orientador, professor Carlos Henrique Serra, que me apoiou e me incentivou desde o primeiro momento a retomar meus estudos. Obrigado por tudo professor. Agradeço também ao meu coorientador, professor Leonardo Castro, pelas críticas e dicas precisas. Aos professores do mestrado e do doutorado do PPGCP da UFF, o meu muito obrigado sincero. Aqui é minha casa, aqui é minha escola desde a graduação. Com vocês, professores e professoras, aprendi quase tudo que sei das ciências humanas e sociais.

Agradeço ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) por ter me dado a oportunidade de aprender, debater e tentar entender – e até tentar mudar a sociedade – a partir desse tema. Obrigado Herbert de Souza, obrigado João Sucupira. Foram nas Análises de Conjuntura que aprendi outro tanto.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) por acreditar na minha capacidade profissional como docente há 17 anos, na figura das minhas coordenadoras e supervisoras diretas, Ana Heloísa Lemos e Renata Kurtz. Como educador tento ajudar na formação dos futuros administradores no IAG; explicando que sem ética, transparência e responsabilidade socioambiental nenhuma organização – pública ou privada – pode ser bem gerida ou funcionar bem. Muito menos contribuir positivamente para este complexo mundo contemporâneo.

E por último, mas não menos importante, agradeço ao sistema público e gratuito de ensino do nosso país, na figura de todos os professores e professoras da rede estadual e federal de ensino do Estado do Rio de Janeiro. Pois sem escolas de excelência como o Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro, a Escola Técnica Federal de Química e a Universidade Federal Fluminense; jamais o filho de um migrante nordestino e de uma trabalhadora pobre, nascido na baixada fluminense, teria chegado até aqui.

O capitalismo não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção e, assim, o conjunto das relações sociais.

...melhorias administrativas, que se processam no terreno dessas relações de produção, e, portanto, nada alteram a relação entre capital e trabalho, no melhor dos casos, diminuem para a burguesia os custos do seu domínio e simplificam a sua gestão do Estado.

Karl Marx

RESUMO

Esta tese analisou de maneira crítica os relatos sociais anuais corporativos publicados no final do século XX e os relatórios de sustentabilidade divulgados no século XXI por oito grandes empresas brasileiras selecionadas (Aracruz/Fibria, Banco do Brasil, Eletropaulo/AES, Gerdau, Natura, Odebrecht, Petrobras e Usiminas), buscando entender de que forma ocorreu esta transição do discurso do social para o discurso do sustentável, a partir de um olhar crítico da ciência política. Foi desenvolvida uma discussão sobre poder e institucionalização relacionada aos conceitos de sustentabilidade, liberalismo democrático, utilitarismo e ação social empresarial ao longo das últimas décadas. Também foram apresentados os modelos de balanço social do Ibase e da Global Reporting Initiative (GRI) – além de outras normas, padrões e diretrizes que as empresas adotaram nos últimos anos – a partir de uma análise e uma discussão crítica sobre a participação de organizações e eventos globais de governança, como as conferências das Nações Unidas e as grandes empresas multinacionais de auditoria, participando ativamente neste debate sobre a incorporação e a institucionalização de novos e renovados discursos sobre o papel e a atuação econômica, social e ambiental das grandes empresas em nossa sociedade. Assim, consideramos que muitas vezes, velhas práticas foram apresentadas com novas nomenclaturas, dentro de um discurso difuso de bem comum e total ausência de conflitos, buscando legitimar a atuação de organizações empresariais no mundo contemporâneo, muitas vezes, responsáveis e corresponsáveis, pela própria degradação ambiental, as violações de direitos e a corrupção que as ferramentas de responsabilidade social e sustentabilidade visam atenuar.

Palavras-chave: empresa, responsabilidade social corporativa, balanço social, ação sustentável, GRI, utilitarismo, democracia liberal, teoria institucional, desenvolvimento sustentável, relatório anual de sustentabilidade.

ABSTRACT

This thesis critically analyzed the corporate social reports published at the end of the 20th century and the reports of sustainability published in the twenty-first century by eight large Brazilian companies (Aracruz/Fibria, Banco do Brasil, Eletropaulo/AES, Gerdau, Natura, Odebrecht, Petrobras and Usiminas), trying to understand how this transition occurred from the discourse of the social to the discourse of sustainable, from a critical view of political science. A discussion on power and institutionalization related to the concepts of sustainability, democratic liberalism, utilitarianism and corporate social action over the last decades was developed. The Ibase social balance models and Global Reporting Initiative (GRI) - as well as other norms, standards and guidelines that companies have adopted in recent years - have been presented, based on a critical analysis and discussion on the participation of organizations and such as the United Nations conferences and large multinational accounting firms, actively participating in this debate on the incorporation and institutionalization of new and renewed discourses on the economic, social and environmental role and performance of large companies in our society. Thus, we consider that often old practices were presented with new nomenclatures, within a diffuse discourse of common good and total absence of conflicts, seeking to legitimize the performance of business organizations in the contemporary world, often they were responsible and co-responsible for the degradation environmental, rights violations and corruption that the tools of social responsibility and sustainability seek to alleviate.

Keywords: company, corporate social responsibility, social balance, sustainable action, GRI, utilitarianism, liberal democracy, institutional theory, sustainable development, annual sustainability report.

SUMÁRIO

Apresentação e Introdução.....13

Capítulo 1 - Referencial Teórico..... 25

1.1 - Do Liberalismo Democrático ao Capitalismo (pouco responsável)..... 26

1.2 - O Sustentável, Conferências ONU e Tripé da Sustentabilidade..... 43

1.3 - A Teoria Institucional e a Institucionalização da Sustentabilidade..... 50

Capítulo 2 - Do Social..... 54

2.1 - O Social e as Empresas no Século XX..... 66

2.2 - Os Balanços Sociais Empresariais..... 69

2.3 - O Balanço Social Modelo Ibase..... 74

Capítulo 3 - Do Sustentável..... 81

3.1 - A Sustentabilidade e os Relatórios GRI no Século XXI..... 84

3.2 - A Estrutura do Modelo da Global Reporting Initiative (GRI)..... 89

Capítulo 4 - Análise dos Relatórios Empresariais no Século XX e no XXI..... 95

Considerações Finais.....168

Referências Bibliográficas.....179

Anexos.....185

ÍNDICES

FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Figura 1 – Balanços sociais por ano de publicação 80

Tabela 1 – Publicação de Relatórios de Sustentabilidade no Brasil..... 87

Quadro 1 – Categorias e aspectos das diretrizes..... 93

Quadro 2 – As Maiores Empresas por Patrimônio..... 97

Quadro 3 – Relação Vantagem Comercial e Oportunidades..... 100

Figura 2 – Leitores Externos do Relatório – John Elkington..... 105

Figura 3 – Site da Odebrecht.....139

Quadro 4 – Política de Responsabilidade Social da Petrobras.....154

Figura 4 – Lista de certificações e sistemas de gestão da Usiminas.....164

Apresentação e Introdução

Esta tese visa compreender de que forma o conceito “sustentabilidade” vem sendo incorporado ao discurso de cunho social e ambiental de grandes empresas brasileiras desde o final do século XX até a segunda década do XXI, tentando analisar e compreender o quanto estas práticas e a forma de relatá-las, a partir de padrões e/ou modelos de relatórios anuais, normas e certificações; encontram-se ancoradas ou não no debate teórico e conceitual sobre sustentabilidade - mesmo que este seja um conceito ainda em discussão e motivo de muitas disputas em seu significado (VEIGA, 2010).

Para isso, desenvolvemos no Capítulo 1 o Referencial Teórico deste trabalho, a partir da discussão sobre liberalismo e democracia, como a base do social nas empresas, em um debate sobre a ética utilitarista e a democracia liberal, que justifica a igualdade de oportunidades na sociedade; mas que muitas vezes, no momento da solução concreta de manutenção do lucro e poder das grandes empresas no mundo contemporâneo, se distanciam muito dessa igualdade. Neste capítulo discutimos também o conceito de sustentabilidade e a sua relação com as instituições de governança global, como as Nações Unidas e outros interesses difusos no discurso do sustentável. Igualmente nesta fundamentação teórica está presente um debate sobre a teoria institucional e como acreditamos que as grandes empresas foram adotando e institucionalizando o discurso da sustentabilidade.

No Capítulo 2, apresentamos um histórico e uma discussão sobre como, ao longo do século XX, o social foi sendo incorporado às rotinas empresariais e aos discursos nas grandes empresas, sendo registrado e divulgado nos primeiros relatos socioeconômicos e nos relatórios sociais anuais corporativos. Além disso, apresentarmos os primeiros modelos de relatórios utilizados em alguns países e detalhamos o modelo desenvolvido e mais utilizado no Brasil no final dos anos 1990, o modelo Ibase de Balanço Social.

Ao longo do Capítulo 3, desenvolvemos um histórico sobre a sustentabilidade e uma discussão crítica sobre como as empresas passaram do socioambiental para o discurso e o uso das ferramentas da sustentabilidade, incluindo neste capítulo os modelos de certificação, instrumentos de mensuração, relato ambiental e de sustentabilidade. Além disso, tratamos nesta parte do nascimento, da criação e adoção do principal modelo/padrão de relatório anual de sustentabilidade, que passou a ser utilizados por grandes empresas no século XXI: a Global Reporting Initiative (GRI).

O Capítulo 4 traz uma análise descritiva e crítica de Relatórios Anuais, Balanços Sociais e Relatórios de Responsabilidade Social publicados nos anos de 1998 e 1999 por oito grandes empresas brasileiras selecionadas por tamanho e representatividade. Neste capítulo comparamos os relatos e os discursos publicados no século XX, com os discursos e expressões que estão presentes nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade e nos sites destas oito empresas selecionadas, publicados nos anos de 2016 e 2017, ou seja, agora no século XXI.

Assim sendo, buscamos analisar de maneira crítica o discurso do social e da responsabilidade social corporativa, que foram transformando-se gradativamente em discursos e relatos anuais de sustentabilidade nas empresas aqui pesquisadas. Neste trabalho visamos também identificar qual a relação entre esse discurso de sustentabilidade com a difusão, ampliação e/ou manutenção do poder e dos interesses das grandes empresas no mundo contemporâneo (DINIZ e BOSCHI, 2004).

Para realizar este trabalho, desenvolvemos uma leitura crítica sobre a história, o conceito e as discussões teóricas da responsabilidade social empresarial e o padrão de relato chamado balanço social, a partir do final do século XX – base principal da justificativa e modelo principal mais utilizado por grandes empresas neste período –; e de como estas empresas passaram a incorporar o tema e os conceitos da sustentabilidade, sob a ótica dos impactos socioambientais e das discussões de poder e hegemonia empresarial durante o século XXI.

Para tal, realizamos análises a partir de fontes secundárias (relatórios, documentos e sites das oito empresas selecionadas), além de uma atualização e complementação dos estudos sobre os discursos e práticas internas e externas de responsabilidade social que foram relatadas por grandes empresas brasileiras em seus Balanços Sociais a partir de 1997. Parte deste material foi inicialmente analisado em um estudo publicado pelo próprio autor desta tese no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em setembro de 2000.

Neste sentido, buscamos responder algumas questões ao logo desse trabalho, que foram retomadas, reelaboradas e desenvolvidas nas Considerações Finais desta tese. Assim, buscamos os indícios, inferências e informações qualitativas para tentar responder: Como estavam estas empresas vinte anos depois? Que tipo de relatório anual elas elaboraram nos anos de 2016 e 2017? Os discursos têm sido compatíveis com as práticas nestas últimas duas décadas? Qual a relação dos discursos com o conceito de sustentabilidade? Qual o grau de institucionalização destes discursos nos relatórios socioambientais?

Diferentes práticas sociais e ambientais empresariais vêm sendo registradas de forma consistente no Brasil desde 1997, onde as empresas utilizavam seus Balanços Sociais Anuais (TORRES, 2000) para relatar suas ações internas e externas. Todavia, antigas e novas práticas e discursos empresariais passaram a ser registrados e publicados por grandes empresas em seus Relatórios Anuais de Sustentabilidade, tanto no Brasil quanto em outros países. Estes relatos utilizam, em grande medida, um único modelo ou um padrão principal para reporte anual de informações: a Global Reporting Initiative (GRI)[1], que se tornou uma das principais referências no tema, e se consolidou como o padrão mais utilizado pelas grandes empresas para relato anual de sustentabilidade a partir dos primeiros anos do século XXI.

Neste sentido, tentamos entender o papel e as relações de poder entre empresas e sociedade; realizando uma análise comparada dos discursos e relatos

[1] Para mais informações ver: https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx e também em: http://cebds.org/blog/o-que-e-gri/#.Wars_Li-Eqg <acesso em 20 de out. 2017>.

empresariais com as críticas e denúncias realizadas sobre as práticas concretas das empresas a partir de Relatórios Espelho, movimentos críticos e campanhas contrárias, relatos da imprensa e processos judiciais; buscando compreender a importância (ou não) destas relações de poder e de que forma tem ocorrido (ou não) a formalização e institucionalização de todo este processo, tanto no que diz respeito ao arcabouço formal e legal (normas, leis e instruções via Estado); quanto da formalização destas práticas e discursos dentro das organizações de uma maneira institucionalizada (regras, padrões e costumes, além dos próprios relatos anuais).

Assim sendo, buscamos compreender o quanto este processo está ou não relacionado com o fortalecimento e a propagação de determinado tipo de poder e hegemonia nos discursos corporativos, a partir de uma visão institucionalizada, com as práticas e discursos sociais que passaram a agregar o caráter e os termos do sustentável ou da sustentabilidade durante estes últimos anos, a partir do estudo de uma seleção de oito empresas de grande porte de diferentes setores – que fazem parte, ao mesmo tempo, do grupo das maiores empresas brasileiras, com poderes que extrapolam, muitas vezes, as próprias fronteiras nacionais.

No mundo contemporâneo, grande parte dos valores, relações de poder e de trabalho, de consumo, impactos socioambientais positivos e negativos, investimentos, iniciativas governamentais e até políticas públicas estão cada vez mais relacionadas – e às vezes são determinadas – por interesses, ações e estratégias de grandes empresas. São essas mesmas empresas que geram parte significativa das receitas anuais no mundo atual. Conforme apontam diferentes autores, esta é uma tendência que está diretamente relacionada ao processo de globalização e vem crescendo durante as últimas décadas também no Brasil (ALMEIDA, 2007).

No caso brasileiro, muita coisa mudou nos últimos 20 anos. O país consolidou suas instituições e a sociedade conquistou novos espaços para participar e/ou protestar sobre as decisões nacionais. Parte da população (seja como consumidores seja como cidadãos) tornou-se mais participante de um processo crítico, colocando nas ruas sua “voz” (HIRSCHMAN, 1977) durante os últimos anos. Mesmo que esta “voz”, muitas vezes, seja expressa virtualmente e não fisicamente

através das redes sociais e outros meios eletrônicos, chegando à internet, rádio e canais de televisão a cabo ou via satélite.

Inúmeras ferramentas de comunicação e de prestação de contas para os setores público e privado foram aperfeiçoadas e o compromisso com a ética, ao menos em discurso e nas publicações anuais e sites, tornou-se um imperativo para as empresas que pretendem manter-se no mercado ou próximas aos governos a partir dos anos 1990 (TORRES, 2000).

Apesar de todos os avanços registrados, o discurso evoluiu mais rápido do que a prática. Ou seja, o que se publica em termos de responsabilidade social corporativa nos balanços sociais anuais, ainda caminha em descompasso com muitas práticas internas e externas socioambientais, mesmo nas empresas que avançaram no tema durante os últimos 20 anos (TORRES, 2013). Todavia, a continuidade deste avanço ainda depende tanto da pressão por mudanças via mobilização social sobre as práticas concretas das grandes empresas, quanto do papel regulador do Estado, como forma de se alcançar o alinhamento necessário entre o discurso e a prática da sustentabilidade nas grandes empresas, seja lá como isso pode ser definido a priori neste momento inicial do trabalho.

Desde a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), conhecida também como a conferência que, de certa forma, consolidou uma agenda mundial para o meio ambiente e a sustentabilidade (VEIGA, 2010), foram muitos os avanços sociais e ambientais alcançados no Brasil. Mas foi principalmente neste momento, que o tema da sustentabilidade entrou na pauta internacional e começo, ainda que timidamente, a fazer parte dos discursos e posteriormente das práticas governamentais e empresariais. Posteriormente, já no século XXI, este tema começa a aparecer com bastante significância nos relatórios anuais corporativos, servindo de base e justificativa para o discurso e algumas práticas internas e externas de grandes empresas.

A partir da realização da Conferência do Rio de 1992, uma parcela da sociedade - destacando aqui as ONGs, governos e a própria imprensa – passou a

discutir mais os temas sociais e ambientais. Mas é claro que o período era muito propício para isso: havia uma recente consolidação do regime democrático a partir de 1985, as novas resoluções sobre a necessidade dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA, CONAMA 1986); uma nova Constituição (1988) no país; o combate à corrupção, com o movimento contra o ex-presidente Fernando Collor no poder; além de novas leis e instrumentos como o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (TORRES, 2013).

Pouco tempo depois, no Brasil, ocorreu o início da Campanha Contra a Fome, lançada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em 1993. Neste contexto, os anos 90 marcam o início da sistematização dos discursos e a busca de ferramentas para efetivar a responsabilidade social, com as grandes empresas começando a se envolver com ações sociais e ambientais, com destaque para a criação do modelo Ibase de Balanço Social, lançado pelo mesmo Betinho em 1997. Todos estes fatores somados e inter-relacionados resultaram em um período muito rico de mudanças e avanços em nossa sociedade, em particular para a responsabilidade social empresarial (TORRES, 2000).

Especificamente em termos de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade, o Brasil e o mundo mudaram bastante nas últimas duas décadas. Inicialmente a discussão sobre ética e transparência nas empresas ganhou corpo no contexto do movimento pela ética na política e entrou para agenda corporativa definitivamente a partir do final dos anos 90. No fim desta mesma década, começam as buscas para criar ferramentas concretas de avaliação das práticas de transparência e Responsabilidade Social Empresarial (TORRES, 2001). Como consequência desse novo momento, muitas mudanças se tornaram marcantes tanto na sociedade brasileira, quanto especificamente nas práticas das grandes empresas públicas e privadas, com foco no social. Sendo a base para o discurso e as práticas o modelo de balanço social, tendo o tema responsabilidade social empresarial como fio condutor.

Assim sendo, os limites do modelo de produção, consumo e descarte com os quais temos nos confrontado no século XXI acabaram também mudando os questionamentos, a legislação, as perguntas e os próprios indicadores

socioambientais que balizam o planejamento anual, as decisões e a avaliação das grandes corporações no Brasil e em outros países. Mas isso tem evoluído durante um processo de décadas, a partir de diversos movimentos, instituições, associações público/privadas e com a própria prática e o discurso de grandes empresas.

Um bom e concreto exemplo destas mudanças é o crescimento das ferramentas e instrumentos da responsabilidade socioambiental empresarial. Nos anos 90 apenas nove empresas publicavam seus balanços sociais anualmente. Atualmente podemos afirmar que mais de 400 grandes empresas no Brasil já utilizaram ou utilizam esse tipo de ferramenta anual de sistematização e consolidação de informações quantitativas e qualitativas. Todavia, o balanço social dos anos 90 não dá mais conta de responder e atender as necessidades empresariais 20 anos depois.

Surgiram e se aperfeiçoaram outros instrumentos que servem de base para relatórios anuais de sustentabilidade, bem mais avançados, complexos e extensos como a Global Reporting Initiative (GRI), que já está na sua quarta geração (denominada de G4 nos relatórios) e se tornou a ferramenta mais utilizada para relatar anualmente as chamadas práticas de sustentabilidade (CORREA & SOUZA, 2012). Além de outras ferramentas e iniciativas que surgiram e vem se desenvolvendo e/ou aperfeiçoando, como o Pacto Global da ONU (The Global Compact), certificações como a SA8000 e a NBR 16001, ou mesmo a norma ISO 26000 de Responsabilidade Social, por exemplo (TORRES, 2013).

A lista poderia ser bem extensa e cada uma destas ferramentas citadas anteriormente e seus indicadores já renderia outra tese como esta, porém cabe destacar que nenhum destes instrumentos é obrigatório por lei, ou seja, as empresas não estão obrigadas a utilizá-las e divulgá-las. Isso nos coloca uma certeza: estas novas rotinas anuais são um indicador concreto da importância e atualidade do tema responsabilidade socioambiental para as grandes empresas, que há pouco tempo não passavam de discursos sobre o bem e de belas fotos de crianças sorrindo ao lado de imagens relacionadas à preservação ambiental.

Porém, estes avanços ainda nos deixam uma dúvida interessante sobre quais são os limites entre a obrigatoriedade, com a regulamentação por parte do Estado, e a liberalidade sobre as práticas de responsabilidade socioambiental corporativa; que estão relacionados com a utilização das ferramentas de gestão, avaliação, divulgação e certificação da responsabilidade social citadas anteriormente e a própria sustentabilidade no âmbito das práticas empresariais concretas.

Todavia, como o discurso evoluiu mais rápido do que a prática, ainda se faz necessário que as empresas comecem a analisar com mais profundidade e utilizar o conteúdo de seus relatórios de sustentabilidade no planejamento estratégico e anual – e não se contentem mais apenas em preenchê-los e publicá-los. Devem utilizá-los para aperfeiçoar e mudar suas práticas internas e externas, suas relações com os diferentes públicos interessados e/ou impactados direta e indiretamente. Isso não é fácil, mas é possível e necessário. E é justamente aqui que entra a necessidade de uma gestão da responsabilidade social evoluir para a gestão da sustentabilidade e em algum momento fazer parte do rol dos indicadores e informações que fazem parte da gestão integrada de toda a empresa. Estas ferramentas e indicadores da gestão integrada têm sido buscados por especialistas, academia e grandes empresas, mas ainda se encontram em processo de construção (TORRES, 2013).

O grande desafio posto neste trabalho foi analisar a discussão da responsabilidade social corporativa e da sustentabilidade para fora dos setores e gerências de responsabilidade social. Ou seja, verificar se a sustentabilidade ultrapassa o discurso e integra, de fato, indicadores, informações e outras esferas no âmbito organizacional e em todo o processo de decisões dentro da empresa. Os chamados mecanismos de transparência e prestação de contas foram aperfeiçoados ao longo dos últimos anos e evoluíram bastante, mas ainda se distanciam muito da prática concreta e cotidiana das corporações. Além dos impactos negativos sobre as pessoas, o meio ambiente e aspectos como corrupção, desvios e más condutas internas e externas, com as quais somos confrontados cotidianamente em nosso país durante os últimos anos.

Além disso, o Estado e as organizações da sociedade precisam também acompanhar esse tipo de publicação que fala em sustentabilidade e se posicionar

mais criticamente. Por exemplo, buscando um maior monitoramento e controle das empresas (por parte das organizações sociais) e ampliando a regulamentação e a fiscalização por parte do Estado; apoiando as boas práticas empresariais que visam à sustentabilidade, pressionando ou até mesmo punindo, cobrando uma efetiva mudança nas práticas daquelas corporações que ainda precisam mudar.

As empresas, por sua vez, têm que cumprir o seu papel, se preocupando, de fato, com a gestão dos impactos gerados pelos seus bens, produtos e serviços: os impactos relacionados aos seus próprios negócios. Tanto interna quanto externamente.

Como resultado dessas reflexões e novas práticas de gestão, a vida das pessoas e o meio ambiente deve ser sempre a verdadeira prioridade em qualquer organização, indo além do discurso sobre o equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental. Esta é a única maneira de inferirmos a validade e se está sendo colocado em prática o famoso conceito de sustentável e o seu badalado tripé da sustentabilidade[2] (SACHS, 2009).

A partir desta discussão, analisamos o papel que o setor empresarial desempenha efetivamente, contribuindo com o processo de construção de uma sociedade cada vez mais responsável (ou irresponsável), justa (ou injusta) e sustentável (ou insustentável); uma vez que as empresas são parte constituinte da sociedade como um todo. Estas organizações não existem em um universo a parte, no “mundo das empresas” ou no “universo dos negócios”, como muitas vezes é apregoado pela imprensa especializada de economia e negócios.

Ainda que não possamos esquecer a importância e a responsabilidade do Estado, no seu papel regulador e garantidor de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais; seria anacrônico desconsiderar que as empresas

[2] O conceito do tripé da sustentabilidade, apresentado pela primeira vez durante a Conferência Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CUNMAD) em 1992, refere-se fundamentalmente a busca de um equilíbrio que leve em consideração o economicamente viável, o socialmente justo e o ambientalmente correto. Popularizado entre as empresas e governos por John Elkington no final dos anos 1990 (ELKINGTON, 2001), refere-se no mundo corporativo a uma nova forma de se medir o desempenho nas organizações, levando em consideração o desempenho social, ambiental e econômico simultaneamente. Ainda é um conceito político em disputa envolto em muitas críticas (VEIGA, 2010).

públicas e privadas são corresponsáveis e fundamentais na construção deste processo no mundo contemporâneo, como contribuintes ou dificultando a formação de sociedades mais justas, responsáveis e sustentáveis.

Toda empresa retira da sociedade e da natureza a matéria-prima e os outros insumos dos quais necessita para produzir e operar. Também retira dessa mesma sociedade a força e a criatividade para o trabalho, ademais dos consumidores para os seus bens, produtos e serviços. Além disso, retira também os investimentos necessários e os recursos financeiros para lançar seus produtos e manter o seu negócio no curto, médio e longo prazo (TORRES, 2013).

Sendo assim, torna-se um imperativo que as práticas empresariais sejam realizadas com responsabilidade socioambiental, uma vez que é da natureza da empresa e de qualquer outro empreendimento humano gerar impactos, benefícios e atingir positiva e negativamente o seu entorno macro e micro, interagindo o tempo todo com as pessoas e o meio ambiente.

Neste sentido, para a vida continuar e podermos alcançar um mundo mais justo e sustentável – ou de alguma forma menos injusto e degradado –, para além dos discursos e da publicidade corporativa, as empresas devem necessariamente incorporar estas responsabilidades e a sustentabilidade na sua forma de operar e produzir, ou seja, no cotidiano de suas operações e na produção, nos sistemas de gestão, no ambiente operacional e nas relações internas e externas com as pessoas (TORRES, 2013).

Por outro lado, as tentativas de regulamentação, relação e influência sobre as grandes empresas - por parte do Estado - e as lutas por direitos por parte da sociedade também têm se intensificado e vem ampliando sua dimensão nacional e internacional nos últimos anos. Seja via centrais sindicais, organizações sociais e ambientais cada vez mais mundializadas, seja via Estados nacionais, que utilizam grandes empresas públicas e privadas como aliadas e novos vetores estratégicos para levar adiante diversas formas de poder e controle, a partir de determinados modelos de desenvolvimento, a partir do fortalecimento de grandes grupos nacionais e até a internacionalização de algumas destas empresas (DINIZ, 2007).

Paradoxalmente, cabe ressaltar, que ao longo dos últimos anos, diversos desastres ambientais relevantes, problemas com corrupção e pagamento de propina, trabalho análogo à escravidão e degradante e trabalho infantil em nosso país; estiveram relacionados direta e indiretamente a grandes companhias brasileiras que são, muitas vezes, as referências nacionais na utilização de códigos de conduta, certificações e padrões de relatórios socioambientais e de sustentabilidade que são utilizados todos os anos voluntariamente por estas grandes companhias.

Estas também são signatárias de acordos internacionais sobre práticas sociais e trabalhistas, citando recorrentemente ou realizando parcerias com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as Organizações das Nações Unidas (ONU), além de apoiarem e serem associadas a organizações empresariais que promovem o tema da responsabilidade social e ambiental empresarial no Brasil, fazendo campanhas de combate à corrupção e propagando suas “boas práticas” e estratégias de responsabilidade social através dos meios de comunicação e de seus relatórios sociais anuais. (CAPPELLIN & GIFFONI, 2007 e também TORRES, 2001).

Assim sendo, configura-se com muita relevância e premência a necessidade de se pesquisar e estudar de forma profunda os processos históricos que envolvem este contexto e o atual estágio do capitalismo, compreendendo as relações entre empresas e Estado, buscando analisar e entender os fenômenos sociais e políticos relacionados à evolução dos padrões de responsabilidade social para “novos” padrões de sustentabilidade adotados pelas grandes corporações brasileiras. Além disso, conhecer e registrar os embates por controle social, regulação e busca de direitos neste contexto torna-se fundamental.

Ou seja, mais do que nunca se tornou muito importante ampliar o debate acadêmico e científico sobre o quanto os discursos e os padrões normativos sociais e ambientais se aproximam ou se distanciam das práticas internas e externas que podem ser aceitas como substancialmente sustentáveis, quando refletimos sobre o mundo contemporâneo e as degradações e problemas que estão relacionados direta e indiretamente às condutas de grandes corporações.

Desta forma, coube a este trabalho, tentar conhecer e analisar não só os discursos, impactos e o poder que as grandes empresas analisadas possuem, mas também o papel destas corporações empresariais, como multiplicadoras e indutoras de determinado padrão socioambiental, que podem seguir caminhos distintos num futuro próximo, a depender de como são institucionalizados e reproduzidos estes discursos e as iniciativas empresariais; tanto apoiando a garantia quanto incentivando a violação de Direitos Humanos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e trabalhistas; a partir dos embates e diversos tipos de relações entre Estado, sociedade civil organizada e as grandes corporações, onde buscamos compreender o que está em jogo e o que existe de poder em disputa nestas relações e nesses discursos do social, do ambiental e do sustentável.

Capítulo 1 – Referencial Teórico

Para compreender de que maneira se desenvolveram – tanto historicamente quanto nos últimos anos – as práticas sociais e ambientais de grandes empresas brasileiras, que foram registradas e publicadas em balanços e relatórios anuais, realizamos uma análise histórica e comparativa entre a situação, as instituições e os documentos que circulavam nos anos 90 e os que são publicados atualmente, em 2016 e 2017, por oito grandes corporações que atuam no Brasil.

Neste sentido, para embasar este nosso trabalho acadêmico, recorremos a diferentes autores clássicos e contemporâneos, que dialogam com as nossas atividades de pesquisa e o levantamento realizado ao longo dos últimos anos, para fundamentar nossos questionamentos e objetivos propostos.

Assim sendo, estes diferentes autores, que estão discriminados em cada parte desse capítulo inicial desta tese, estão relacionados com as bases do pensamento político, social e ambiental que sempre buscou o entendimento e compreensão das relações sociais e de poder entre o Estado, as empresas e a sociedade, ainda que esta relação e este equilíbrio buscado constantemente em discurso, esteja carregado de desigualdades e repleto de conflitos quando observamos de perto as medidas concretas no cotidiano e nas práticas das grandes empresas no mundo contemporâneo.

1.1 – Do Liberalismo Democrático ao Capitalismo (pouco responsável)

A abordagem deste estudo está relacionada com a obra de John Stuart Mill e os utilitaristas clássicos, onde buscamos, entre outras coisas, a base e entendimento sobre o nascimento e a expansão da democracia liberal, no seu clamor por uma ética utilitarista (ou a ética das consequências em cada caso concreto analisado), que tem fornecido a base intelectual e servido de justificativa às práticas sociais das grandes empresas desde os anos 1990 até as práticas ambientais e socioambientais das grandes corporações nos dias atuais.

Para compreender as origens da atuação social das empresas, no contexto de uma forma de pensar e agir "socialmente responsável" que se desenvolveu no mundo dos negócios e que consolidou nas últimas décadas do século XX, partimos do pensamento de John Stuart Mill e das ideias éticas de democracia com valores humanistas liberais, que surgiram na segunda metade do século XIX (TORRES, 2000).

Neste período, o crescimento das organizações e lutas sociais de trabalhadores aliado às condições desumanas a que estes eram submetidos no mundo do trabalho, começaram a chamar à atenção dos observadores mais preocupados com as condições do homem na sociedade. Para eles, não era admissível que aquelas condições fossem inevitáveis (MACPHERSON, 1978).

"Em meados do século XIX, duas mudanças naquela sociedade impunham-se à atenção dos pensadores liberais...

Uma dessas mudanças era que a classe trabalhadora (...) começava a parecer perigosa à propriedade. A outra é que as condições da classe trabalhadora se tornavam tão ostensivamente desumanas que os liberais mais sensíveis nem a podiam aceitar como moralmente defensável ou economicamente inevitável. Ambas mudanças suscitavam novas dificuldades para a teoria liberal-democrática - dificuldades que, como veremos, jamais foram plenamente superadas. " (MACPHERSON, 1978, pág. 49)

Uma das bases desta reação humanista contra as condições de exploração "*inevitável"* era um ponto de vista que se consolidou a partir de uma ética utilitarista, que não admitia aquele tipo de sofrimento dos trabalhadores, a partir de princípios éticos e morais.

Aqui Macpherson vê em Mill também um avanço no sentido moral. Existiria a possibilidade do aperfeiçoamento da humanidade, tornando a sociedade livre e igual – uma sociedade democrática. O aperfeiçoamento esperado é um aumento do autodesenvolvimento pessoal de todos os membros da sociedade que, para Mill, seria o "... avanço da comunidade em intelecto, em virtude, em atividade prática e eficiência". (MACPHERSON, 1978, pág.52).

Mesmo que o autor esteja se referindo ao seu Modelo de Democracia Desenvolvimentista do final do século XIX, esse discurso que confere boas bases para o discurso social empresarial a partir de meados do século XX.

"O homem é um ser capaz de desenvolver suas forças ou capacidades. [...] o homem não é em essência um consumidor e apropriador (como o era no Modelo 1), mas aquele que exerce, desenvolve e desfruta suas capacidades. A boa sociedade é aquela que permite e incentiva todos a agirem como exercedores, desenvolvedores e desfrutadores do exercício e desenvolvimento de suas capacidades" (MACPHERSON, 1978, pág. 53)

Porém, segundo Macpherson, desde a segunda metade do século XX vigora um modelo de regime democrático que ele denomina A Democracia do Equilíbrio, onde estariam em jogo três fatores principais, sendo este um modelo que conjuga o equilíbrio, elitismo e pluralismo. Segundo o autor:

"É pluralista porque parte da pressuposição de que a sociedade a que se deve ajustar um sistema político democrático é uma sociedade plural, isto é, uma sociedade consistindo de indivíduos, cada um dos quais é impelido a muitas direções por seus muitos interesses, ora associado com um grupo de companheiros, ora com outro. É elitista naquilo que atribui a principal função no processo político a grupos auto escolhidos de dirigentes. É um modelo de equilíbrio no que apresenta o processo democrático como um sistema que mantém certo equilíbrio entre a procura e a oferta de bens políticos" (MACPHERSON,1978, pág. 80)

Todavia, no social e na responsabilidade perante a sociedade que fica nas mãos e nas decisões da própria empresa, não ancorada ou regulada, muitas vezes, em pressões de obrigatoriedade por leis e normas do Estado; a possibilidade de que modelo escolher ou que responsabilidade seguir e dar mais ênfase, fica nas mãos da elite empresarial, que muitas vezes vai utilizar o seu próprio interesse (das elites dominantes) como se estivesse falando em nome da sociedade como um todo.

O equilíbrio proporcionado por esse modelo é um equilíbrio ancorado na desigualdade, posto que é amparado pelo mercado e o jogo de poder das empresas, e este nem sempre é democrático e geralmente pode ser muito questionável. Aliás, em alguns momentos é bastante autoritário. Para o autor, nesta democracia de mercado, "a soberania do consumidor que proclama oferecer é em grande grau uma ilusão; e que, na medida em que a soberania do consumidor for real, é uma contradição do dogma democrático central da qualificação do indivíduo para uso e desfrute de suas capacidades". (MACPHERSON, 1978, pág. 90)

Assim sendo, em grande medida podemos questionar, a partir dos modelos de Crawford Brough Macpherson, que o equilíbrio democrático da sociedade contemporânea se daria na medida em que esta felicidade/força do consumidor/cidadão se dá nos moldes e interesses do mercado/empresas, onde muitas vezes o fazer o bem, o social e o desejo de ter atendido a proteção ambiental se daria mais pelo interesse destas grandes empresas do que pela pressão e força de transformação da sociedade (o consumidor/cidadão), em última análise.

Neste sentido e voltando para o tema da felicidade da maioria, na busca da minimização do mal e maximização do bem – seguindo numa ótica utilitarista – para Norberto Bobbio, John Stuart Mill era *"um utilitarista declarado e convicto..."* [3]. Bobbio utiliza as palavras do próprio Mill para explicar os fundamentos do utilitarismo, esta doutrina que possui como base a busca da máxima felicidade da

[3] Esta frase está em BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1995, na página 64. As citações feitas por Norberto Bobbio aqui neste trecho, foram extraídas de "J. S. Mill, Utilitarianism. Bolonga, Cappelli: 1981".

maioria de todos os envolvidos – e a minimização da infelicidade – para justificar ou refutar determinada ação:

"'A doutrina que admite como fundamento da moralidade a utilidade ou o princípio da máxima felicidade sustenta que as ações humanas são justas na medida em que tendem a promover a felicidade, e injustas na medida em que tendem a promover o contrário da felicidade. ' (...) Por outro lado, enquanto doutrina moral que critica e refuta toda outra forma de obrigação moral que não seja a que faz referência ao prazer e à dor, o utilitarismo se preocupa não com a utilidade do indivíduo isolado com respeito à dos outros indivíduos, mas com a utilidade social, não com 'a felicidade singular de quem age, mas com a felicidade de todos os interessados', tal como pode ser avaliada por um 'espectador benévolo e desinteressado'. " (BOBBIO, 1995, pág. 54) [4]

O próprio Mill defendia uma democracia liberal baseada na utilidade, ou seja, na máxima felicidade de todos, além da minimização do mal (ou da infelicidade). Acreditava na importância da máxima liberdade individual, porém não concordava que esta liberdade pudesse ser a possibilidade, dentro das regras do livre mercado capitalista, do mais forte subjugar ou destruir o mais fraco. Neste caso, a liberdade poderia até ser restringida ou contestada.

Segundo o autor:

"O único objetivo a favor do qual se possa exercer legitimamente pressão sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra a vontade dele, consiste em prevenir danos a terceiros.

Não basta que se leve em conta o próprio bem, físico ou moral, da pessoa. (...) A fim de justificar a interferência, imperioso será demonstrar que a conduta da qual se pretende afastá-lo causará danos a outrem. " (MILL, 1963, pág. 12)

Desta forma, foi no *utilitarismo* de John Stuart Mill – onde a justificativa moral de uma ação depende da sua utilidade, ou seja, do valor das consequências sociais a ela ligadas, justas na medida em que promovem a máxima felicidade de todos e a minimização da dor em cada caso concreto analisado – e a partir da história da ação social desenvolvida no capitalismo –, onde encontramos as bases do pensamento que levou às empresas a adotarem e darem destaque, pelo menos intensamente em discurso nos seus relatórios anuais, a uma postura *socialmente responsável* ou

[4] Idem.

mesmo na origem dos diferentes termos ligados à *responsabilidade social corporativa*.

Apesar de tratar-se de um termo complexo, que envolve múltiplos e diferentes fatores, a chamada *responsabilidade social ou responsabilidade socioambiental das empresas* passou a fazer parte dos textos e dos discursos de jornalistas, empresários e dos trabalhos das organizações do chamado terceiro setor. Quase na forma de uma *palavra mágica* – e assim tem ocorrido com o termo sustentabilidade e/ou sustentável nos últimos anos – onde o simples fato tê-la utilizado cria uma aparente situação de que já existe um consenso sobre o seu significado. Ou mesmo que as práticas empresariais internas e externas daquela organização já são outras. Para melhor, obviamente.

Ou ainda, que esta é uma questão que todos conhecem e entendem e que em torno da qual não existe nenhum tipo de conflito envolvendo o seu significado e seus objetivos. O pensador T. H. Marshall enfrentou situação muito próxima nos seus estudos sobre o Estado do Bem-Estar Social durante os anos 1960.

Este autor chama a atenção para o perigo das generalizações e da utilização de rótulos em situações sociais e econômicas complexas, que são muitas vezes oferecidas pela imprensa especializada e também como encontramos nos relatórios sociais e de sustentabilidade das grandes empresas – muitas vezes escritas por jornalistas especializados em marketing empresarial. Segundo Marshall:

"Todas as generalizações são perigosas, e as expressas, de modo habilidoso, em forma de tabloide são as mais perigosas de todas. Passam a fazer parte da linguagem do falar diário como verdades familiares, ao invés de serem citadas como proposições oferecidas à discussão. " (MARSHALL, 1967, pág. 183)

Assim sendo, a partir destas perspectivas e no quadro montado até aqui neste trabalho, procuramos compreender o quanto a prática e o discurso relacionado às ações sociais e ambientais por parte das empresas se desenvolveu por estar relacionado, principalmente: a) com a crise do Estado de bem estar social, ocorrida na segunda metade da década de 1970 nos EUA e em parte da Europa; b) com o

incremento na participação e crítica de uma parcela organizada da sociedade, incluindo sindicatos e outras lutas por Direitos em diversos países nos anos 1980 e 1990; e c) a uma cobrança maior por parte dos consumidores em relação ao meio ambiente e produtos verdes (no caso da sustentabilidade, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000) e a interação entre as próprias empresas, dentro da lógica competitiva de mercado capitalista globalizado e mimético em suas justificativas, durante as últimas décadas.

Utilitarismo, Liberalismo e Humanismo: as bases do social nas empresas

O u*tilitarismo* possui vários significados, possibilitando seu entendimento por diversos ângulos, que vão desde o liberalismo até o socialismo – tanto como teoria analítica, quanto como teoria normativa. Partindo deste princípio, o utilitarismo pode ser compreendido como uma teoria analítica, quando sua função é analisar os critérios do agir moral, explicando por que existem regras morais e as variações que se pode perceber entre as regras morais vigentes atualmente e em outras épocas, além das diferenças culturais.

Para John Stuart Mill, o utilitarismo está baseado na crença da maior felicidade e da minimização da infelicidade como base para a atuação e o julgamento da moralidade de determinada prática. Para este autor, conforme o seu livro Utilitarismo,

“O credo que aceita a utilidade, ou o Princípio da Maior Felicidade, como fundamento da moralidade, defende que as ações estão certas na medida em que tendem a promover a felicidade, erradas na medida em que tendem a produzir' o reverso da felicidade. Por felicidade, entende-se o prazer e a ausência de dor; por infelicidade, a dor e a privação de prazer. É preciso dizer muito mais para dar uma visão clara do padrão moral estabelecido por esta teoria - em particular, que coisas inclui ela nas ideias de dor e de prazer e em que medida isso ainda é uma questão em aberto. Mas essas explicações suplementares não afetam a teoria da vida em que esta teoria da moralidade se baseia - nomeadamente, a ideia de que o prazer e a isenção de dor são as únicas coisas desejáveis como fins, e de que todas as coisas desejáveis (que são tão numerosas no esquema utilitarista como em qualquer outro) são desejáveis ou pelo prazer inerente em si mesmas ou enquanto meios para a promoção do prazer e da prevenção da dor” (MILL, 2005, pág. 48)

Neste sentido, o agir moral comum é constituído por um conjunto de regras que são baseadas nas consequências da ação a elas conduz (ética das consequências); e que uma regra moral permanece vigente ou prevalece aceita pelos membros da sociedade que a adotam, enquanto as consequências positivas para esta sociedade ou para a classe dominante continuarem existindo.

Como teoria normativa, que é o seu significado mais comum, afirma que a justificativa moral de uma ação depende exclusivamente de sua utilidade. Ou seja, depende do valor das consequências relacionadas a ela. Assim sendo, utilitarismo pode ser entendido como um conjunto de doutrinas normativas que tem um conceito comum, que afirma que a justificativa moral de uma ação depende exclusivamente de sua utilidade, ou seja, do valor das consequências (BOBBIO, 1995).

Uma chave para entender as práticas socioambientais empresariais, pode situar-se justamente numa parte fundamental desta definição de felicidade, quando essa maximização da felicidade se dá para toda a sociedade ou para as parcelas dominantes, que compartilhariam (de cima para baixo) esse desejo e a classificação das iniciativas como certas ou erradas, definindo, inclusive que tipo de virtude/felicidade se tornará desejável por toda a sociedade. No caso em tela, empresas, empresários e seus acionistas majoritários.

Até porque, para J. S. Mill o princípio da utilidade e a busca dessa virtude não poderiam ser baseados no interesse e desejo individual e num prazer qualquer, mas antes num prazer desinteressado e que busca a máxima felicidade de todos; e quando não de todos, da maior parte possível. Assim,

“O princípio da utilidade não significa que qualquer prazer (como a música, por exemplo) ou qualquer ausência de dor (como a saúde, por exemplo) devam ser vistos como um meio para uma coisa coletiva chamada felicidade e desejados nessa perspectiva - são desejados e desejáveis em si e por si mesmos. Além de serem meios, são parte do fim. A virtude, segundo a doutrina utilitarista, não é natural e originariamente parte do fim, mas pode tornar-se parte do fim e, naqueles que a amam desinteressadamente, tornou-se tal coisa e é desejada e estimada não como um meio para a felicidade, mas como parte da sua felicidade” (MILL, 2005, pág. 77)

Para compreendermos todo este processo – além da complexidade e a possibilidade de manipulação e uso interessado e egoísta que pode existir em termos e discursos de como “a felicidade de todos” ou mesmo o valor de uma ação baseada no “prazer ou amor desinteressado”, conforme nos coloca Mill –; também precisamos ressaltar também a visão industrialista, que surgiu ao final do século XVIII e consolidou-se ao longo do século XIX, segundo a qual o contínuo progresso dos conhecimentos e o aperfeiçoamento tecnológico geram riquezas (geradas pelas grandes empresas), serenidade e segurança; ou seja, no fim das contas, uma maneira de se alcançar, ao menos em certo tipo de discurso, a maior felicidade para toda a sociedade.

Esta é uma das vertentes do pensamento liberal e da reflexão sociopolítica e econômica que estão na base do pensamento e na origem desta forma de discursar e agir de parte do empresariado e dos executivos empresariais (muitas vezes profissionalizados e não proprietários) que, no contexto das contínuas transformações do capitalismo ao longo do tempo, acabou introduzindo o *social* e o *ambiental* nos cálculos racionais que envolvem de forma constante o universo das empresas, principalmente nos últimos anos do século XX.

Contudo, cabe ressaltar também que as raízes do pensamento e das práticas denominadas como de responsabilidade social empresarial aparecem fincadas e embasadas, mais especificamente, no pensamento utilitarista liberal. Nesta forma de pensar e agir, a justificativa moral de uma ação depende da sua utilidade, ou seja, do valor das consequências a ela ligadas. Em outras palavras, uma ação é justa na medida em que promove a máxima felicidade e a mínima dor. Mas sempre será analisada no caso concreto, variando caso a caso.

Neste sentido também, para a tradição empirista inglesa, o progresso é o grande redentor de todos os males sociais. O século XIX é caracterizado por este dogma industrialista, segundo o qual quanto maior o conhecimento técnico e o progresso, mais riqueza a sociedade está adquirindo, e como consequência disso, mais segurança e felicidade. Este progresso está, muitas vezes, relacionado ao crescimento econômico e as benesses que irão advir deste transbordamento da

felicidade econômica para todos (ou para a parcela dominante), como foi desenvolvido no próximo tópico deste trabalho.

Obviamente, empresas e empresários acabam tornando-se, junto com o Estado, os agentes legitimados de tal progresso econômico, segurança e máxima felicidade para a sociedade em geral – em um discurso quase que redentor – facilmente assimilado por todos os grupos, como se não existisse qualquer tipo de conflito, interesses específicos ou lutas ao longo deste processo.

Para John Stuart Mill (1806-1873), os remédios para os problemas do Estado, do governo e da própria sociedade estavam no *progresso*. Esta crença num futuro promissor, através do progresso necessário, gradual e continuo – que se consolidou no século XIX em conjunto com o liberalismo – tem sua origem no industrialismo do final do século XVIII, no qual, a panaceia ficaria a cargo do desenvolvimento industrial, dos meios técnicos e do contínuo progresso da ciência. E, consequentemente, o progresso da sociedade (MILL, 1963).

O pensamento de J. S. Mill foi formado sob a ótica do liberalismo e do utilitarismo. Contudo, com o passar dos tempos e impressionado com a situação de grande parte dos trabalhadores, ele começou a admitir que a industrialização e o livre mercado eram incapazes de trazer automaticamente a paz, a harmonia e a felicidade prometida (MILL, 1963)

“Mill foi liberal e democrata: considerou a democracia, e em particular o governo representativo (que ele também chamava de ‘governo popular’), como o desenvolvimento natural e consequente dos princípios liberais. (...) Em seus últimos escritos considera até mesmo como não incompatíveis o liberalismo e o socialismo” (BOBBIO, 1995, pág. 62)

Com o passar do tempo, Mill chegou a admitir que o princípio da felicidade exigiria um certo grau de regulamentação e de intervenção. Porém, apesar dele ter estruturado todo o seu pensamento na tradição liberal, observando o crescimento da miséria operária, passou contestar os princípios do *laissez-faire*.

Assim, Mill começou a temer o discurso da harmonização e da autorregulação, quando, ao longo do tempo, percebe que a sociedade industrial não cumpre as promessas de felicidade e progresso geral da sociedade e não dá conta dos problemas sociais e econômicos que foram, muitas vezes, gerados por ela.

"Uma pessoa pode prejudicar a terceiros não só pelo que faz, mas pelo que deixa de fazer, e em um como em outro caso é responsável para com eles pelo dano. (...)
A regra consiste em responsabilizar qualquer um por prejuízo a terceiros; constitui exceção, falando comparativamente, responsabilizá-lo por não ter impedido o dano. " (MILL, 1963, pág. 14)

Concluídos estes pontos conceituais e esclarecimentos, podemos tentar estabelecer uma relação entre o pensamento e o discurso da chamada ética e cidadania empresarial, que vem sendo caracterizado com a marca da ação *socialmente responsável* e o utilitarismo como sistema ético, que está calcado pelas empresas no final do século XX, por um lado, nas consequências efetivas das ações realizadas; e, por outro, na justificativa moral da forma de agir – tanto individual, quanto coletiva – como as bases do pensamento social nos discursos empresarias, inclusive como foi encontrado ao logo dos relatórios analisados no Capítulo 4.

Por outro lado, também cabe registrar, que as práticas de *responsabilidade social* no âmbito das empresas também se encontram carregadas de justificativas e valores *humanistas judaico-cristãos*. A influência do *humanismo cristão* nestas iniciativas pode ser atestada pela inserção dos empresários cristãos (ADCE e UNIAPAC) nos movimentos em prol da ação social das empresas no Brasil e no mundo e também pela importância da doutrina social da Igreja Católica – amplamente difundida no pós-guerra – entre os diversos movimentos de contestação, durante as décadas de 1960 e 1970 no Brasil (TORRES, 2000).

"Enfim, foi a partir da experiência das CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] *(e várias outras estruturas auxiliares ligadas à Igreja, como a 'Comissão Pastoral da Terra') que emergiu uma crítica poderosa, de uma ótica popular, ao capitalismo brasileiro e uma defesa igualmente vigorosa de uma nova ordem socialista. " (CAVA, 1988, pág. 232)*

Assim, podemos afirmar que o pensamento e a ação voltada para a responsabilidade social, promovida por uma parcela dos empresários brasileiros,

neste crescente interesse pelas questões sociais, têm como base – além da racionalidade econômica capitalista – dois pilares: de um lado uma forte presença do *humanismo cristão*[5]; e de outro, uma influência dos valores tradicionalmente ligados à *esquerda* e às *organizações da sociedade civil*, relacionadas a um pensamento humanista, universalista e internacionalista que sempre buscou, ao menos em princípio, maior e melhor qualidade de vida e igualdade de oportunidades para a sociedade como um todo (TORRES, 2000).

Estas formas de pensar e agir fecundaram as ideias e a mentalidade de parte do empresariado *"mais jovem, mais moderno"* – representado no Brasil, principalmente, por uma parcela do empresariado paulista, que cresceu profissionalmente envolto por um ambiente de busca da democracia, da ética, da responsabilidade e da participação – num período de cobrança maior por parte dos movimentos e das organizações sociedade civil, durante os anos 1980 e 1990. [6]

Por outro lado, nos últimos anos do século XX, alguns destes empresários passaram a cobrar uma postura mais ética – e em vários níveis, uma prática social e ambientalmente responsável e *politicamente correta* – de uma parcela cada vez maior da própria classe empresarial da qual faziam parte, muitas vezes institucionalizando estas cobranças e estas novas ideias de maneira orgânica, nas suas próprias empresas ou em fundações, institutos e associações que foram criadas neste período (TORRES, 2000).[7]

---

[5] Para mais informações sobre a participação de empresários cristãos existe uma vasta bibliografia, ver mais em: WERHAHN, Peter H. *O Empresário*: a sua função econômica e responsabilidade sócio-política. Papers, n. º 23. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1995; ver: GONÇALVES, Ernesto Lima. (Org.). *Balanço social da empresa na América Latina*. São Paulo: Pioneira, 1980. E também: ADCE - ASSOCIAÇÃO DOS DIRIGENTES CRISTÃOS DE EMPRESAS. *A História de um Ideal: a ADCE no Brasil,* 1961-1996. São Paulo: Edicon, 1997.

[6] Cabe aqui citar como exemplo o empresário Emerson Kapaz e o grupo que criou o PNBE em 1987; Oded Grajew e os empresários da Abrinq que criaram a respectiva fundação em 1990, e posteriormente o Instituto Ethos em 1998; e os vários empresários com discurso mais progressistas ligados a Associação dos Empresários pela Cidadania (CIVES), fundada em 1994, incluindo aqui alguns simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT).

[7] Para uma visão sobre o novo empresariado, ver: DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato R. Brasil: um novo empresariado? Balanço de tendências recentes. In: Eli Diniz (org.). *Empresários e Modernização Econômica:* Brasil Anos 90. Florianópolis: UFSC/Idacon, 1993. E ainda, KIRSCHNER, ANA M. *Empresários Brasileiros dos Anos 90: sucessão e mudança de mentalidade.* In: KIRSCHNER, ANA M. GOMES, EDUARDO (ORG.). *Empresas, Empresários e Sociedade.* Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 1999.

Estado, Dominação e Poder das Empresas no Capitalismo

Para entender o papel e o poder das empresas e sua relação com o Estado, em todo este processo, também buscamos a justificativa destas práticas socioambientais nos fundamentos da origem do capitalismo, com a discussão sobre o desenvolvimento e crescimento econômico, que apregoa que todos os males de determinada sociedade poderiam ser resolvidos com trabalho árduo e os benefícios que advém do crescimento econômico nas camadas superiores sociedade; que em cascata, via gotejamento ou transbordamento (conhecido como a Teoria Econômica do Trickle Down); trariam benefícios econômicos e a felicidade apregoada pelos liberais democratas para toda a sociedade.

Como este tipo de discurso e prática que está relacionado e acabou por influenciar, de diferentes formas, o processo de expansão da economia e da política em diferentes países da América Latina, incluindo o Brasil. Os governos e também as grandes empresas, estão fortemente relacionadas como esta forma de pensar e agir em nossa sociedade.

Esse desenvolvimento econômico chegaria até a população, por meio da livre iniciativa, com a menor interferência possível do Estado, a partir do fortalecimento da livre economia e das próprias empresas. Neste sentido, podemos entender melhor essa teoria a partir da representação e na figura de linguagem tão bem descrita pela professora Célia Lessa em seu texto de 2011:

“Essa tese baseia-se no seguinte raciocínio: na medida em que os agentes econômicos se tornam mais, ou menos, produtivos em resposta a incentivos monetários, toda e qualquer iniciativa de redistribuição de renda dos indivíduos mais produtivos para os menos produtivos implicará um ajuste “para baixo” do esforço produtivo agregado; os menos produtivos não terão estímulo para se tornarem mais produtivos, já que sua renda independe de sua produtividade; os mais produtivos perderão o estímulo para o esforço adicional, já que a renda adicional não será retida. Como resultado, não apenas a capacidade produtiva estará sendo desperdiçada – a definição primária de

ineficiência –, mas o próprio montante para a redistribuição tenderá a diminuir" (LESSA, 2011, pág. 131)

E a autora continua a seguir afirmando que:

"A imagem criada por Okun é a de um balde furado, por meio do qual o governo tenta ciosamente transferir renda dos ricos para os pobres para vê-la perder-se no caminho antes de atingir o destino final. Simetricamente, na ausência de redistribuição, o próprio crescimento econômico, mais cedo ou mais tarde, começando pelos estratos superiores de renda, se encarregaria de integrar os estratos mais pobres – sub tese que se tornou conhecida como a doutrina do Trickle Down, segundo a qual a melhor política social ainda é o crescimento econômico desimpedido" (LESSA, 2011, idem)

Neste sentido, em grande medida, entendemos os discursos apresentados pelas empresas, empresários e seus representantes; quando afirmam e reafirmam a importância das ferramentas voluntárias de mercado, da livre iniciativa das empresas em cuidar do social e do ambiental, sem o "entulho" e o peso do estado e de sua burocracia (aqui no pejorativo do senso comum e não no sentido de tipo ideal weberiano), que traria custos e atrasaria o desenvolvimento do país. Ou seja, o discurso de que as empresas têm total capacidade de cuidar do social, do ambiental, dos consumidores e de seus trabalhadores (que muitas vezes recebem o nome de colaboradores nos discursos e documentos empresariais), prescindindo muitas vezes das leis e da própria ação e intervenção do Estado para agir assim.

Neste sentido, para pensarmos a relação das empresas e o papel do Estado em nossa sociedade, a obra de Max Weber torna-se fundamental. O pensamento e as categorias weberianas nos ajudaram a entender como os relatórios, balanços e documentos institucionais das grandes empresas analisadas, trazem consigo um caráter de propagar para a sociedade um certo "espírito" com as características das vantagens deste avanço econômico do capitalismo modernizante para o desenvolvimento do Brasil e o papel de uma burocracia (no sentido weberiano) muito bem formada e preparada (tanto âmbito público quanto no privado), divulgando e legitimando os aspectos que trazem uma mensagem ideológica destes benefícios econômicos como sempre sendo um benefício geral para todos e todas (aumento da felicidade e bem comum), onde os mega empreendimentos industriais e as grandes empresas atuam como uma espécie de tipo ideal de organização que

poderá resolver todos os males da sociedade e determinada região ou país (CHERQUES, 1997).

Neste sentido, essa modernização e esse caráter responsável da empresa e do próprio capital, trariam no seu bojo, um tipo de dominação difícil de ser percebida, e muitas vezes, até nem percebida como dominação.

Quando este poder vem carregado e já rotulado de “responsável” e de “ético”, como encontramos em diversos trechos dos relatórios empresariais analisados neste trabalho, esta dominação pode auferir um poder que extrapola os seus limites, sem nem parecer poder e dominação. Assim sendo, segundo Weber em sua obra Economia e Sociedade:

“Em oposição a todas as outras formas de dominação [religiosa, patriarcal, patrimonial, tradicional e etc.], a dominação econômica do capital, em virtude de seu caráter "impessoal", não pode sujeitar-se à regulamentação ética. Já em sua aparência externa, apresenta-se ela quase sempre de uma forma tão indireta que é impossível prender o próprio "dominador", não se podendo, por isso, confrontá-lo com exigências éticas. ” (WEBER, 1999, pág. 387)

Ainda que nesta obra Weber esteja tratando de um tema diferente do nosso, a modernização e profissionalização da burocracia na China, durante o século XIX, podemos perceber a importância dos burocratas do Estado agindo em nome dos interesses empresarias, deslocando o poder tradicional, da honra, do patriarcado para os interesses da atividade econômica modernizante à época, pois...

“Politicamente importante era... devido à grande habilidade adquirida das classes possuidoras na gerência de assuntos políticos, em conexão com a forte dedicação convencional e a identificação com o Estado. Economicamente importante era sobretudo a minimização inevitável da administração, a qual, apesar da forte vinculação convencional da "ética dos negócios", deixava o caminho quase livre para o desenvolvimento da iniciativa econômica” (WEBER, 1999, página 283)

Esta ética do trabalho está muitas vezes submetida ao poder do capital e varia e se ajusta às necessidades ditadas pelas circunstâncias, que o próprio Max Weber menciona, pelo menos, em quatro fundamentações morais diferentes. Primeiramente temos uma ética econômica tradicional, baseada no costume e na

tradição. Existe também uma ética carismática, que é a moral do capitalista aventureiro, do empreendedor herói, inteiramente centrada na racionalidade quanto aos fins, que entende o trabalho como forma de autossatisfação.

Temos ainda em Weber, uma ética racional prática, também centrada na racionalidade quanto aos fins, mas, diferentemente da carismática, fruto do interesse próprio, do utilitarismo instrumental, que entende o trabalho como um meio da busca de riqueza e de status. E por último, uma ética da racionalidade econômica, relacionada ao espírito do capitalismo moderno e que entende o trabalho como dever (um fim em si mesmo), como vocação e virtude. Orientada por valores como a honestidade, a solidariedade; sendo esta é a moral com maiores possibilidades de trazer equilíbrio e estabilidade para sustentar o sistema econômico racional (CHERQUES, 1997).

Neste sentido, podemos entender com bastante clareza parte do discurso sobre transparência, ética e responsabilidade que aparece com frequência nos relatórios anuais empresariais, pensando estes documentos como parte substancial de um sistema de dominação, poder e interesse do capital, que acaba sendo absorvido pelos dominados, sem nem se darem conta a que tipo de interesses estão submetidos naquele contexto.

Assim sendo, na...

“Relação entre o diretor de uma sociedade anônima, que está obrigado a defender os interesses dos acionistas que são os verdadeiros "donos", e os trabalhadores de sua fábrica, e totalmente impossível na relação entre o diretor do banco que financia a sociedade anônima e aqueles trabalhadores, ou na relação entre o proprietário de títulos hipotecários e o dono de um bem hipotecado pelo banco correspondente.

A "competitividade", o "mercado" - mercado de trabalho, mercado financeiro, mercado de bens -, considerações "objetivas", nem éticas nem antiéticas, mas simplesmente aéticas, indiferentes a toda ética, determinam o comportamento nos pontos decisivos e colocam instâncias impessoais entre as pessoas atingidas.

Esta "escravidão sem dono", em que o capitalismo envolve o trabalhador ou o devedor hipotecário, é eticamente discutível apenas como instituição, mas esta não é - em princípio - a atitude pessoal do envolvido, nem por parte dos dominadores nem por parte dos dominados, pois a atitude pessoal lhe está prescrita em todos os pontos essenciais pelas situações objetivas, sob pena de uma ruína

econômica inútil sob todos os aspectos, e - e este é o ponto decisivo tem o caráter de um "serviço" prestado a uma finalidade objetiva impessoal." (WEBER, 1999, pág. 387)

Além disso, a obra de Weber tornou-se fundamental para entendermos como as estruturas do Estado, sua burocracia e o avanço institucional são importantes como suporte para o desenvolvimento do capital e o fortalecimento das grandes corporações privadas e seu poder.

Neste sentido, para Peter Evans em seu livro Autonomia e Parceria:

"A utilidade da perspectiva weberiana é aquela que vai além da discussão sobre as políticas que são passíveis de dar suporte aos mercados e trazem à tona a questão do tipo de estrutura institucional que o Estado deve ter de forma que seja uma contrapartida eficiente aos grupos empresariais privados". (EVANS, 2004, pág. 59)

Neste sentido, utilizamos também a obra de autores contemporâneos como Peter Evans, pois este nos ajudou a explicitar e entender as relações entre o Estado, empresas e desenvolvimento a partir de uma abordagem institucional comparativa, onde buscamos compreender as alianças e relações entre estes atores, uma vez que para Evans é de suma importância:

"Pensar como os Estados podem ir mais longe do que simplesmente prover um ambiente estável para o capital privado significa olhar mais de perto as relações Estado-sociedade, particularmente aquelas que conectam o Estado aos grupos empresarias. " (EVANS, 2004, pág. 60).

Ao longo do trabalho procuramos entender de uma forma crítica, como estes fenômenos sociais estão relacionados com o crescimento dos benefícios econômicos e, ao mesmo tempo, a uma crescente exclusão social no mundo atual e o quanto estes conceitos de responsabilidade social, ética empresarial e mesmo a sustentabilidade estão em disputa no mundo contemporâneo, muitas vezes via a amenização do conflito e o mascaramento dos interesses específicos do capital, a partir de um discurso de interesse coletivo e bem comum.

Desta forma, buscamos ao longo do trabalho utilizar Luc Boltanski, suas ideias e seus conceitos, que estão dispersos ao logo desta tese, justamente para tentar para compreender o contexto onde se inserem as empresas neste processo de expansão e perpetuação do capitalismo contemporâneo, mesmo que ele agora seja desenvolvido e efetivado a partir de um discurso difuso e amplamente aceito de responsabilidade e sustentabilidade empresarial.

Assim sendo, o autor foi fundamental para alcançarmos uma compreensão de como as próprias críticas a este processo – ou mesmo os discursos de apoio – são utilizadas pelas empresas tanto para fortalecimento quanto para refrear os processos considerados não éticos e irresponsáveis realizados pelas próprias empresas, anulando antecipadamente a capacidade de intervenção governamental ou de intervenção social mais dura e/ou organizada sobre as próprias corporações (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2002).

Ou seja, a partir de uma leitura crítica de todo esse processo, podemos perceber, o quanto estas análises críticas a determinadas condutas empresariais (feitas por atores e organizações inseridas no próprio processo, legitimadas por estas mesmas empresas), muitas vezes, cumprem um papel de amenizar ou reforçar certo tipo de atuação e práticas de grandes empresas, durante o próprio processo de justificativa da preponderância do econômico, sobre o social e o ambiental; e isso ocorre, muitas vezes, antes mesmo que o conflito socioambiental esteja conflagrado, ou mesmo, em alguns casos, sequer tenha sido percebido por parte dos atores envolvidos direta e indiretamente no processo.

1.2 – O Sustentável, Conferências ONU e Tripé da Sustentabilidade

Para aprofundar o entendimento sobre o conceito e as definições de sustentabilidade, buscamos elaborar uma visão mais crítica sobre o sustentável e os próprios limites do que seria, na prática, um desenvolvimento sustentável no século XXI, a partir de autores importantes que trabalharam o tema nos últimos anos.

José Eli da Veiga, por exemplo, tem desenvolvido uma leitura crítica sobre a indefinição do termo sustentabilidade, que foi forjado na busca de um consenso político e ideológico, ao menos em discurso, visando unir diferentes países e grandes empresas em torno de um conceito vago e que, de certa forma, trinta anos depois, ainda segue em disputa; como no caso do discurso da sustentabilidade empresarial o próprio conceito de desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2010).

Dentro da perspectiva e do olhar sobre a interação entre o econômico, o social e o ambiental – justamente no debate ainda em disputa sobre esta busca de interação e equilíbrio; surgiu um dos conceitos que definem a sustentabilidade, baseado no que se convencionou chamar de Tripé da Sustentabilidade, a partir de uma proximidade forte com as práticas empresariais no final do século passado, desenvolvido por John Elkington no final dos anos 1990.

Em seu livro “Canibais com Garfo e Faca”, Elkington relacionou de maneira bastante superficial e simplificada as práticas empresariais e a possibilidade concreta destas reduzirem seus impactos negativos no mundo, a partir de uma prática empresarial sustentável, que seria possível e se realizaria a partir de um equilíbrio quase mágico entre o socialmente justo, o economicamente viável e o ambiental adequado em todas as práticas internas e externas realizadas pelas corporações (ELKINGTON, 2001).

Neste mesmo sentido, outro autor que faz parte da nossa revisão conceitual, que tratou e foca neste tema em seus trabalhos, é o franco polonês Inacy Sachs, cuja obra também aborda o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade a

partir das três dimensões clássicas e básicas: econômica, social e ambiental; acrescentando ainda a dimensão espacial e cultural da sustentabilidade; além de rediscutir o próprio elemento desenvolvimento em seus escritos (SACHS, 2009).

A partir de uma visão mais holística, Sachs aborda a sustentabilidade através destas cinco dimensões, defendendo que os problemas da sociedade no século XXI não poderão ser resolvidos somente através de um foco na gestão dos recursos econômicos ou ambientais, mas sim num enfoque mais amplo que abrange os aspectos culturais e uma relação entre o global e o local, que sempre irá se realizar geograficamente em determinada região e espaço de materialização concreta (SACHS, 2009).

Ainda que diferentes autores coloquem as origens da discussão sobre sustentabilidade relacionada aos problemas ambientais que aparecem a partir do pós-guerra, nos anos 1950, em geral relacionado aos impactos das primeiras bombas nucleares, foi somente na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano de 1972[8], em Estocolmo, na capital da Suécia, que pela primeira vez esse tema passou a repercutir entre tantos países e empresas ao redor do mundo.

"As chuvas ácidas sobre os países nórdicos levaram a Suécia, em 1968, a propor ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc) a realização de uma conferência mundial que possibilitasse um acordo internacional para reduzir a emissão de gases responsáveis pelas chuvas ácidas. O resultado foi a aprovação da Conferência de Estocolmo, em 1972. Durante seus preparativos – ocorridos em mais de três anos – foram colocados face a face países desenvolvidos e não desenvolvidos (o Terceiro Mundo, conforme a nomenclatura da época). Os primeiros, preocupados com a crescente degradação ambiental que ameaçava sua qualidade de vida. Os outros, preocupados em não sofrerem restrições à exportação de seus produtos primários e não terem seu desenvolvimento obstruído. Essa oposição era ainda mais tensa se imaginarmos que países do Terceiro Mundo atribuíam ao seu pouco crescimento econômico parte dos problemas ambientais. Portanto, para eles a solução dos problemas ambientais passava pela extinção da pobreza. " (NASCIMENTO, 2012, pág.53)

---

[8] O nome original em inglês desta primeira conferência foi United Nations Conference on the Human Environment. Posteriormente, as conferências foram atualizadas, assim como os conceitos para Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Mais detalhes sobre a Conferência de 1972 e outras sobre meio ambiente realizadas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), estão disponíveis em: https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/ <acesso em: 10 de nov. 2017>

A reunião realizada em Estocolmo ocorreu sob o impacto provocado pelo Relatório do Clube de Roma (“The Club of Rome”, organização fundada em 1968[9]). Relatório este que ficou conhecido como Os Limites do Crescimento, publicado como livro também no ano de 1972, que propunha a desaceleração do desenvolvimento industrial nos países desenvolvidos e o decréscimo populacional, nos países subdesenvolvidos. Previa também uma ajuda dos países mais ricos para que os mais pobres pudessem se desenvolver (VEIGA, 2010).

Os governos movimentaram-se na criação de agências relacionadas à questão ambiental, pois uma das constatações ao longo da preparação da reunião de 1972 em Estocolmo foi que faltavam dados confiáveis e não havia informações científicas e governamentais confiáveis sobre o tema. Neste sentido, cabe destacar que os Estados Unidos criam em 1970 a sua agência ambiental, a Environmental Protection Agency (EPA), e o Brasil criou já em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) (NASCIMENTO, 2012).

Uma das consequências desse período inicial e de institucionalização da questão ambiental foi a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), dirigida pela norueguesa Gro Harlen Brundtland, cujo relatório de 1987 (Our Common Future) tinha como missão propor uma agenda global para a mudança de postura sobre a questão ambiental.

Este período concentrou um enorme esforço para conciliar a preservação do meio ambiente com o discurso por um desenvolvimento econômico – defendido principalmente pelos países periféricos ou em desenvolvimento – cujo resultado final ficou conhecido pelo nome de Desenvolvimento Sustentável.

A definição deste tipo de desenvolvimento, bastante conciliatório, se tornou objeto de um grande debate mundial, a partir do conceito de que este é um

---

[9] Para mais informações sobre o Clube de Roma e sua fundação acesse: http://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/clube-roma-relatorio-limites-crescimento-1972/ e também http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=148&infoid=12080#.Wf3sMWhSzIU <acesso em 10 de nov. 2017>

desenvolvimento que deve satisfazer as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades (CMMAD, 1991). Nas palavras da própria Comissão, na parte inicial chamada de Visão Panorâmica:

> "Não prevemos o futuro; apenas transmitimos a informação – uma informação urgente, baseada nas evidências científicas mais recentes e mais abalizadas – de que é chegado o momento de tomar as decisões necessárias a fim de garantir os recursos para o sustento desta geração e das próximas. Não temos a oferecer um plano detalhado de ação, e sim um caminho para que os povos do mundo possam ampliar suas esferas de cooperação. " (CMMAD, 1991, pág. 02)

A força e a fraqueza dessa definição encontram-se justamente nessa fórmula vaga, pois se deixam em aberto quais seriam as necessidades humanas atuais, e mais quais seriam estas necessidades das gerações futuras. Aqui se introduziu uma noção do Direito Geracional no conceito de sustentabilidade, associando-a a noção de justiça social (redução das desigualdades sociais e direito de acesso aos bens necessários a uma vida digna) e aos valores éticos (compromisso com as gerações futuras).

Nosso Futuro Comum se posiciona contra os efeitos do liberalismo econômico e político, que naquela época provocava o aumento das desigualdades sociais entre os países, e adicionava a dimensão social e econômica como parte integrante da questão ambiental: "A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais do mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional" (CMMAD, 1991, pág. 04).

Em 1989, a Assembleia das Nações Unidas (ONU) aprovou a convocação da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) para 1992, que ficou conhecida como Eco 92 ou Rio 92. Os efeitos mais significativos estiveram relacionados aos documentos e convenções elaboradas em 1992, como a criação da Convenção da Biodiversidade e das Mudanças Climáticas – que resultou no Protocolo de Kyoto –, a Declaração do Rio e a Agenda 21. Além disso, o próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade, que se

consolida em empresas e governos a partir da Conferência de 92. Todavia, A Declaração do Rio segue a mesma linha das decisões da reunião de Estocolmo, ou seja, relaciona meio ambiente e desenvolvimento, por meio da boa gestão dos recursos naturais, sem comprometimento do modelo econômico vigente, de maneira pouco crítica e buscando novamente o consenso (VEIGA, 2010).

As contradições entre os países mais desenvolvidos e os mais pobres ficaram ainda mais claras quando os Estados Unidos da América não assinaram o Protocolo de Kyoto, mesmo após o Intergovernmental Panel for Climate Change (IPCC), em 2007, lançar um importante e tocante alerta sobre os riscos prementes do aquecimento global e a contribuição fundamental nesse processo da ação antrópica – ou seja, as escolhas e opções dos homens e mulheres, governos e empresas; são responsáveis por esta tragédia global anunciada, e não a própria a natureza (NASCIMENTO, 2012).

Em meio a um grande o debate, se estabeleceu um consenso sobre o desenvolvimento sustentável ser composto essencialmente de três dimensões: o econômico, o social e o ambiental; embora autores como Ignacy Sachs (2009), considerem a relevância de cinco dimensões para discutir e definir o tema. Ainda assim, nos preparativos e diferentes artigos publicados que precederam a Conferência Rio + 20, que ocorreu em junho de 2012, o próprio Sachs reafirma o tripé da sustentabilidade, num resumo perfeito dos fatos históricos recentes que marcaram a trajetória do tema e do equilíbrio das dimensões necessárias para a sustentabilidade:

“Com respeito à histoire immédiate, a Conferência Rio+20 seguirá o mesmo caminho da pioneira Conferência de Estocolmo em 1972, ela própria precedida pelo inovador Seminário Founex realizado em 1971 e pela publicação do best-seller de Barbara Ward e René Dubos (1972), Only one Earth. Em seguida, vieram a primeira Cúpula da Terra no Rio em 1992 e a Conferência de Johanesburgo em 2002. Uma das consequências mais duradouras da Conferência de Estocolmo foi a passagem de uma concepção socioeconômica bidimensional para a noção tridimensional de eco-sócio-economia – comparável em certo sentido à passagem da geometria plana para a espacial (cf. Sachs, 2006). ” (SACHS, 2012, pág. 8).

Neste sentido, foi justamente a partir da passagem de uma visão bidimensional, na qual os problemas principais do século estavam relacionados ao binômio economia-sociedade, e poderiam ser equacionados a partir de uma visão socioeconômica; que as Conferências das Nações Unidas que relacionaram desenvolvimento e meio ambiente, ocorridas aos logo dos anos 1970, 1980 e 1990; colocaram uma nova forma de ver as questões, os impactos e até a forma de medir e mensurar ações governamentais e empresariais: os problemas e a busca de soluções passariam, no final do Século XX, a relacionar-se ao trinômio economia-sociedade-meio ambiente, agregando ao conceito de sustentabilidade, para além da visão de direito Inter geracional, a visão do tripé da sustentabilidade (SACHS, 2009).

O Tripé da Sustentabilidade também conhecido como Triple Botton Line, ou ainda, como os três pilares ou os 3Ps (People, Planet e Profit) da sustentabilidade foi desenvolvido no final dos anos 1990 pelo sociólogo, professor e consultor inglês, John Elkington. Este autor teve um histórico como ativista ambiental nos anos 1980 e foi também o criador, em 1987, de uma das principais organizações sem fins de lucro a trabalhar com o tema da sustentabilidade nas empresas: a SustainAbility.[10]

Este conceito de Tripé da Sustentabilidade tem recebido inúmeras críticas, pois assim como o próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável, busca o amplo consenso e evita críticas sobre os impactos e os eventuais responsáveis sobre os problemas ambientais, as mazelas sociais e a origem dos problemas econômicos.

Basicamente, este conceito está calcado nos termos do economicamente viável, o ambientalmente correto e o no socialmente justo (ELKINGTON, 2001), muitas vezes não aprofundando o que seria o injusto e o errado e que grupo ou organizações seriam os responsáveis por estes impactos ou atitudes negativas. Diferentes críticas aparecem relacionadas aos termos, que muitas vezes aparece acusado de simples retórica, assim como o desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2010).

---

[10] Mais informações sobre a história da organização inglesa Sustainability estão disponíveis em: http://sustainability.com/who-we-are/our-story/ <acesso em 8 de nov. 2017>

Em relação ao termo “economicamente justo” em pleno século XXI, um dos pés do conceito da sustentabilidade, há uma contradição com o discurso do tripé que gera um problema em relação a este conceito – conforme já apontado aqui no Referencial Teórico deste trabalho –, pois a economia capitalista contemporânea está carregada de práticas contraditórias relacionadas à exploração de mão de obra barata, uso de crianças e trabalho análogo à escravidão, concorrência a qualquer preço, estímulo ao consumismo desenfreado e uma manutenção da lógica economicista da redução dos custos e maximização dos lucros, muitas vezes a partir de uma lógica de curto prazo.

Em relação à concepção do socialmente justo, sabemos que existe no mundo uma concentração enorme que deixa milhões de pessoas na miséria, onde justiça social é uma coisa cada vez mais rara, enquanto observamos os milhões de excluídos da sociedade e sem seus direitos básicos atendidos, principalmente nos países mais pobres ou em vias de desenvolvimento.

Já em relação ao termo ambientalmente correto podemos presenciar as práticas de governos e empresas ao redor do planeta, que estão cada vez mais longe de qualquer concepção de defesa ou preocupação concreta em relação ao meio ambiente. Neste sentido observamos também muitas empresas destruidoras dos ecossistemas, focando na produção de serviços e produtos não-sustentáveis, a partir de um marketing verde – no mal sentido do termo – ou *greenwashing*, por um lado. Por outro a sociedade contemporânea em seu ritmo produtivo, ainda não conseguiu mitigar o avanço das emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE) e o excesso de consumo de energia e água no planeta, onde observamos muitos projetos pontuais de pouca relevância, de fato para combater os extremos climáticos, as espécies e os biomas ameaçados de extinção.

1.3 – A Teoria Institucional e a Institucionalização da Sustentabilidade

Parte fundamental deste trabalho foi embasada na Teoria Institucional, a partir de alguns dos seus principais autores, justamente para tentarmos compreender como ocorreu esta institucionalização dos discursos e das práticas de sustentabilidade por parte das organizações – tanto de maneira formal quanto informal – e como e porque algumas empresas passaram a seguir e/ou copiar, mesmo que de maneira totalmente mimética e não crítica, as práticas e discursos de outras organizações; mesmo na utilização de temas e expressões ainda em discussão, fruto de disputa conceitual e por espaço de atuação e domínio do saber específico, como é o caso da responsabilidade social e da própria sustentabilidade.

Hall e Taylor identificam que existem três correntes distintas de visões sobre o papel das instituições e organizações, que se denominam como Teorias Neo Institucionais. Estas correntes surgiram em oposição a Teoria Comportamental, o em oposição ao Behaviorismo e buscam entender o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos. Porém, as leituras que estas diferentes correntes apresentam do mundo político, são muito diferentes (HALL e TAYLOR, 2003).

“Designaremos essas três escolas de pensamento como institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico” colocam os autores em artigo de 2003. (HALL e TAYLOR, 2003, página 193). E seguem afirmando que é importante diferenciar estas escolas, principalmente na “atitude de cada qual em face de duas questões que deveriam ser fundamentais em toda análise institucional: (1) como construir a relação entre instituição e comportamento; (2) como explicar o processo pelo qual as instituições surgem ou se modificam. ” (Idem, pág. 194).

Assim sendo, uma questão crucial para toda análise institucional seria tentar responder ao seguinte ponto: como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos? Até porque, em última análise, é por intermédio das ações dos indivíduos que as instituições exercem influência sobre as situações políticas e sociais.

Em geral, os neo institucionalistas respondem de duas maneiras a essa questão inicial. Uma pode ser chamada de “perspectiva calculadora” e a outra de “perspectiva cultural”. Cada uma delas responde de modo ligeiramente diferente também a outras três questões básicas: como os atores se comportam, o que fazem as instituições, por que as instituições se perpetuam (HALL e TAYLOR, 2003).

As instituições, segundo uma perspectiva “calculadora” afetam os comportamentos em primeiro lugar, ao oferecerem aos atores uma certeza “mais ou menos” grande quanto ao comportamento presente e vindouro dos outros atores. Mas o ponto principal é que elas afetam o comportamento dos indivíduos aos incidirem sobre as expectativas de determinado ator no tocante às ações que os outros atores realizarão.

Já perspectiva “cultural” trata essas questões de modo diferente, ao focar na questão de até que ponto o comportamento jamais é inteiramente estratégico, mas limitado pela visão do mundo de cada indivíduo. Ou seja, embora reconhecendo que o comportamento humano é racional e orientado para fins, ele enfatiza o fato de que os indivíduos recorrem com frequência a padrões já estabelecidos ou a modelos de comportamento já conhecidos para atingir determinados objetivos.

“Que fazem as instituições? Desse ponto de vista, as instituições fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação. O indivíduo é concebido como uma entidade profundamente envolvida num mundo de instituições composto de símbolos, de cenários e de protocolos que fornecem filtros de interpretação, aplicáveis à situação ou a si próprio, a partir das quais se define uma linha de ação. Não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a ação”. (HALL e TAYLOR, 2003, pág. 198)

Neste sentido, percebemos o quanto as empresas, os diferentes profissionais e os gestores acabaram imitando e copiando, de maneira mimética, as formas e muitas vezes também os conteúdos tanto dos relatórios sociais anuais no século XX, quanto dos relatórios de sustentabilidade no século XXI. Muitas vezes utilizando termos e conceitos ainda indefinidos e fruto de disputas, como é o caso dos termos Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

Assim sendo, podemos entender também que existem disputas e relações de poder dentro deste mercado da responsabilidade social, das certificações socioambientais e de busca de padronização de determinado modelo de relatório anual a ser adotado nos países – além do próprio tipo de padrão será absorvido e sugerido pelas instituições globais de governança (ONU, OMC, Banco Mundial, OCDE, entre outras). Ainda que estas relações de poder sejam distribuídas e disputadas de maneira bastante desigual.

“Mas os teóricos do institucionalismo histórico prestaram atenção sobretudo ao modo como as instituições repartem o poder de maneira desigual entre os grupos sociais. Assim, ao invés de basear seus cenários sobre a liberdade dos indivíduos de firmar contratos, eles preferem postular um mundo onde as instituições conferem a certos grupos ou interesses um acesso desproporcional ao processo de decisão. ” (HALL e TAYLOR, 2003, pág. 200)

A partir desta visão, percebemos o papel e a disputa entre universidades, empresas de consultoria, certificadoras, organizações da sociedade civil, intelectuais disputando consultorias e demais empresas; num embate constante – tanto nos aspectos e Modelos do Social durante o século XX, quanto dos Modelos de Sustentabilidade no século XXI – para garantir a legitimidade necessária e se perpetuar com fiel depositária da “bandeira” social ou da sustentabilidade no caso dos atores periféricos. Além do forte trabalho e investimento das grandes empresas para se legitimarem frente aos seus diferentes públicos de interesse.

Neste processo, os grandes atores da governança global, também cumprem um papel fundamental nessa legitimação e difusão desses temas, como podemos observar nos projetos, iniciativas e diferentes agências das Organizações das Nações Unidas (ONU), OCDE, Banco Mundial, OMC, OMS, OIT e outras.

Assim sendo, a questão fundamental, nessa ótica, é evidentemente a de saber o que confere “legitimidade” a certos arranjos institucionais, em prioridade de se legitimar outros. Em última análise, essa questão conduz a uma reflexão sobre as fontes da autoridade cultural nas instituições (HALL & TAYLOR, 2003).

“Em Sociologia, certos institucionalistas enfatizam o fato de que a expansão do papel regulador do Estado moderno impõe, pela via da autoridade, numerosas práticas às organizações. Outros salientam que a crescente profissionalização de numerosas esferas de atividade engendra comunidades profissionais dotadas de uma autoridade cultural suficiente para impor a seus membros certas normas ou certas práticas.

Em outros casos, práticas institucionais comuns são tidas como nascendo de um processo de discussão mais interpretativo entre os atores de uma dada rede (relativo a problemas comuns, sua interpretação e sua solução), que se dá em diversos foros, desde a escola de gestão até o colóquio internacional. Intercâmbios desse tipo são vistos como oferecendo aos atores esquemas interpretativos comuns, que concretizam a intuição das práticas institucionais apropriadas, as quais são em seguida amplamente difundidas. “ (HALL e TAYLOR, 2003, pág. 212)

Assim, a visão Neo Institucionalista nos ajuda a entender de forma crítica e formalizada o papel e o grande número de organizações que orbitavam em torno do tema da Responsabilidade Social Corporativa nos anos 1990, além dos próprios termos, expressões e modelo; e as tantas palavras e expressões mais – ou as mesmas que apenas mudaram ou renovaram seus discursos e modelos de relatórios – que passaram a atuar com os temas da Sustentabilidade, modelo e normas mais aceitas dentro do universo do sustentável e da sustentabilidade no século XXI.

Capítulo 2 – Do Social

O social dentro do âmbito empresarial e o efetivo papel das corporações na sociedade mostra-se presente desde o final do século XIX, quando o discurso da ética passa a acompanhar mais de perto as ideias liberais e democráticas, relacionadas à maior igualdade de direitos e oportunidades. A partir de uma visão onde todos os indivíduos poderiam desenvolver suas capacidades, de maneira equitativa, com liberdade e igualdade de oportunidades.

Assim, estamos assumindo neste trabalho, que uma parte dos democratas liberais identificava o elemento "liberal" como a igual liberdade para que todos os indivíduos pudessem desenvolver suas capacidades; e não a partir de uma ótica capitalista do último quartel do século XX, onde a liberdade significa o mais forte poder eliminar o mais fraco, segundo as regras do livre mercado e o ultra capitalismo do fim do século passado.

Desta forma, entendemos que este processo de envolvimento de empresas e empresários com ações sociais concretas tem parte das suas origens nas ideias de democracia liberal que buscavam, conforme *"John Stuart Mill e os liberal-democratas éticos que o acompanharam em fins do século XIX e inícios do século XX, uma sociedade empenhada em garantir que todos os seus membros sejam igualmente livres para concretizar suas capacidades. "* (MACPHERSON, 1978, pág. 9)

No início do século XX encontramos as primeiras – e obviamente bastante isoladas e não representativas – manifestações de parte do pensamento empresarial e acadêmico que procuravam não limitar a atuação das empresas na busca incessante do lucro a qualquer preço e referiam-se a um outro papel que as instituições privadas, tanto comerciais quanto industriais, deveriam cumprir:

“Segundo Howard Bowen, cuja obra é um marco no campo da Responsabilidade Social da Empresa, as primeiras manifestações desta ideia surgiram no início do século, em trabalhos de Charles Eliot (1906), Arthur Hakley (1907) e John Clark (1916). Tais ideias, porém, não tiveram maior aceitação nos meios acadêmicos e empresariais, onde deviam soar - considerada a época - como heresias socialistas” (DUARTE, 1986, pág. 41)

Estas *novas ideias,* ou esta *nova* forma de pensar e agir, foram imediatamente associadas, de forma pejorativa, ao pensamento socialista à época – que foi significativamente representativo em parte da Europa no início do século XX. Estas foram combatidas veementemente pela maioria dos empresários e pelo pensamento capitalista mais conservador, hegemônico nos meios acadêmicos durante o período citado.

Desta forma, observa-se que a chamada responsabilidade social empresarial nos países considerados como os mais desenvolvidos e democráticos do globo não é um assunto inédito. Desde o início do século XX registram-se pequenas, mas concretas, manifestações a favor deste tipo de comportamento corporativo.

Nos anos 1920 a ideia de uma atuação social mais efetiva por parte das empresas privadas reaparece. Esta, porém, continuou não obtendo maior aceitação pela maioria dos empresários e intelectuais. E o ”*mesmo aconteceu às ideias do inglês Oliver Sheldon que, em 1923, defendeu a inclusão entre as preocupações da empresa, de outros objetivos além do lucro dos acionistas. ”* (Idem)

Nos anos 40, em parte da Europa, se registrou o primeiro apoio empresarial explícito – uma pequena parte dos empresários ingleses do setor industrial – à necessidade de as corporações atuarem com responsabilidade em relação aos seus funcionários e contribuírem de forma efetiva para o bem-estar da sociedade como um todo:

“Vinte anos mais tarde, em 1942, a ideia aparecia num manifesto subscrito por 120 industriais ingleses, onde se afirmava sem rodeios: ‘A responsabilidade dos que dirigem a indústria é manter um equilíbrio justo entre os vários interesses do público como consumidor, dos funcionários e operários

como empregados e dos acionistas como investidores. Além disso, dar a maior contribuição possível ao bem-estar da nação como um todo. ” (Idem)[11]

Nos EUA, dos anos vinte até o início da década de 1950, a questão da responsabilidade social das empresas não despertou maior interesse, tanto nos empresários, quanto na sociedade como um todo. Todavia, cabe destacar a obra, o livro de Howard Bowen escrito nos anos 50, que é considerada o marco inicial do entendimento e sistematização da responsabilidade social das empresas:

“... somente em 1953 que surgiu nos Estados Unidos o primeiro livro analisando o tema em extensão e profundidade: Social Responsibilities of the Businessman, de Howard Bowen. A obra alcançou grande repercussão nos meios acadêmicos e empresarias sendo logo traduzida para vários idiomas, inclusive o português. ” (DUARTE, 1986, pág. 42)

A partir desta obra, o tema começava a difundiu-se, alcançando as universidades e uma parcela crescente do empresariado norte-americano; e é “*Na mesma década, o assunto difunde-se pelos meios empresariais e acadêmicos norte-americanos. É incluído por algumas universidades, como tema de seminários e cursos regulares, tornando-se objeto de encontros, simpósios e cursos de atualização para executivos*. ” (Idem)

O início dos anos 1960 nos EUA registra uma popularização do tema da atuação ética e responsável por parte das empresas. Essa ideia acabou ganhando terreno na sociedade norte-americana em geral, por conta de uma série de programas de televisão dirigidos por Joseph McGuire, que acabaram tornando-se um livro em 1963. (MCGUIRE, 1963)

“Os acontecimentos e transformações sociais que tumultuaram a década colocam em relevo os problemas socioeconômicos e, de certa forma, preparam o campo para a aceitação da ideia. Verifica-

---

[11] Esta ênfase na questão do consumidor, aparece recorrentemente no discurso de alguns empresários contemporâneos, onde, em geral, confunde-se - intencionalmente ou não - a ideia de cidadão com a de consumidor, onde os direitos do consumidor acabam sendo muito mais valorizados e priorizados, muitas vezes, do que os próprios interesse e Direitos relacionados à cidadania, das pessoas, tanto dentro quanto fora das empresas.

se um recrudescimento das críticas aos abusos do poder econômico. Os movimentos feministas e de defesa das minorias étnicas evidenciam ante a opinião pública a atuação discriminatória das empresas, no tocante as políticas de emprego, salário e carreira. O movimento ecologista desenvolve grande atividade de conscientização social quanto aos abusos cometidos em relação ao ambiente, incluindo o tema entre as preocupações de governantes, comunidades e empresas. A consciência da degradação progressiva da qualidade de vida aumenta o questionamento do crescimento econômico e as críticas à atuação das empresas." (DUARTE, 1986, pág. 42)

Porém, a partir da segunda metade dos anos 1960 nos Estados Unidos da América (EUA) e em parte da Europa ocidental – particularmente na França e na Inglaterra – que uma parcela da sociedade civil organizada iniciou uma pressão por um comportamento mais socialmente responsável no âmbito empresas. A resposta ao crescimento dos movimentos sociais e às lutas pelos direitos civis não tardou a chegar: diversas empresas americanas e europeias iniciaram algumas mudanças na forma de lidar com a matéria prima utilizada, a pensar nos interesses dos consumidores, fornecedores e, alguma medida, também em seus trabalhadores.

Nos anos 1970, algumas destas empresas perceberam a importância estratégica de dar publicidade às ações sociais realizadas. Assim sendo, foi nesta mesma década de 70 que se iniciou, ainda que timidamente, em alguns países da Europa a necessidade de realização periódica e divulgação anual dos primeiros balanços ou relatórios de atividades sociais.

O repúdio da população norte americana à Guerra do Vietnã (1964-1973) deu início a um movimento de boicote à aquisição dos produtos e das ações na bolsa de valores daquelas empresas que, de alguma forma, estavam ligadas ao conflito bélico na Ásia. Estas manifestações, aliadas às lutas pelos direitos civis norte-americanos acabaram trazendo novos e determinantes fatores para esta questão: a participação popular, a opinião pública e a cobrança por parte da sociedade de uma nova postura empresarial.

Diversas instituições da sociedade civil organizada, como igrejas e associações, passaram a denunciar o uso de armamentos de extermínio em massa que dizimavam comunidades inteiras e afetavam negativamente o meio ambiente, colocando em risco a própria sobrevivência e o futuro do homem no planeta –

principalmente as armas químicas, entre elas o *napalm*. A guerra do Vietnã provocou um grande desgaste político para os governos *Nixon* e *Ford*, e também para a imagem das empresas que se beneficiaram economicamente daquele episódio.

"A guerra do Vietnã, na década de 60, sob a administração Nixon, gerou profunda insatisfação popular, fazendo com que a sociedade manifestasse e repudiasse tal disputa. A utilização de armamentos sofisticados – bombas de fragmentação, gases paralisantes, napalm, etc. – produzidos pelas empresas norte-americanas, que prejudicavam o homem e o meio ambiente, bem como a persistência tenaz das discriminações de raça, ou de sexo no emprego fazem com que numerosas organizações tomem posição por uma nova moral empresarial; não, as empresas não têm mais o direito de produzir e vender o que queiram, de licenciar novos produtos quando queiram, de justificar por sua rentabilidade financeira a incitação permanente ao consumismo... A consciência social bascula; a América adota uma nova ordem ética..." (TINOCO, 1984, pág. 22)

Como uma reação, que em parte devia-se às pressões da sociedade norte-americana, que exigia uma postura ética e um novo tipo de ação empresarial em relação às questões sociais e ambientais; algumas empresas daquele país passaram – além de verdadeiramente começar a mudar suas práticas e a forma de relacionarem-se com funcionários, consumidores e o meio ambiente – a prestar conta anualmente de suas ações sociais e ambientais, como forma de justificar-se. Buscando assim, de maneira estratégica e utilitarista, uma transformação positiva da imagem junto aos consumidores, investidores e perante a sociedade em geral.

A ação das organizações da sociedade civil norte-americanas, em um movimento por ampliação e efetivação da cidadania – através de associações, sindicatos e clubes de investidores – influenciaram de forma direta e indireta a prática e o discurso de muitas empresas e empresários daquele país:

"... [quais] *foram as organizações que comandaram?* [Estas transformações]... *Segundo o prof. Edmond Marques, foram 'as igrejas, as fundações, as organizações caritativas, as universidades, as associações de antigos combatentes da Coréia e do Vietnã' " (TINOCO, 1984, pág. 22)*

Todas estas transformações ocorridas no âmbito das empresas relacionam-se, de alguma forma, aos movimentos sociais da década de 1960. As lutas pela garantia dos direitos civis, com a busca de igualdade de direitos e o fim da discriminação racial pelo movimento negro norte-americano; a luta das mulheres para conquistar seu espaço e os movimentos de contestação na Europa; possuem dois grandes marcos no final da década: a "Marcha pela Paz" em abril de 1967 nos EUA, com o seu slogan *make love, not war;* e o movimento de "maio de 1968" na França, com o seu *"é proibido proibir"*.

Porém, foi somente no período que vai do final dos anos 1960 até o início dos 1970, que surgiu nos EUA, um substancial incremento na preocupação das empresas em relação ao social e ao ambiental. Desta preocupação, surge o interesse e a necessidade de prestar informações ao público em geral sobre as atividades desenvolvidas, tanto no campo social, quanto na área ambiental.

A resposta das empresas norte-americanas, elaborando e divulgando relatórios com informações de caráter social para dar satisfação à sociedade e tornar pública as suas ações sociais *politicamente corretas*, resultou no que se denomina atualmente *Relatório de Atividades Sociais* ou *Balanços Sociais*. Apesar de esta novidade ter nascido nos EUA, nunca existiu naquele país uma legislação que obrigasse estas empresas a realizarem anualmente este tipo de relatório. Talvez por isso e pelas características do liberalismo econômico daquela nação, a nomenclatura a respeito seja bastante variada: *social audit, social balance sheet, social accountability, social responsibility report, social report*.

As empresas norte-americanas foram as pioneiras na prestação de contas ao público. Porém a França foi pioneira na obrigatoriedade da elaboração do balanço social: o *Bilan Social* francês. A partir dos anos 1970, principalmente como resultado das pressões sociais e econômicas daquele período – as transformações ocorridas após o movimento estudantil de maio de 1968 – as empresas francesas deram início a publicação de quadros e relatórios contendo dados relacionados com a gestão de pessoal e as condições sociais no universo do trabalho. Estes quadros passaram a acompanhar as já tradicionais demonstrações financeiras e contábeis.

A ideia da responsabilidade social nas empresas popularizou-se na Europa durante os anos 1970. E foi a partir desta ideia e das novas práticas desenvolvidas, que em 1971 a companhia alemã STEAG produziu uma espécie de relatório social, um balanço das suas atividades sociais. Porém, o que pode ser classificado como um balaço social propriamente dito – nos moldes do que se entende por isso atualmente – foi o balanço realizado pela empresa Singer, na França em 1972. Este pode ser classificado como o primeiro balanço social da história das demonstrações anuais corporativas.

Na França, as várias experiências realizadas – aliada a uma cobrança por parte da sociedade – consolidaram a necessidade de uma avaliação mais sistemática e regular por parte das empresas no âmbito social. Foi assim até que em 12 de julho de 1977, aprova-se a Lei 77.769, que tornava obrigatória a realização de balanço social anual para todas as empresas com mais de 700 funcionários. O número de funcionários passou para 300, a partir de 1982 (DUARTE, 1986).

Alguns países da Europa seguiram os passos franceses e passaram a exigir de suas empresas, por legislação própria e de forma obrigatória, a elaboração do balanço social. Além da França, a divulgação anual do balanço social também se tornou obrigatória na Bélgica a partir de 1986 e em Portugal na primeira metade da década de 90.[12]

Para melhor ilustrar a questão da responsabilidade social das empresas na Europa, cabe citar o caso da empresa inglesa de cosméticos *The Body Shop*. Com sua primeira loja criada em 1976 por Anita Roddick, em Brighton na Inglaterra, esta empresa de produtos ditos *naturais*, vem desde o final dos anos 70 atuando de maneira ostensiva na luta pela defesa do meio ambiente na Europa e defendendo as florestas tropicais de diversos países do globo. A empresária Anita Roddick financia entidades sociais e ambientais, convoca seus funcionários e consumidores para boicotes contra empresas e organiza manifestações contra países que devastam o

---

[12] Conforme podemos constatar em: TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço Social*: Uma abordagem socioeconômica da contabilidade. Dissertação de Mestrado, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo (USP), 1984. E também: SANTOS, Ariovaldo. FREIRE, Fátima. MALO, François. *O Balanço Social no Brasil: gênese, finalidade e implementação como complemento às demonstrações contábeis*. Fortaleza, UFCE, Mimeo, 1997.

meio ambiente. Em 1996, a The Body Shop já operava com 1366 lojas em 64 países, e seus lucros foram de 53 milhões de dólares, num volume de vendas de 349 milhões.[13]

Desta forma, pode-se observar que foi a partir dos anos 80 que diversas organizações começaram a trabalhar sistematicamente com o tema da Responsabilidade Social das Empresas e ter efetiva preocupação com o Meio Ambiente, tanto nos EUA quanto na Europa. Cabendo destacar, além das já citadas, a atuação de entidades como o Business for Social Responsibility (BSR) nos EUA; o Council on Economic Priorities Accreditation Agency (CEPAA) que atua tanto num continente, quanto no outro; e a organização Accountability na Inglaterra.[14]

A CEPAA, uma organização não governamental norte-americana, merece um destaque especial neste período, tanto pelo trabalho realizado ao final dos anos 1990, tanto por iniciar sua atuação também no Brasil neste mesmo período[15]. Em 1998 foi desenvolvida a Social Accountability 8000 (SA 8000), normatização que passou a certificar empresas – que só recebem a SA 8000 após um longo processo de auditoria, nos rigorosos moldes da *ISO 9000* – que demonstrassem, segundo os critérios de auditoria e verificação desta entidade, proficiência nas suas relações sociais internas e na forma de relacionamento e tratamento dos seus funcionários e fornecedores. A SA 8000 estabelece como critério uma série de itens relacionados com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, acordos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, as resoluções da Organização Internacional do

---

[13] Para mais informações sobre a The Body Shop neste caso específico, ver: KOTLER, Philip. *Competitividade e Caráter cívico.* In: Francis Hesselbein et al. *A Organização do Futuro: como preparar hoje as empresas de amanhã*. São Paulo: Ed. Futura, 1997.

[14] As informações sobre estas instituições foram recolhidas por meio dos sites das organizações citadas. Disponível em: http://www.sa-intl.org/ e http://www.accountability.org/ <acesso em 17 de out 2017>

[15] No Brasil, no ano de 2000 somente quatro (04) empresas: CESG Consulting, De Nadai Alimentos, Avon do Brasil e a Bahia Sul Celulose e Papel possuíam a Certificação a SA 8000. Atualmente, no ano de 2017, segundo o site da própria organização que criou a norma, a SAI International, esse número é de sessenta e oito (68) empresas. Esta e outras informações estão disponíveis em: http://www.saasaccreditation.org/SA8000_Certified_Organisations_Pie_Chart_by_Country <acesso em 20 de out de 2017>

Trabalho (OIT), bem como toda a legislação do país aonde se encontre a empresa auditada.[16]

Sendo assim, neste contexto dos acontecimentos relacionados ao tema, se pode ressaltar as manifestações da sociedade em detrimento de algumas empresas, que foram denunciadas através dos meios de comunicação, como empresas *não responsáveis* ou *não éticas* – que é uma categoria que acaba nascendo ao mesmo tempo que o seu oposto: *RSE* ou *Empresa Socialmente Responsável*. Estas empresas foram acusadas, entre diversas questões, por destruir o meio ambiente e utilizar matérias primas que não se adéquam a preservação da vida no planeta; por aparecerem relacionadas com algum tipo de violação dos direitos humanos; encontrarem-se ligadas à utilização de trabalho escravo ou a falta de liberdade associativa; e/ou encontram-se explorando a miséria de determinados povos, principalmente, quando aparecem relacionadas com a utilização do trabalho infantil – exploração da mão de obra de crianças e jovens.

Alguns acontecimentos dos anos 1990 ilustram muito bem esta questão. Desta forma, cabe aqui citar dois exemplos: o caso da companhia petróleo Shell, na Nigéria, em 1995, e o da marca de material esportivo Nike, durante a Copa do Mundo de 1998, na França.

A gigante anglo-holandesa Royal Dutch Shell sofreu um enorme boicote nos EUA, na segunda metade dos anos 90. Entidades realizaram campanhas para que os motoristas não abastecessem seus veículos nos postos Shell, por esta encontrar-se envolvida e apoiar a tortura e a morte de duas lideranças na Nigéria (Ken Saro-Wiwa e John Kpuinen[17]), que por questões ambientais e étnicas se opunham a permanência da empresa petroleira naquele país africano, conforme amplamente noticiado pela imprensa mundial à época (TORRES, 2000).

---

[16] Para saber mais sobre a Norma e a Certificação SA 8000, numa versão oficial em português, acesse o site da própria SAI. Disponível em: http://www.sa-intl.org/_data/global/files/SA8000Standard_Portugues(1).pdf <acesso em 20 de 0ut de 2017>

[17] Mais informações sobre este acontecimento e os ativistas em questão estão disponíveis em: http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/november/10/newsid_2539000/2539561.stm <acesso em 10 de nov. 2017>

Outro caso ocorrido nos anos 1990 foi o boicote sofrido pela empresa de material esportivo Nike[18], que teve sua marca associada à exploração de mão de obra infantil na Ásia, a partir de campanhas iniciadas em 1996 e um relatório sobre trabalho infantil divulgado em 1997. Durante os jogos do Campeonato Mundial de Futebol, diversas entidades de defesa dos direitos humanos denunciaram que as bolas e as chuteiras utilizadas na Copa da França de 1998, eram fabricadas por crianças na Indonésia e no Vietnam, em condições subumanas.

A partir deste episódio, a Nike enfrentou diferentes denúncias de exploração de trabalho infantil na Ásia. No festival de cinema norte-americano, *Sundance Film Festival*, o famoso cineasta Michel Moore, interessado na questão da defesa dos direitos humanos, registrou em um dos seus filmes esta questão sem rodeios:

"(...) o único presidente de grande corporação, foi Phil Knight, da Nike, que conseguiu ser pego em flagrante por Moore (...) no filme, Moore, depois de longa espera, consegue falar com Knight e pergunta a ele, na lata: – Você não tem problema de consciência? Sabe como vivem seus empregados na Indonésia? Um 'não é bem assim' é a única resposta que Moore consegue receber, enquanto mostra 'os empregados de Knight' na Indonésia: crianças subnutridas, descalças, fabricando os tênis Nike vendidos em todo o mundo. " (TORRES, 2001, página 137)[19]

Alguns meses depois, a imprensa anunciava os problemas econômicos enfrentados pelas empresas que atuavam na Ásia, que, no caso da marca de material esportivo Nike, juntou-se ao peso das denúncias:

"(...) Em Nova York, a baixa acentuada do índice Dow Jones foi causada, em boa parte, pelas expectativas de queda nos lucros das empresas e bancos com negócios na Ásia. A situação já fez uma vítima: o diretor financeiro da Nike, Robert Falcone, apresentou ontem sua demissão, depois que os problemas asiáticos levaram a prejuízos e a uma queda no preço das ações da Nike na bolsa. A empresa acumula

[18] Mais informações sobre o boicote à empresa Nike ocorrido em 1998 estão disponíveis em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq1503200113.htm e também em: https://www.viet.net/web/nike//public_html/ <acesso em 10 de nov. 2017>

[19] Outros detalhes desta entrevista estão disponíveis no site da campanha de boicote a empresa Nike: http://www.angelfire.com/art/antinike/outro.htm e também em: https://www.youtube.com/watch?v=COPTIZ_Sg2E <acesso em 10 de nov. 2017>

cerca de US$ 1,4 bilhão em estoque de produtos, e está tendo que vender mais barato para poder escoá-los no mercado...” (O Globo, 1998, pág. 12)[20]

Desta forma, tudo indica que não foi simplesmente por acaso que em 1999 o famoso jogador de futebol brasileiro, conhecido à época como *Ronaldinho* – patrocinado pela Nike e principal “garoto propaganda” desta marca ao redor do mundo naquele período – tornou-se “*embaixador”* da UNICEF para as crianças do planeta.

A partir destes exemplos, caberia aqui levantar uma questão: qual o limite entre a efetiva mudança de mentalidade nas práticas em relação à sociedade e o meio ambiente – que algumas empresas adotam mais em discurso do que na prática concreta da sua produção e operação – e a propaganda e o marketing puro e simples, visando distanciar a imagem da empresa de algum acontecimento ou denúncia, que poderia afetar negativamente a reputação, o consumo e o valor agregado da marca ou do produto.

Estas transformações ocorridas na virada do século XX para o XXI, nos hábitos de consumo e de cobrança por parte dos consumidores mais conscientes –, passam até por recomendações da conservadora Organização Mundial do Comercio (OMC) e dos organismos internacionais mais comprometidos como os direitos humanos, sociais e trabalhistas, como por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a UNICEF. Campanhas pelo fim do uso de casacos de pele, bem como campanhas pela não utilização de animais como cobaias, podem ser citadas como exemplos de como grandes empresas responderam as demandas dos consumidores globais[21].

A própria queda do consumo de atum na Europa, nos anos 1990, a partir do boicote promovido por entidades ecológicas que preservam os golfinhos – para evitar que estes acabem morrendo nas redes das indústrias pesqueiras – serve como outro caso exemplar. Este fato levou determinadas empresas a adotarem

---

[20] Fonte: trecho copiado do Jornal “O Globo”, Economia, publicado em 05/09/1998, página 12.
[21] Informações sobre a empresa The Body Shop e seu pioneirismo nas campanhas contra testes em animais do próprio setor de cosmético estão disponíveis em: https://www.thebodyshop.com.br/p/animal-testing <acesso em 2 de nov. 2017>.

formas alternativas de pesca do atum. A preocupação – pelo menos em discurso – com esta questão encontra-se registrada nas embalagens dos produtos beneficiados por empresas que se preocupam com a preservação dos golfinhos e podem ser verificadas em qualquer gôndola de supermercado. Tornaram-se comuns, mesmo no Brasil, inscrições do tipo *"Nós protegemos os golfinhos"* nas latas deste peixe e o uso de um *selo internacional* denominado *"Dolphin Safe"*, que identifica as indústrias pesqueiras preocupadas com a defesa dos golfinhos[22].

[22] Informações sobre a pesca de atum e estas campanhas estão disponíveis em: http://colunas.revistaepoca.globo.com/planeta/2007/02/14/preserve-o-seu-sushi/ e também em: http://seashepherd.org.br/ <acesso em 10 de out. 2017>.

2.1 – O Social e as Empresas no Século XX

Os primeiros indícios do início desta mudança de mentalidade, em uma parcela pequena do setor empresarial no Brasil, já podem ser notados em meados da década de 60. E para ilustrar isso, a "Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas", publicada em 1965, é um marco histórico incontestável do início da utilização explícita do termo responsabilidade social diretamente associado às empresas e da própria relevância do tema relacionado à ação social empresarial no país – mesmo que ainda limitado ao mundo das ideias e efetivando-se apenas em discursos e textos, já fazia parte da realidade de uma pequena parcela do empresariado paulista.

Em maio de 1965, por ocasião do II Encontro da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) em Salvador, foi aprovada a "Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas"[23], na qual se salientava que as crises e tensões do mundo contemporâneo estavam relacionadas com as práticas das instituições econômicas e dos empresários, uma vez que estes se afastaram dos "princípios cristãos" e da exigência da justiça social, visto que os problemas econômicos e o enorme atraso de certas áreas do país decorrência, também por conta do setor empresarial não ter tomado plena consciência de suas responsabilidades sociais (TORRES, 2000).

Esta ideia, que começou a ser discutida e difundida ainda nos anos sessenta após a criação da ADCE, demorou até a segunda metade dos anos 1970 para difundir-se amplamente. As principais manifestações estavam concentradas no Estado de São Paulo – fato que se explica pela importância econômica e política daquele estado, que reúne, desde o início da industrialização brasileira, as maiores empresas e entidades de representação empresarial do país.

---

[23] Esta carta encontra-se na íntegra no Anexo I desta tese, em uma versão reeditada em 1979, por ocasião do I Congresso Nacional de ADCE/UNIAPAC Brasil, realizado em Gramado/RS, em maio de 1979.

Contudo, apenas em 1974 foi elaborado e divulgado em todo o país o Decálogo do Empresário e em 1977 foi constituída e organizada a ADCE Brasil como uma entidade em nível nacional. Um dos princípios desta associação baseava-se na aceitação por seus membros de que as empresas além de produzir bens e serviços, devem possuir uma função social que se realiza em nome dos trabalhadores e do bem-estar da comunidade em geral (TORRES, 2000).

Já em 1980, Nelson Gomes Teixeira – um dos principais integrantes da Associação à época – destacou que era necessário desenvolver a tomada de consciência dos empresários para que a gestão empresarial incluísse necessária e obrigatoriamente a responsabilidade social (TORRES, 2000).

Em 1977 o tema mereceu destaque a ponto de ter sido o assunto central do 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas promovido pela ADCE. A responsabilidade das empresas e dos empresários frente às questões sociais, também foi o tema do “Plano de Trabalho 77/78” da União Internacional Cristã de Dirigentes de Empresas (UNIAPAC), que chegava a identificar o balanço social e a gestão social da empresa, com ênfase num viés mais participativo, como eficientes instrumentos que deveriam ser utilizados pelas empresas no efetivo cumprimento da responsabilidade destas frente à sociedade.

Todavia, a conjuntura nacional daquele período não era propícia para ideias de transformação e mudança tanto de mentalidade, quanto de ação. O ideal de responsabilidade social nas empresas, que motivava algumas seletas discussões desde os anos 60, também vai sofrer com a falta de liberdade e as restrições impostas pela ditadura civil-militar do período pós 1964.

Entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, com a crise do modelo de desenvolvimento baseado na ação e na proteção Estatal, o próprio papel das empresas e a postura dos empresários frente ao mercado e a sociedade, entrou em processo de redefinição e reestruturação. Desta forma, pode-se compreender o quanto esta prática – e este recorrente discurso – de ação social por parte das empresas está relacionada, ao mesmo tempo, com a reestruturação do Estado, com

uma renovação do empresariado nacional no Brasil e ao processo de substituição das ações compensatórias. Já no contexto dos EUA e da Europa, relaciona-se a crise do Estado de Bem-Estar Social, o Welfare State assistencial, que buscava garantir integralmente o bem-estar de todos os cidadãos (TORRES, 2000).

Cabe aqui um destaque sobre o primeiro tipo de relatório que aborda aspectos sociais e de recursos humanos, que se tornou obrigatório para todas as empresas que atuam no Brasil. Na década de 1970, durante a ditadura militar, foi criada através do Decreto Lei 76900 de 1975, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): um relatório obrigatório para todas as empresas e que dava – e dá ainda hoje – conta das informações sociais relacionadas aos trabalhadores nas empresas. Compulsório para todos os empregadores, independentemente do número de empregados, refere-se a uma série de informações laborais específicas e consolida números que se encontram também em outros documentos da empresa.

Apesar de mais antigo que o obrigatório Balanço Social francês, as informações contidas na RAIS brasileira são muito inferiores, tanto qualitativa quanto quantitativamente. Até porque o Brasil vivenciou nos anos 1970 um conservadorismo político e social, combinado com liberalismo econômico. A obrigatoriedade, instituída através de Decreto-Lei, em pleno regime militar, da apresentação pelas empresas sediadas no Brasil da RAIS, foi bastante incipiente, principalmente quando se compara com o modelo desenvolvido na França.

De qualquer forma, cabe destacar, que legalmente, foi uma das primeiras iniciativas que se tem conhecimento no mundo. Também devemos chamar a atenção que os indicadores sociais produzidos através da utilização das informações advindas da RAIS/CAGED[24] são bastante limitados e não são disponibilizados para os empregados das entidades ou sindicatos (TORRES, 2000).

[24] Mais informações sobre a RAIS estão disponíveis no site do Ministério do Trabalho em: http://trabalho.gov.br/rais <acesso em 17 nov. 2017>

2.2 - Os Balanços Sociais Empresariais

A partir dos anos 1990, empresas de diversos setores passaram a realizar ações sociais e ambientais, ao mesmo tempo em que começaram a divulgar de maneira mais ostensiva – inclusive nos meios de comunicação – um perfil mais responsável e humano da sua imagem. Foi neste período dos anos 1990 que a realização anual de relatórios sociais e ambientais começou, ainda que timidamente, como processo e passou a ser aceito e se disseminar no meio empresarial. Assim, a partir desta época, os chamados balanços sociais anuais passaram a fazer parte da realidade de um número cada vez maior de corporações, ano a ano.

Este também foi um importante período de consolidação da mudança de mentalidade de uma pequena parcela do empresariado nacional, onde novas lideranças empresariais passaram a defender um capitalismo de cunho mais social, buscando, inclusive, maior diálogo com representantes dos trabalhadores. Estes novos empresários dos anos 1990 estão cada vez mais atentos aos problemas ambientais e sociais. Eles passaram a levar em consideração, de forma crescente, a questão da ética e da responsabilidade social e ambiental na hora de tomar decisões (TORRES, 2000).

Foi neste ambiente de mudança de mentalidade, a partir de reuniões realizadas em São Paulo ao final dos anos 1980, que uma parcela do empresariado paulista, preocupada mais intensamente com a inserção de suas empresas no universo das ações sociais – ainda que com um enfoque mais filantrópico – criou o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife):

“Esta organização surgiu em 1989 objetivando a troca de experiências e o incentivo a ações empresariais no campo da filantropia. Em sua fase incipiente, o grupo realizava reuniões junto ao Comitê de Relações Comunitárias da Câmara Americana de Comércio e, à medida que o grupo de empresas foi aumentando, passou a realizar encontros mais frequentes. O GIFE chegou a contar com a participação de mais de cinquenta organizações em vários estados do país, que, num sistema de rodízio voluntário se oferecia como sede das reuniões técnicas. ” (TORRES, 2000, pág. 67).

Fundado em 1989, somente em 25 de junho de 1995 o Gife formalizou-se como uma associação e instituiu-se como pessoa jurídica. Em 1999, ou seja, dez anos depois do seu nascimento, já contava com 80 organizações e perfilou durante toda a década de 1990 como uma das instituições de maior destaque e atuação em relação às questões ligadas à responsabilidade social das empresas no Brasil.

Deve-se ressaltar aqui, a importância do Gife para o desenvolvimento das ações sociais realizadas no âmbito empresarial brasileiro, cabendo também igual destaque aos eventos relacionados ao Prêmio Eco – criado em 1983 e consolidado a partir de 1986 – desenvolvido pela Câmara Americana de Comércio, em São Paulo (AmCham/SP).

> "No Brasil são poucas as tentativas já feitas de analisar a 'filantropia empresarial'. Em quase todos está a marca do Gife, que significa um universo pequeno de empresas, fundações e institutos, caracterizados pela consciência do papel que desempenham. A pesquisa cujos resultados apresentamos aqui buscou um universo (...) dos mais de 500 projetos de empresas, fundações e associações que entre 1986 e 1995 concorreram ao Prêmio Eco, promovido pela Câmara Americana de Comércio - São Paulo. " (TORRES, 2000, pág. 68)

Diversas organizações estiveram – e outras ainda estão – diretamente ligadas à história da ação social no mundo empresarial. Algumas destas estão relacionadas diretamente com o nascimento, o crescimento e a difusão da responsabilidade social das empresas no Brasil, tornando-se necessário destacar algumas das iniciativas marcantes: as pioneiras ADCE e a Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação FIDES, que na década de 80 possuía o nome de Instituto de Desenvolvimento Empresarial - IDE); o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE); o próprio GIFE, acima citado; a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança (criada e mantida pela Associação Brasileira das Indústrias de Brinquedos, Abrinq); o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (e a luta contra a AIDS, no início dos 90; a campanha da Ação da Cidadania, em 93/94 e 95, e depois o projeto Balanço Social das Empresas, a partir de 1997) e o mais novo integrante dessa lista – que possui, porém, uma das mais

importantes e intensas atuações neste campo – o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, criado pelo empresário Oded Grajew em junho de 1998 (TORRES, 2000)

Desta forma, pode-se afirmar que foi a partir do início dos anos 90 que algumas empresas passaram a desenvolver ações sociais concretas, de maneira mais sistemática e como uma estratégia empresarial. Investindo e atuando de maneira cada vez mais intensa neste novo campo, a operacionalização destas ações foi, muitas vezes, institucionalizada e colocada a cargo de profissionais. Paralelamente a este processo – e em decorrência deste – estas empresas começaram a divulgar sistematicamente as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e aos próprios funcionários.

Desta forma, podemos inferir que todo este processo se deu por uma conjunção de interesses pessoais de alguns empresários, cobrança por parte da sociedade organizada, disputas de poder e a própria necessidade do meio empresarial de adaptar-se às transformações nacionais e globais.

Assim, os anos 1990 aparecem como palco da disputa por novos modelos de desenvolvimento, retirada do Estado de setores tradicionais de atuação, reafirmação dos valores liberais e de mercado, novas práticas corporativas e uma nascente e crescente renovação do pensamento empresarial no Brasil.

“Não há, como em períodos anteriores, uma diretriz por parte do governo capaz de estimular a constituição de um setor dinâmico que seja a mola mestra de um novo patamar de desenvolvimento como foi o caso do privilegiamento da indústria automobilística na década de 50 ou da importância atribuída ao setor de bens de capital nos anos 70. ” (DINIZ, 2000, pág. 82)

Eli Diniz também destaca um movimento de renovação dentro do próprio meio empresarial, que ruma para a construção e a consolidação de novos valores políticos e econômicos no universo das corporações. Desta maneira, segundo a autora, sobre os anos 1990 pode-se afirmar que:

“A especificidade do momento presente é o surgimento de uma reação partindo do âmbito do próprio empresariado. (...) observa-se, no plano das aspirações, a expectativa, por parte de alguns segmentos das lideranças estudadas, de influir de uma forma expressiva na busca de novos caminhos para o capitalismo brasileiro, quer pela formulação de estratégias alternativas, quer por uma preocupação de cunho mais social. ” (DINIZ, 2000, pág. 83)

Assim sendo, foi durante os anos 1990 que essas preocupações e atuações no âmbito social tornaram-se uma questão econômico-financeira, relacionada à sobrevivência empresarial, ligada a uma nova visão estratégica de longo prazo, pelo menos em discurso. Contudo, não se pode esquecer o lado ético e humano que estas iniciativas de responsabilidade social envolvem ou potencialmente, quando colocadas em prática, ajudariam a desenvolver.

Desta forma, não foi sem motivo que ocorreu no final do século XX um grande fortalecimento e difusão – tanto no meio empresarial, quanto no meio acadêmico e nas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) – do termo Responsabilidade Social das Empresas (RSE), do social relacionados ao discurso empresarial e diversos termos correlatos, como por exemplo: empresa socialmente responsável, ética nas empresas, balanço social das empresas, filantropia empresarial, empresa cidadã e etc.

Ao mesmo tempo em que surgem e passam a ser recorrentes nos relatórios sociais e balanços sociais anuais das empresas, entre outras, os termos e ideias registradas em expressões: “fazer o bem, faz bem”, “fazer o bem é a alma do negócio”, “transformando a frieza dos números em qualidade de vida”.

Conforme observamos nas análises dos balanços sociais e relatórios neste trabalho, estes termos configuram um olhar sobre a sociedade, fortalecendo um discurso bastante acrítico, sem conflitos, e que muitas vezes está relacionado a uma forma de sociedade democrática que busca uma igualdade idealizada (com base no pensamento liberal democrático), quase asséptica, que deixa de fora o elemento do conflito e da preponderância das elites, conforme Macpherson apresenta em seu modelo de sociedade plural e democrática do final do século XX, que busca o

equilíbrio formal, a Democracia do Equilíbrio em seu modelo, que mantém esse equilíbrio de maneira a garantir a pluralidade sim, mas sem questionar o poder e preponderância das elites e suas relações de poder, tanto como governo, quanto como empresas e o pensamento empresarial dominante.

2.3 - O Balanço Social Modelo Ibase

Múltiplos e complexos são os fatores que contribuíram para o amadurecimento da ideia de cidadania empresarial e de publicação de balanço social na cultura das organizações brasileiras. Entre eles, merecem destaque: a pressão por parte das agências internacionais de fomento e as campanhas de várias instituições de preservação da natureza, para que as empresas privadas e públicas reduzissem o impacto ambiental; a Constituição de 1988, que representou um grande avanço tanto em questões sociais, quanto ambientais; o exemplo e o resultado de programas educacionais, esportivos, ambientais e de apoio cultural de grandes empresas multinacionais como a Xerox, a C&A, a Coca-Cola, McDonalds, entre outras; e por último, mas não menos importante, a atuação, nos últimos anos, de empresas nacionais como o Banco do Brasil, Usiminas, Inepar, Petrobras, Natura, Azaleia e O Boticário, por exemplo (TORRES, 2000).

Porém, foi a partir de 1997 que diversas organizações passaram a trabalhar de maneira ostensiva com este tema realizando seminários, pesquisas, palestras e cursos, principalmente sobre balanço social. Algumas poucas obras acadêmicas e livros começam a aparecer. Ao mesmo tempo, que muitas empresas começaram a desenvolver, de maneira mais sistemática, ações sociais e ambientais concretas e passaram a divulgar anualmente o Balanço Social.

Desde o final dos anos 80, o sociólogo Herbert de Souza começou a ter contato com alguns empresários dispostos a fazer doações e a apoiar campanhas como a luta contra a AIDS e as ações em favor das crianças e dos adolescentes, como por exemplo, a criação da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA, fundada em 1987) e durante a campanha Se Essa Rua Fosse Minha, que ocorreu em 1991. Contudo, neste primeiro momento, a participação dos empresários envolveu um caráter muito mais pessoal e filantrópico do que propriamente uma transformação das práticas e dos princípios das empresas e organizações envolvidas.

A partir de 1993, a Campanha contra a Fome e a Miséria criada por Betinho e desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), tornou-se uma referência. Esta acabou também promovendo a aproximação entre setores do empresariado nacional e uma questão premente no Brasil: a fome e a miséria. Esta campanha, na fase de maior intensidade, mobilizou diversas empresas públicas e privadas em todo o país, entre 1993 e 1995 (TORRES, 2000).

Foi a experiência do então coordenador da Campanha contra Fome, a partir do contato com muitas empresas e empresários, que gerou e fortaleceu a ideia de que uma ação social e ambiental mais efetiva por parte das empresas públicas e, principalmente, das empresas privadas – de maneira independente, mas não se opondo às ações do Estado – era não só desejável, como deveria ser incentivada.

Desta forma, a questão da responsabilidade social das empresas e da publicação anual do balanço social ganhou destaque na mídia e uma intensa visibilidade nacional quando o sociólogo Herbert de Souza escreveu o artigo "Empresa Pública e Cidadã", em março de 1997. Este artigo desencadeou um amplo debate, durante aquele e outros períodos, nos jornais do país.

A partir deste debate e da ampla repercussão nacional sobre o tema, o Ibase, tendo à frente a imagem nacionalmente reconhecida de Betinho, lançou em 16 de junho de 1997 uma campanha pela divulgação anual do Balanço Social das Empresas, declarando que este seria o "primeiro passo para uma empresa tornar-se uma verdadeira Empresa Cidadã".

O lançamento da campanha pela publicação do Balanço Social deu-se no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), no Rio de Janeiro, e contou com o apoio de diversas lideranças empresarias; da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia do Ministério da Fazenda responsável pela fiscalização das atividades das empresas nas bolsas de valores; e do Jornal Gazeta Mercantil.

Este evento também contou, segundo informações da imprensa, com a participação e o apoio de empresas – Xerox do Brasil, Banco do Brasil, Grupo Gerdau, Banco do Nordeste, Glaxo Wellcome, Light e Usiminas; entre outras – e de

algumas instituições de representação empresarial, como por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Associação Brasileira de Mercado de Capitais (ABAMEC) e a Associação Comercial do Rio de Janeiro. Durante os meses seguintes, esta campanha alcançou uma grande repercussão em várias partes do país e desdobrou-se em uma série de debates e seminários.

Esta campanha tinha como objetivo principal “chamar à atenção dos empresários e de toda a sociedade para a importância e a necessidade da realização anual do balanço social em um modelo único e simples”. Este modelo tem algumas particularidades que valem à pena ser destacadas: a) foi criado a partir da iniciativa de uma ONG, cobrando transparência e efetividade nas ações sociais e ambientais das empresas; b) separa as ações e os benefícios obrigatórios, dos realizados de forma voluntária pelas empresas; c) é basicamente quantitativo; e d) ser for corretamente preenchido, pode permitir a comparação entre diferentes empresas e uma avaliação da própria corporação ao longo dos anos.

O modelo de balanço social foi desenvolvido no Ibase, em parceria com técnicos, pesquisadores e diversos representantes de instituições públicas e privadas. Este foi concebido e concluído ainda durante o primeiro semestre de 1997, como resultado de inúmeras reuniões e debates (TORRES, 2000).

Naquele momento, o modelo de balanço social contou com o apoio e a recomendação da Comissão de Valores Mobiliares (CVM), através de uma instrução normativa nunca publicada, que indicava que as empresas de capital aberto deveriam realizar balanço social anualmente. Outro apoio decisivo, ainda que indireto, foi da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), reguladora das empresas do setor, que recomendou a realização de Balanço Social neste mesmo modelo. Desta forma, torna-se claro o motivo pelo qual a relação das empresas que realizam balanço social anualmente ser composta, na sua maioria, por empresas de capital aberto e empresas do setor elétrico (TORRES, 2000).

A estrutura básica do modelo Ibase

O balanço social elaborado segundo a metodologia do Ibase deveria apresentar dados e informações de dois exercícios anuais por meio de uma tabela bastante simples e direta, que deveria ser publicada e amplamente divulgada. O último modelo divulgado pela instituição era composto por 43 indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos, organizados em sete (07) categorias ou partes descritas a seguir, conforme detalhado por Torres e Mansur, em livro publicado em 2008.

Categoria 1: Base de cálculo. Como o próprio nome já diz, são as três informações financeiras – receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta – que servem de base de cálculo percentual para grande parte das informações e dos dados apresentados, informando o impacto dos investimentos nas contas da empresa, além de permitir a comparação entre empresas e setores ao longo dos anos.

Categoria 2: Indicadores sociais internos. Nesta parte do balanço são apresentados todos os investimentos internos, obrigatórios e voluntários, que a empresa realiza para beneficiar e/ou atender ao corpo funcional (alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados e outros).

Categoria 3: Indicadores sociais externos. Nesta categoria aparecem os investimentos voluntários da empresa, cujo público-alvo é a sociedade em geral (projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, pagamento de tributos e outros). São as ações sociais privadas realizadas por empresas visando à sociedade ou a alguma comunidade externa relacionada, direta ou indiretamente, com os objetivos ou interesses das corporações.

Categoria 4: Indicadores ambientais. São apresentados os investimentos da empresa para mitigar ou compensar seus impactos ambientais e também aqueles que possuem o objetivo de melhorar a qualidade ambiental da produção/operação da empresa, seja por meio de inovação tecnológica, seja por programas internos de educação ambiental. Também são solicitados investimentos em projetos e ações que não estão relacionadas com a operação da companhia e um indicador qualitativo sobre o estabelecimento e cumprimento de metas anuais de ecoeficiência.

Categoria 5: Indicadores do corpo funcional. Nesta parte do balanço aparecem as informações que identificam de que forma se dá o relacionamento da empresa com seu público interno no que concerne à criação de postos de trabalho, utilização do trabalho terceirizado, número de estagiários e estagiárias, valorização da diversidade – negros e negras, mulheres, faixa etária e pessoas com deficiência – e participação de grupos historicamente discriminados no país em cargos de chefia e gerenciamento da empresa (mulheres e negros).

Categoria 6: Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Este termo utilizado nesta parte do modelo – “cidadania empresarial” – refere-se a uma série de ações relacionadas aos públicos que interagem com a empresa, com grande ênfase no público interno. Em sua maioria, são indicadores qualitativos que mostram como está a participação interna e a distribuição dos benefícios. Também aparecem nesta parte do balanço algumas das diretrizes e dos processos desenvolvidos na empresa que estão relacionados às políticas e práticas de gestão da responsabilidade social corporativa.

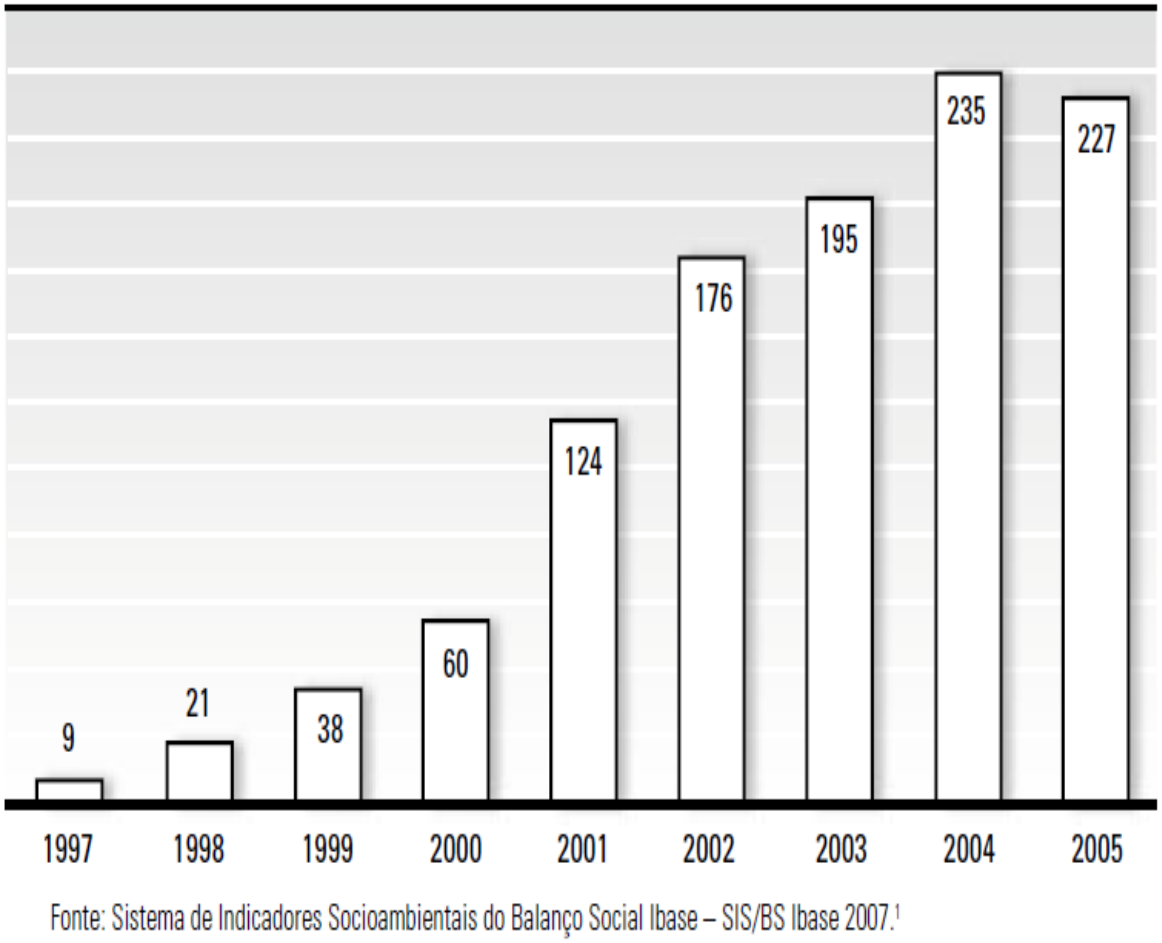
Categoria 7: Outras informações. Este espaço estava reservado e foi amplamente utilizado pelas empresas para divulgar outras informações que sejam relevantes para a compreensão de suas práticas sociais e ambientais. As empresas que solicitavam o “Selo Balanço Social Ibase/Betinho” deveriam apresentar suas declarações de não-utilização de mão de obra infantil ou de trabalho análogo ao escravo ou degradante; seu não-envolvimento com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente; seu não-envolvimento com corrupção; e seu compromisso com a valorização e o respeito à diversidade. Estas empresas

deveriam, também, apresentar sua identificação básica e classificação de setor e porte, informar sua identificação – razão social e CNPJ –, além de nome, telefone e correio eletrônico da pessoa responsável pelas informações publicadas no balanço social anual (TORRES e MANSUR, 2008).

Na mesma publicação supracitada, há um levantamento quantitativo sobre o número de grandes empresas brasileiras que passaram a publicar o balanço social no modelo Ibase a partir de 1997. A imagem do gráfico e os números de balanços publicados estão reproduzidos na Figura 1.

Esta informação cruzada com o número de relatórios de sustentabilidade que passaram a ser publicados nos primeiros anos do Século XXI – conforme os que foram analisados nesta tese – pode nos ajudar a entender como uma certa força de mudança nos interesses e no foco das empresas, aparece nos relatórios anuais como uma passagem do Social para o Sustentável.

Figura 1: Balanços sociais por ano de publicação



Fonte: TORRES e MANSUR, 2008, página 33.

Capítulo 3 – Do Sustentável

Neste capítulo elaborou-se um histórico do discurso sobre o ambiental, o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade, que nasce a partir das primeiras conferências das Organizações das Nações Unidas (ONU) e durante as reuniões dos países ricos em seus “clubes” (que discutem os destinos do mundo), durante os anos 1970 e 1980, e que acaba se consolidando nos anos 1990, com a Cúpula do Rio, em 1992.

Desde a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), conhecida também como a conferência que, de certa forma, consolidou uma agenda mundial para o meio ambiente e a sustentabilidade (VEIGA, 2010), foram muitos os avanços sociais e ambientais alcançados no Brasil. Mas foi justamente neste momento, que o tema da sustentabilidade entrou na pauta internacional e começo, ainda que timidamente, a fazer parte dos discursos e posteriormente das práticas governamentais e empresariais também por aqui.

A partir da realização da Conferência do Rio de 1992, uma parcela da sociedade - destacando aqui as ONGs, governos e a própria imprensa – passou a discutir mais os temas sociais e ambientais. Mas é claro que o período era muito propício para isso: havia uma recente consolidação do regime democrático a partir do governo civil de transição, eleito indiretamente em 1985; as novas resoluções sobre a necessidade dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA, CONAMA 1986); uma nova Constituição (1988) no país; o combate à corrupção, com o movimento contra o ex-presidente Fernando Collor no poder; além de novas leis e instrumentos como o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (TORRES, 2013).

Os anos 1990 marcaram também a aproximação entre as normas técnicas e os padrões internacionais de qualidade e produtividade e o tema ambiental, quando

a International Organization for Standardization (ISO)[25] – uma organização não governamental internacional, fundada em 1947, com o objetivo de reunir órgãos de normalização de diversos países, buscando um consenso internacional normativo no âmbito da fabricação, do comércio e das comunicações; tendo publicado mais de 19.000 normas internacionais – lançou em 1996 a série ISO 14000.

Esta norma ISO ligada ao tema meio ambiente a tem como objetivo a padronização dos sistemas de gestão ambiental. Em função do certificado ISO, as organizações certificadas, e seus produtos e serviços, passam a ser reconhecidos internacionalmente, buscando uma distinção mercadológica daquelas empresas que corretamente atendem à legislação ambiental vigente. Ainda que existam diversas empresas certificadas com a ISO 14000 que já foram denunciadas e acusadas por crimes ambientais e desvios éticos, conforme verificado na análise dos relatórios dos casos selecionados de empresas aqui nesta tese.

As normas da série ISO 14000[26] também estabelecem as diretrizes para as auditorias ambientais, avaliação de desempenho ambiental, rotulagem ambiental e análise do ciclo de vida dos produtos; com um discurso de transparência para as empresas e seus produtos, em relação aos aspectos ambientais. Esta norma busca harmonizar os procedimentos e diretrizes que já são consenso internacional, com a política ambiental adotada por cada empresa.

Padronizações de relatórios ou normas ambientais, como a GRI por exemplo, vão utilizar como base e vão manter correlações com organizações internacionais como a ISO, Accountability, a ONU e outras que são citadas neste trabalho, justamente na busca de consenso e hegemonia dentro de uma disputa para se tornar o padrão mais aceito neste grande mercado das consultorias e acessorias nacionais e internacionais.

---

[25] Mais informações sobre a ISO, sua história, sua abrangência internacional e seus objetivos, estão disponíveis em: https://www.iso.org/about-us.html <acesso em 18 de nov. 2017>.

[26] Mais informações sobre o contexto histórico e uma análise sobre a ISO 14000 podem ser obtidas no artigo As Normas da Série ISO 14000: contexto histórico e análise crítica, publicado no VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão de 2010, disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T10_0240_1073.pdf <acesso em 20 de nov. 2017>.

Posteriormente, já no século XXI, o tema da sustentabilidade começa a aparecer de forma bastante significativa nos novos padrões de relatórios anuais corporativos, como a GRI norte americana ou o servindo de base e justificativa para o discurso e algumas práticas ambientais internas e externas de grandes empresas também em nosso país, já numa transição que envolve a publicação de balanços sociais anuais, primeiramente; e de relatórios anuais de sustentabilidade, posteriormente.

3.1 – A Sustentabilidade e os Relatórios GRI no Século XXI

Nesta parte do trabalho, descrevemos o surgimento desta forma específica de relatar as práticas e os discursos empresariais com ênfase na sustentabilidade, discurso este, que foi amplamente absorvido e institucionalizado por grandes empresas no Brasil e no Mundo, a partir do início do século XXI.

Além disso, detalhamos o nascimento e o desenvolvimento do principal modelo de relatório anual de sustentabilidade, que passou a ser utilizado por grandes empresas ao redor do mundo: a Global Reporting Initiative (GRI). Neste tipo de relatório anual, novas e antigas práticas e discursos corporativos passaram a ser registrados e publicados todos os anos recebendo o nome de Relatórios Anuais de Sustentabilidade pela maioria das grandes empresas, tanto no Brasil quanto em outros países. (CAMPOS et al, 2013 e também CASTILHO, 2016).

Estes relatos utilizam, em grande medida, um único modelo ou um padrão principal para reporte anual deste tipo de informações: a Global Reporting Initiative (GRI) [27], que surgiu em 1999 e passou efetivamente a ser publicado timidamente por algumas empresas a partir de 2000. Este modelo acabou se tornando uma das principais referências no tema a partir do novo século e se consolidou como o padrão mais utilizado pelas grandes empresas a partir dos primeiros anos do século XXI, assim permanecendo até o final da segunda década deste, mais precisamente até 2016/2017, até onde foi a coleta de dados e informações para esta tese.

Assim sendo, podemos justificar e comprovar esta relevância da GRI, a partir de trabalhos acadêmicos e dados publicados nos últimos anos em revistas e na imprensa em geral, como por exemplo:

"As organizações podem elaborar o seu próprio modelo de relatório de sustentabilidade ou aderir a um já elaborado, a exemplo da GRI – Global Reporting Initiative, do Ethos, do Ibase e do Akatu,

[27] Para mais informações ver: https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx e também em: http://cebds.org/blog/o-que-e-gri/#.Wars_Li-Eqg <acesso em 29 de out.2017>

percebe-se um aumento gradativo e significativo em suas publicações. Entre estas pode-se destacar a adesão à GRI, que teve mais de 1.000 organizações de cerca de 70 países, utilizando oficialmente seu relatório ou informalmente as diretrizes para divulgação de suas práticas de sustentabilidade. ” (CAMPOS et al, 2013, pág. 914)

Em outra publicação mais recente, se pode confirmar também a importância e a preponderância deste modelo como a principal referência utilizada por empresas tanto no Brasil quanto em outros países no período estudado, inclusive ratificando e reafirmando a texto anteriormente citado:

“Retomando as percepções de Campos et al. (2013), reconhecendo os Relatórios de Sustentabilidade como instrumento que colaboram na disseminação das práticas e desempenho de sustentabilidade organizacional de forma transparente e íntegra, percebe-se que em esfera mundial e nacional houve um crescimento continuado de publicação de Relatórios de Sustentabilidade durante o período analisado [1999 até 2015], o que fortalece o propósito das diretrizes da GRI de maximizar, de forma materializada, a relação entre as organizações e suas partes interessadas.” (CASTILHO, 2016 pág. 13)

Contudo, por se tratar de uma abordagem de gestão empresarial, as afirmações do artigo em tela, além de apresentarem o histórico e a evolução da GRI, destacam um caráter mais positivo, que mais enaltece e enfatizam as intenções da ferramenta do que realizam uma análise crítica sobre o seu conteúdo; ou ainda sequer realizam uma análise crítica comparativa entre as informações quantitativas coletadas a partir da publicação anual da GRI e qualquer prática concreta das empresas analisadas; ou mesmo qualquer outra interação e impacto (positivos e/ou negativos) frente à sociedade como um todo. Para justificar o período analisado, os autores somente destacam que:

“Enfim, este artigo analisará o perfil de crescimento no Brasil e no mundo das publicações de Relatórios de Sustentabilidade no período de 1999 a 2015, ou seja, desde da primeira versão do GRI, com o propósito de perceber o nível de adesão das organizações na utilização de referenciais para elaboração de seus relatos de sustentabilidade. ” (CASTILHO, 2016 pág. 3)

E continuam, a partir de uma explicação não só da ampla aceitação e utilização do modelo, como da sua relação com o conceito bastante amplo e distante

de qualquer olhar mais crítico sobre o sustentável, que foi elaborado a partir do chamado tripé da sustentabilidade (ELKINGTON, 2001):

> "Como parâmetro para tangibilizar esse processo de comunicação, as diretrizes da GRI representam uma ferramenta reconhecida pelas organizações no mundo como uma referência para o alinhamento e disseminação da prática de elaboração de Relatórios de Sustentabilidade. Como a base de categorias apresentadas na GRI contempla a apresentação dos pilares da sustentabilidade, elas se tornam objeto plausível de análise, quando se é reconhecido que a compreensão dos elementos ambientais, sociais e econômicos representa um processo contínuo de aperfeiçoamento. " (CASTILHO, 2016 página 5)

Neste sentido, percebemos uma forte relação com as iniciativas que foram desdobramentos das Conferências das Nações Unidas e todo o discurso e conjunto de indicadores que foram elaborados durante os anos posteriores à Cúpula do Rio em 1992, onde se sistematiza – para além do conceito de sustentabilidade –, indicadores mensuráveis relacionados aos aspectos sociais, ambientais e econômicos para serem utilizados por governos e empresas[28].

Assim sendo, a Global Reporting Initiative (GRI) surge sob a influência das discussões em torno da sustentabilidade, em Boston, nos Estados Unidos da América (EUA), em 1997. Nas bases da criação da GRI estão as organizações sem fins lucrativos norte-americanas Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES) e o Tellus Institute[29]. O UNEP, que é o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) também esteve envolvido na formação do grupo inicial que estabeleceu as primeiras diretrizes da GRI, que começou a ser divulgada em 1999, mas na prática, começa a ser publicado por empresas, a partir de 2000.

---

[28] Além da GRI que foi desenvolvida em 1998/99, temos também como exemplo concreto de instrumentos criados neste período pelo conjunto de instituições ligadas à família ONU, o Global Compact (Pacto Global) das Nações Unidas criado em julho de 2000. Mais informações sobre o Pacto Global estão disponíveis em: http://www.pactoglobal.org.br/ <acesso em 29 de out. 2017>.

[29] Mais informações sobre a CERES estão disponíveis em: https://www.ceres.org/ . Mais informações sobre o Tellus Institute estão disponíveis em: http://www.tellus.org/ . Mais informações sobre o PNUMA/UNEP estão disponíveis em: http://web.unep.org/americalatinacaribe/br <acesso em 29 de out. 2017>.

Como podemos observar na Tabela 1, que reproduz a tabela elaborada por Fernanda Castilho e Fernanda Vasconcelos no artigo publicado em 2016, nos Anais do V Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade, no Brasil não existia nenhuma GRI em 1999:

Tabela 1 – Publicação de Relatórios de Sustentabilidade no Brasil

Consolidação dos dados de publicação de Relatórios de Sustentabilidade no Brasil

Tipo de Relatório	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Non-GRI	0	1	1	1	1	1	4	5	11	12	12	14	12	16	17	21	37
GRI-Referenced	0	0	0	0	1	0	0	0	4	2	2	2	1	3	4	17	6
G1	0	1	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
G2	0	0	0	2	3	7	13	16	2	0	0	0	0	0	0	0	0
G3	0	0	0	0	0	0	0	2	36	74	91	156	153	140	148	69	16
G3.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	49	93	81	46
G4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	70	157
Total	0	2	2	6	5	8	17	23	54	88	105	172	175	208	262	258	262

Nota. Fonte: Elaborado pelos autores, de acordo com Global Reporting Initiative (2016). GRI Reports List. Amsterdam: Global Reporting Initiative.

(CASTILHO, 2016, página 12)

Na realidade, o primeiro relatório de sustentabilidade publicado no Brasil nem sequer utilizava esta nomenclatura em seu nome. Apesar de ter como referência as diretrizes da GRI, a primeira GRI publicada no Brasil foi o Relatório Anual de Responsabilidade Corporativa 2001, da empresa Natura Cosméticos[30].

Representantes de empresas e consultores também estiveram envolvidos na criação, aperfeiçoamento e divulgação destes indicadores; que no mesmo processo criou, ao longo dos últimos anos, um amplo e rentável mercado de capacitações, cursos e consultorias nesta área da demonstração anual da sustentabilidade e indicadores sociais e ambientais. Inclusive envolvendo as grandes empresas de consultorias e auditorias do mercado global, as chamadas Big Four, ou seja, as quatro grandes; na verdade as maiores multinacionais do setor: a Deloitte; a Ernst & Young (EY); a KPMG; e a PricewaterhouseCoopers (PwC).

[30] Este relatório foi detalhadamente analisado nesta tese, aqui apresentado com o Relatório Anual mais representativo deste período de transição entre o Social e o Sustentável, com todas as contradições inerentes com algumas práticas da empresa. Este relatório está disponível na íntegra para consulta em: http://www.relatoweb.com.br/natura/13/sites/default/files/ra_natura_2001_-_resp._corp_0.pdf <acesso em 20 de out. 2017>.

Estas grandes empresas assessoram outras grandes na capacitação de suas equipes, na elaboração dos seus planos e gestão de sustentabilidade, além da publicação anual da GRI, incluindo os passos iniciais e a publicação de fato, física, em parceria com grandes empresas de comunicação e marketing, incluindo as parcerias e incentivos das organizações setoriais, como a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE), que promove cursos, divulga e incentiva a utilização das diretrizes da GRI nos últimos anos.[31]

Pode-se observar, neste sentido, que existe todo um marcado de interesses diretos e indiretos que se engendram em torno deste tipo de ferramenta, que acaba mobilizando empresas, consultorias, profissionais liberais, cursos, auditorias; criando novas necessidades e institucionalizando todo um discurso e novas práticas em torno dessas ferramentas da chamada sustentabilidade. Ainda que muitas vezes estas iniciativas tenham um interesse puramente mercadológico, acabam engendrando novas práticas corporativas, que quando bem realizadas, acabam trazendo alguns benefícios subjacentes ao meio ambiente e a sociedade.

[31] Mais informações sobre a ABERJE estão disponíveis em: http://cursosaberje.com.br/home.html. Informações específicas sobre a promoção e cursos sobre GRI realizados pela ABERJE, estão detalhadas na página da organização com data de 2009 em: http://www.aberje.siteprofissional.com/acervo_not_ver.asp?ID_NOTICIA=1082&EDITORIA=Geral <acesso em 2 de nov. 2017>.

3.2 – A estrutura do modelo da Global Reporting Initiative (GRI)

Segundo a própria instituição que criou, organiza e divulga o uso das diretrizes, a GRI, estas são apresentadas em duas partes, a saber: Princípios para Relato e Conteúdos Padrão; e a Manual de Implementação.

Conforme apresentado na publicação Diretrizes para Relato de Sustentabilidade – GRI G4[32], temos:

"A primeira parte – Princípios para Relato e Conteúdos Padrão – contém os princípios, conteúdos e critérios a serem aplicados para que a organização elabore seu relatório de sustentabilidade "de acordo" com as Diretrizes. Ela também apresenta definições de termos-chave.

A segunda parte – Manual de Implementação – explica como aplicar os princípios para relato, preparar as informações a serem divulgadas e interpretar os diversos conceitos estabelecidos nas Diretrizes. Ela inclui também referências a outras fontes, um glossário e observações gerais sobre o processo de elaboração do relatório. " (GRI G4, 2015, página 7)

Na mesma publicação encontramos a descrição das partes que compõem o Relatório Anual de Sustentabilidade, detalhando os três pilares fundamentais que fazem parte do Tripé da Sustentabilidade (ELKINGTON, 2001), com as categorias separadas em Econômico, Ambiental e Social; a partir do detalhamento a seguir e representado na íntegra na Figura X, retirada da publicação Diretrizes para Relato de Sustentabilidade GRI G4, de 2015.

Categoria Econômico: incluindo os aspectos Desempenho Econômico; Presença no Mercado; Impactos Econômicos Indiretos; Práticas de Compra.

Categoria Ambiental: incluindo os aspectos Materiais; Energia; Água; Biodiversidade; Emissões; Efluentes e Resíduos; Produtos e Serviços;

[32] Esta publicação e todas as outras relacionadas a publicação da GRI em português estão no site oficial da organização, com sede em Amsterdã, disponível em: https://www.globalreporting.org/Pages/resource-library.aspx?resSearchMode=resSearchModeText&resLangText=Brazilian+Portuguese <acesso em 3 de nov. 2017>.

Conformidade; Transportes; Geral; Avaliação Ambiental de Fornecedores; Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais.

Categoria Social: incluindo quatro subcategorias (1) Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente; (2) Direitos Humanos; (3) Sociedade; e (4) Responsabilidade pelo Produto.

Estas subcategorias incluem diferentes aspectos dentro da Categoria Social: Subcategoria (1), incluindo os aspectos Emprego; Relações Trabalhistas; Saúde e Segurança no Trabalho; Treinamento e Educação; Diversidade e Igualdade de Oportunidades; Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres; Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas; Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas.
Subcategoria (2), incluindo os aspectos Investimento; Não Discriminação; Liberdade de Associação e Negociação Coletiva; Trabalho Infantil; Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo; Práticas de Segurança; Direitos Indígenas; Avaliação; Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos; Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos.
Subcategoria (3), incluindo os aspectos Comunidades Locais; Combate à Corrupção; Políticas Públicas; Concorrência Desleal; Conformidade; Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade; Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade.
E a Subcategoria (4), que inclui os aspectos Saúde e Segurança do Cliente; Rotulagem de Produtos e Serviços; Comunicações de Marketing; Privacidade do Cliente; e Conformidade.

A partir da estrutura acima detalhada, o relatório de sustentabilidade visa auxiliar às organizações a estabelecer metas, conferir seu desempenho e gerir mudanças de práticas para tornar as operações corporativas mais sustentáveis. Os Relatórios de sustentabilidade devem divulgar informações sobre os impactos de uma organização – sejam estes positivos ou negativos – em relação ao meio ambiente, a sociedade e a economia. Assim, sendo, ele auxilia as organizações a compreender e gerir melhor os efeitos da sustentabilidade sobre suas atividades e estratégias.

Conteúdos e indicadores desenvolvidos a partir de eventos e acordos internacionais permitem que as informações sejam padronizadas e o que aparece nos relatórios de sustentabilidade permita a comparabilidade, disponibilizando, assim, dados tangíveis para informar e ajudar nas decisões de diferentes públicos interessados, afetados e relacionados.

Segundo a própria organização, “as Diretrizes GRI para Relato de Sustentabilidade são revisadas periodicamente para oferecer orientações mais adequadas e atualizadas para a preparação eficaz de relatórios de sustentabilidade”, neste sentido, estas diretrizes já estão na quarta geração e são chamadas de G4; conforme consta na publicação de 2015 (GRI, 2015) aqui analisada.

O objetivo das Diretrizes G4, na quarta versão atualizada, seria o de ajudar as corporações na elaboração de relatórios de sustentabilidade cada vez mais relevantes, que incluam informações sobre as questões de sustentabilidade mais cruciais para a organização e para a sociedade como um todo, bem como tornar o processo de relato de sustentabilidade uma prática padrão.

Segundo consta no próprio guia para elaboração da GRI G4, “É fundamental para a sociedade e os mercados que o relato de sustentabilidade evolua em seu conteúdo e que deixe de ser uma atividade excepcional, desempenhada apenas por uma minoria de empresas pioneiras, e se torne uma prática padrão” (GRI, 2015).

Além de mais fácil entendimento que as versões anteriores, as Diretrizes G4, segundo os próprios realizadores, enfatizam ainda mais a necessidade de as organizações concentrarem o processo de elaboração do relatório e o produto final em tópicos materiais para suas atividades e principais stakeholders (partes interessadas ou públicos de interesse).

Esse enfoque na “materialidade” é o que tornaria os relatórios mais relevantes, confiáveis e compreensíveis; permitindo “que as organizações ofereçam melhores informações a mercados e à sociedade” sobre questões importantes relacionadas ao social, ambiental e econômico; de maneira integrada, dentro da empresa (GRI, 2015).

Todavia, segundo a GRI, as empresas devem monitorar e gerir um conjunto muito mais amplo de tópicos relacionados à sustentabilidade em função de suas atividades cotidianas de gestão. Assim, esse enfoque na materialidade significa que os relatórios de sustentabilidade devem focar em questões efetivamente cruciais para o alcance das metas e da gestão empresarial, bem como o seu impacto na sociedade como um todo.

Neste sentido, as Diretrizes da GRI constituem um marco internacional relevante em apoio a uma abordagem padronizada de elaboração de relatórios, buscando elevar o grau de transparência, prestação de contas e consistência necessário para tornar as informações úteis e confiáveis.

Além disso, as Diretrizes da GRI buscam oferecer orientações sobre como apresentar conteúdos, conforme as categorias e aspectos constantes no Quadro 1, relacionados à sustentabilidade em relatórios de diferentes formatos, sejam eles relatórios independentes de sustentabilidade, relatórios integrados, relatórios anuais e relatórios sobre normas internacionais específicas (GRI, 2015).

A ideia principal deste tipo de relatório anual é a de tentar integrar informações estratégicas sobre sustentabilidade a outros dados econômicos e financeiros, buscando materializar os impactos sociais e ambientais e, ao mesmo tempo, adequar esse tipo de ferramenta de sustentabilidade, a gestão cotidiana das organizações.

Quadro 1 – Categorias e aspectos das diretrizes

TABELA 1: CATEGORIAS E ASPECTOS DAS DIRETRIZES				
Categoria	Econômica		Ambiental	
Aspectos [III]	• Desempenho Econômico • Presença no Mercado • Impactos Econômicos Indiretos • Práticas de Compra		• Materiais • Energia • Água • Biodiversidade • Emissões • Efluentes e Resíduos • Produtos e Serviços • Conformidade • Transportes • Geral • Avaliação Ambiental de Fornecedores • Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais	
Categoria	Social			
Subcategorias	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Direitos Humanos	Sociedade	Responsabilidade pelo Produto
Aspectos [III]	• Emprego • Relações Trabalhistas • Saúde e Segurança no Trabalho • Treinamento e Educação • Diversidade e Igualdade de Oportunidades • Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres • Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas • Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas	• Investimento • Não Discriminação • Liberdade de Associação e Negociação Coletiva • Trabalho Infantil • Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo • Práticas de Segurança • Direitos Indígenas • Avaliação • Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos • Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos	• Comunidades Locais • Combate à Corrupção • Políticas Públicas • Concorrência Desleal • Conformidade • Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade • Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade	• Saúde e Segurança do Cliente • Rotulagem de Produtos e Serviços • Comunicações de Marketing • Privacidade do Cliente • Conformidade

Fonte: Diretrizes para Relato de Sustentabilidade GRI G4, 2015, página 9.

Neste sentido, a ideia e as práticas de sustentabilidade desempenham um tipo de mudança no pensamento e nas práticas das grandes empresas, pois mesmo que de maneira ainda inicial ou superficial, desenham uma nova forma de fazer gestão e pensar os negócios no século XXI, que continua tendo o foco no lucro e no mercado, mas que leva em consideração e acaba sendo afetada por atores, organizações, grupos e fatores, que tradicionalmente não estavam neste jogo anteriormente.

Ou seja, relatórios bem elaborados, informações concretas e o social e o ambiental fazendo parte das medidas e decisões, acabam por colocar novos parâmetros e rearranjar os grupos de força e contra força nesta disputa de poder.

Ainda que desigual, quando esta disputa se dá num campo com maior possibilidade de transparência, participação cidadã, pressão de diferentes grupos e a criação de novos campos e temas de disputa; acaba-se, de alguma forma possibilitando mudanças concretas e avanços em direção a conquistas de Direitos, mudanças de práticas rumo a uma sociedade mais justa, econômico e sócio ambientalmente ajustada.

Até porque, concordando ou não, as empresas são atores estratégicos, organizações sociais consolidadas, detentoras de enorme poder político e econômico-financeiro. De alguma maneira, estas ferramentas, quando bem aplicadas e monitoradas, ajudam a ajustar e a pressionar para corrigir os rumos, obviamente, ora em favor do mercado, ora em favor da sociedade.

Capítulo 4 – Análise dos Relatórios Empresariais no Século XX e no XXI

A partir do mesmo critério de relevância, por tamanho do patrimônio líquido, utilizado pelo próprio autor desta tese no levantamento realizado entre 1998 a 2000 (TORRES, 2000) para analisar os balanços sociais e as informações socioambientais disponibilizadas por 16 grandes empresas brasileiras em seus respectivos relatórios sociais (que recebiam, em geral, o nome de Balanço Social) daquele período – a partir da lista das 20 maiores empresas publicadas na edição especial das 500 Maiores e Melhores da Revista Exame 1998[33]; no trabalho atual também foram confrontadas as informações da lista mesma publicada em 1998 com a nova lista das empresas apresentadas na edição de 2017 da mesma Revista Exame, contendo as 20 Maiores Empresas em Patrimônio (segundo patrimônio líquido ajustado, a partir dos critérios da própria Revista Exame[34]), conforme imagem disponibilizada no Quadro 2.

Assim sendo, o critério adotado para escolha das empresas analisadas nesta tese, aonde chegarmos a uma relação final de oito (08) grandes empresas, foi o cruzamento entre a relação das 16 empresas utilizadas em 1998 (TORRES, 2000) com as 20 empresas listadas agora na edição de 2017.

Seguindo este raciocínio, apenas seis (06) destas grandes empresas, que apresentaram relatórios ou balanços sociais em 1998 continuaram configurando como uma das 20 maiores empresas na lista publicada em 2017: Aracruz Celulose (Fibria Celulose), Banco do Brasil (BB), Eletropaulo (AES Eletropaulo), Gerdau, Petrobras e Usiminas. Duas outras empresas entraram na lista das empresas aqui

---

[33] Informações extraídas da Revista Exame, edição “Melhores e Maiores 1998”, junho de 1999, Editora Abril. E também Revista Exame, edição “Melhores e Maiores 2016”, agosto de 2017, Editora Abril, disponível em: https://exame.abril.com.br/edicoes/melhores-e-maiores-2017/

[34] Informações detalhadas sobre a metodologia utilizada pela Revista Exame estão disponíveis em: http://mm.exame.abril.com.br/metodologia/ <acesso em 03 de novembro de 2017>.

analisadas por uma relevância específica e por sua representatividade em relação ao tema: a Natura, por ser a primeira empresa brasileira a publicar Relatório Anual de Sustentabilidade no modelo da GRI em 2001, além de ser pioneira no discurso, apoio e divulgação ao tema e eventos relacionados à sustentabilidade no Brasil; e a Odebrecht, por ser uma das maiores empresas brasileiras, pioneira na publicação de relatório social anual, já o fazendo em 1998. Contudo, a Construtora Odebrecht, durante os anos de 2016 e 2017, período foco desta tese, protagonizou um dos maiores escândalos de corrupção, falta de ética e transparência da história das empresas brasileiras; questões estas, que são a base da discussão sobre responsabilidade socioambiental empresarial e sustentabilidade. Estes fatos e acontecimentos, por si só, já configuram uma grande incongruência entre o discurso e as práticas concretas desta empresa, problemas comuns a outras empresas brasileiras que adentraram neste universo das publicações anuais de responsabilidade social e sustentabilidade.

A partir das considerações e ponderações realizadas, foram analisados e comparados o Balanço Social Anual de 1998 e os Relatórios Anuais de Sustentabilidade publicados ao longo de 2017 (seguindo o modelo da GRI), a partir de dados e discursos, realizando a descrição e diferenciação dos antigos relatórios e discursos de responsabilidade social (com força no tema do Social) com os novos modelos e relatórios de sustentabilidade (que destacam o Sustentável), nas oito (08) empresas listadas a seguir em ordem alfabética: 1) Aracruz Celulose (Fibria Celulose); 2) Banco do Brasil (BB); 3) Eletropaulo (AES Eletropaulo); 4) Gerdau; 5) Natura Cosméticos; 6) Odebrecht (Grupo); 7) Petrobras; e 8) Usiminas.

Quadro 2 – As Maiores Empresas por Patrimônio

AS MAIORES EM PATRIMÔNIO

Classificação das empresas por patrimônio líquido ajustado — em US$ milhões

2016	EMPRESA	SETOR	CONTROLE	PATRIMÔNIO
1	**Petrobras**	Energia	Estatal	83 045,9
2	**Vale**	Mineração	Brasileiro	40 481,8
3	**Telefônica**	Telecomunicações	Espanhol	21 961,9
4	**Ambev**	Bens de Consumo	Belga	13 892,2
5	**Eletrobras**	Energia	Estatal	13 565,2
6	**Metrô**	Transporte	Estatal	9 106,5
7	**Repsol Sinopec**	Energia	Espanhol	8 231,4
8	**JBS**	Bens de Consumo	Brasileiro	7 578,8
9	**Gerdau**	Sider. e Metalur.	Brasileiro	7 388,1
10	**Rede (Redecard)**	Serviços	Brasileiro	6 407,4
11	**BM&F Bovespa**	Serviços	Pulverizado	6 074,4
12	**Furnas**	Energia	Estatal	5 987,9
13	**TIM**	Telecomunicações	Italiano	5 153,1
14	**Sabesp**	Infraestrutura	Estatal	5 149,6
15	**Claro**	Telecomunicações	Mexicano	4 911,8
16	**Eletronorte**	Energia	Estatal	4 731,9
17	**Telemar**	Telecomunicações	Brasileiro	4 620,6
18	**ArcelorMittal Brasil**	Sider. e Metalur.	Anglo-indiano	4 544,3
19	**Fibria**	Papel e Celulose	Brasileiro	4 377,9
20	**Usiminas**	Sider. e Metalur.	Japonês	4 326,3

Fonte: Revista Exame Melhores e Maiores 2016, publicada em agosto de 2017, disponível em: https://exame.abril.com.br/edicoes/melhores-e-maiores-2017/ <acesso em 25 out. 2017>.

Aracruz Celulose (Fibria Papel e Celulose)

A Fibria Celulose é fruto da fusão da Votorantim Celulose e Papel (VCP) com a Aracruz, processo ocorrido em 2009; período no qual a empresa se tornou a líder mundial na produção de celulose de eucalipto. Segundo informações do site da própria empresa, com grifos do autor, logo na primeira apresentação da empresa, a referência ao tema da sustentabilidade surge na primeira frase, conforme podemos constatar a seguir:

"A Fibria é uma empresa que procura atender, ***de forma sustentável***, à crescente demanda global por produtos a partir da floresta plantada. Com capacidade produtiva de 7,25 milhões de toneladas de celulose por ano, a companhia conta com unidades industriais localizadas em Aracruz (ES), Jacareí (SP) e Três Lagoas (MS), além de Eunápolis (BA), onde mantém a Veracel em joint operation com a Stora Enso. A companhia possui 1,056 milhão de hectares de florestas, sendo 633 mil hectares de florestas plantadas, 364 mil hectares de áreas de preservação e de conservação ambiental e 59 mil hectares destinados a outros usos. A celulose produzida pela Fibria é exportada para mais de 35 países e matéria-prima para produtos de educação, saúde, higiene e limpeza"
Disponível em: http://www.fibria.com.br/institucional/quem-somos/ <acesso em 20 de nov. 2017>

Esse destaque e a importância dada ao tema da sustentabilidade no discurso e nas justificativas da corporação aparecem também com força conceitual, quando ele se auto descreve, utilizando expressões cunhadas nos debates do desenvolvimento sustentável, que se tornaram o discurso comum do consenso, utilizado por articulistas, governos e empresas, como podemos verificar no trecho a seguir:

"Somos uma empresa brasileira com forte presença no mercado global de produtos florestais. Investimos no cultivo de florestas como fonte ***renovável e sustentável*** de vida, para produzir ***riqueza e crescimento econômico***, promover ***desenvolvimento humano e social*** e garantir ***conservação ambiental***. Temos

orgulho da nossa origem e dos nossos fundamentos - excelência tecnológica, liderança, compromisso com o futuro e a vitalidade da nossa terra”[35]
Fonte: http://www.fibria.com.br/ <acesso em 20 de nov. 2017>

A empresa mantém uma parte específica no site destinada exclusivamente para tratar do tema da sustentabilidade, onde se encontram, segundo a empresa, as vantagens e oportunidades em ter práticas relacionadas a sustentabilidade, destacando as metas e objetivos de longo prazo que foram estabelecidos pela própria empresa.[36]

Na página específica citada, a Fibria descreve como entende a utilidade específica para os negócios da empresa que são criados como benefícios diretos e indiretos das práticas de sustentabilidade no médio e longo prazo, de uma forma clara e objetiva, que nos remete diretamente aos conceitos do utilitarismo democrático e sua função de manutenção do equilíbrio da sociedade, quando esta enumera que seus objetivos são reduzir os custos via diminuição dos conflitos e antecipação de passivos, processos judiciais e campanhas contrárias à companhia. Estas informações estão em um quadro onde são listadas as “Vantagens Comerciais” e as “Oportunidades” para a empresa em operar dentro da lógica e dos princípios da Sustentabilidade, como podemos verificar na figura reproduzida integralmente no Quadro 3.[37]

---

[35] Aqui neste trecho da transcrição e em todos os seguintes, os destaques em negrito foram realizados pelo próprio autor desta tese, com o objetivo de destacar e chamar a atenção didaticamente para as palavras, termos e frases diretamente relacionadas ao tema e ao conceito da sustentabilidade.
[36] Esta página encontra-se disponível em: http://www.fibria.com.br/institucional/sustentabilidade/ <acesso em 20 de nov. 2017>.
[37] Idem.

Quadro 3 – Relação Vantagem Comercial e Oportunidades

Vantagem comercial	Oportunidades
Conquistar apoio para as operações da Fibria	– Assegurar o suprimento de madeira para as operações atuais e o crescimento futuro – Construir laços de confiança com públicos estratégicos (licença social para operar) – Facilitar a obtenção de licenças governamentais (licença legal para operar) – Facilitar a expansão das fábricas existentes ou a construção de novas Unidades
Facilitar o acesso ao capital	– Diversificar as fontes de financiamento – atrair investidores de longo prazo que privilegiem a sustentabilidade – Atender às exigências de bancos multilaterais – Manter-se em sintonia com as preocupações de investidores internacionais – Melhorar o perfil de risco da Fibria – Reduzir os riscos de ordem socioambiental
Manter participação de mercado	– Demonstrar melhorias contínuas no desempenho social e ambiental – Antecipar as condições de compra dos principais clientes de longo prazo e atendê-las – Atender às demandas por certificação – Adicionar valor aos clientes pela sintonia com novas tendências e desenvolvimentos no campo da sustentabilidade
Reduzir custos	– Diminuir custos decorrentes de manifestações, ações legais e interferências nos negócios – Antecipar e atender a preocupações legítimas das partes interessadas antes que requeiram medidas de mitigação dispendiosas – Identificar melhorias ambientais ou sociais no manejo florestal, na produção de celulose e na logística que também proporcionem ganhos financeiros
Gerir o risco	– Antecipar tanto quanto possível questões e riscos potenciais, ganhando tempo para planejamento e financiamento (importante na indústria de celulose) quando forem necessárias mudanças – Aumentar a segurança do fornecimento de madeira – Participar do debate público e ajudar a definir as regras em conjunto com os demais segmentos da sociedade
Motivar os empregados	– Estimular o orgulho e a lealdade dos empregados – Obter deles total compromisso e máxima criatividade
Fortalecer a reputação da Fibria	– Sinalizar positivamente ao mercado, imprensa, clientes, governos etc. – Construir laços de confiança e credibilidade – Estimular o diálogo aberto e relações construtivas

Disponível em: http://www.fibria.com.br/institucional/sustentabilidade/ <acesso em 20 de nov. 2017>.

O Relatório de Sustentabilidade da Fibria publicado em 2017 (que recebe o título de Relatório Fibria 2016) possui 60 páginas e estilo direto de informações, numa diagramação com imagens e fotos de altíssima qualidade e profissionalismo. A capa e seu interior destacam funcionários reais da empresa, com nome e cargo, numa clara alusão as pessoas como "nosso principal patrimônio", jargão muito usado no meio empresarial e gerencial corporativo, ainda que existam denúncias de violação dos direitos dos trabalhadores diretos e terceirizados da empresa em tela.[38]

O termo sustentável ou sustentabilidade aparece no relatório em 51 oportunidades, adjetivando ou referenciando algum termo ou expressão; enquanto que a referência a palavra "social", apenas oito vezes[39]. Já a referência direta com a citação do Modelo GRI/Global Reporting Initiative aparece seis vezes no mesmo documento.

Este relatório utiliza como base o modelo da GRI na sua mais nova versão, a GRI G4, conforme consta do parecer dos auditores independentes de abril de 2017, o Bureau Veritas Certification – empresa multinacional de certificação e auditoria, que integra o conjunto das organizações que divulgam, capacitam e realizam serviços relacionados a este mercado internacional do social e do sustentável, que se desenvolveu nas últimas décadas. Assim sendo, o "parecer técnico" dos auditores dão a garantia de que o relatório seguiu o padrão internacional da GRI, afirmando que:

"O Bureau Veritas Certification Brasil (Bureau Veritas) foi contratado pela Fibria Celulose S.A. (Fibria), para conduzir uma verificação independente do seu Relatório de Sustentabilidade (doravante

[38] Nos manuais de Administração e Gestão a referência ao foco nas pessoas ser uma das principais estratégias exitosas das empresas no mundo contemporâneo, apesar de, muitas vezes na prática, algumas empresas acabam não priorizando esse seu público principal. No caso da Fibria, existiram denúncias de violação das leis trabalhistas e violações de Direitos de empregados terceirizados em 2010 e 2014. Informações neste sentido estão disponíveis em: https://sinpojuf-es.jusbrasil.com.br/noticias/2409464/sinticel-denuncia-arrocho-demissao-e-terceirizacao-na-fibria e também em: https://globoplay.globo.com/v/3505347/ <acesso em 20 de nov. 2017>

[39] Cabe aqui um esclarecimento sobre a contagem destes termos ou expressões, que só foram considerados quando fazendo sentido em relação a discussão sobre sustentabilidade e responsabilidade social empresarial. Por exemplo, expressões comuns em relatórios empresariais de companhias de capital aberto, como Estatuto Social ou Razão Social, não foram consideradas como referências do social na atividade da empresa; assim como o termo sustentabilidade econômica, utilizado pelos contabilistas, não possui qualquer relação com desenvolvimento sustentável ou tripé da sustentabilidade. A identificação do relatório, nos rodapés ou cabeçalho, repetidas em todas as páginas, da mesma forma, também não foi computada como social ou sustentabilidade.

denominado Relatório). Esta verificação foi conduzida por uma equipe multidisciplinar, contemplando verificadores com conhecimento de dados não financeiros"

"O escopo desta verificação abrangeu as Diretrizes e os Princípios da Global Reporting Initiative™ para Relatórios de Sustentabilidade GRI G4 (2013), e se refere à prestação de contas do período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016" (Relatório Fibria 2016, pág. 56)[40]

Neste mesmo parecer, os auditores desenvolvem conclusões e avalizaram o escopo e o conteúdo do Relatório Anual 2016 da Fibria, afirmando que:

"Com base no trabalho de verificação conduzido, nas evidências que nos foram apresentadas e de acordo com o escopo de trabalho definido nesta declaração, em nossa opinião:

- Os dados e informações apresentados no Relatório são aderentes aos Princípios de conteúdo e qualidade da Diretriz GRI-G4;
- Os dados e informações apresentados no Relatório são exatos e livres de erros significativos;
- O Relatório apresenta o desempenho econômico, ambiental e social da Fibria de forma equilibrada, a partir dos aspectos materiais e impactos significativos identificados, seguindo a metodologia da GRI-G4;
- O Relatório é aderente aos Princípios de conteúdo e qualidade da Diretriz GRI-G4, atendendo aos critérios da opção Abrangente" (Relatório Fibria 2016, pág. 58)[41]

Ainda no Relatório de Sustentabilidade da empresa, encontramos o que foi denominado pela Fibria como uma análise do relato feita por "leitores externos" abordando as perspectivas da empresa em relação à sustentabilidade. O que torna bastante peculiar esta análise externa, é o fato de que ela foi feita por um dos atores globais que promovem, militam e atuam em eventos internacionais desde o final dos anos 1990, o autor (professor e consultor) já citado nesta tese, que é considerado um dos criadores do conceito do Tripé da Sustentabilidade, John Elkington.

Neste sentido, este fato fortalece nossas inferências e nos fornece indícios fortes sobre este considerável "mercado das certificações", que move quantias enormes ao redor do planeta, e relaciona-se diretamente às disputas de modelos e padrões que

---

[40] Este Relatório Fibria 2016 está disponível na íntegra em: http://www.fibria.com.br/r2016/pdf/Fibria2016.pdf <acesso em 20 de nov. 2017>
[41] Este Relatório Fibria 2016 está disponível na íntegra em: http://www.fibria.com.br/r2016/pdf/Fibria2016.pdf <acesso em 20 de nov. 2017>

são utilizados por grandes empresas nacionais e internacionais no fortalecimento dos discursos e práticas em torno do tema da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental.

Nas páginas 54 e 55 do Relatório, encontramos o seguinte discurso e argumento desta figura representativa deste mercado global da sustentabilidade, que aparecem como dando um aval político, por meio de figuras representativas ligadas ao tema, logo antes do "parecer técnico" dos auditores:

"JOHN ELKINGTON E LORRAINE SMITH – UMA PERSPECTIVA SOBRE O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE FIBRIA 2017

O setor de papel e celulose tem sua parcela de problemas, mas este último ciclo de relatórios da Fibria ilustra quanto os líderes do setor avançaram. Por esse motivo, ficamos felizes por oferecer uma perspectiva sobre o relatório da empresa. Um de nós (Lorraine) analisou o relatório de sustentabilidade da Fibria de 2013 e o outro (John) analisou o primeiro relatório da empresa, de 2009. Ambos constatamos que a Fibria está se tornando líder global em desenvolvimento sustentável" (Relatório Fibria 2016, página 54)[42]

Seguindo na mesma análise, o autor aponta pontos positivos e negativos da empresa e do relatório, o texto cita a necessidade da empresa Fibria dar mais informações sobre como a mesma previne ou puniria os eventuais envolvimentos dos seus funcionários em suborno e corrupção; destacando que faltou a empresa abordar este tema de forma clara e direta em seu relatório anual, numa prática bastante incomum, por exemplo, nos relatórios e balanços sociais ao longo do século XX, e mesmo nos relatórios de sustentabilidade do século XXI.

"Levando em conta os últimos acontecimentos no Brasil, alguns leitores podem também se interessar em saber mais sobre como a Fibria lida com os riscos decorrentes de práticas como suborno e corrupção – que estão íntima e

[42] Este Relatório Fibria 2016 está disponível integralmente em: http://www.fibria.com.br/r2016/pdf/Fibria2016.pdf <acesso em 20 de nov. 2017>

negativamente ligados à agenda de sustentabilidade" (Relatório Fibria 2016, pág. 55)

Este parecer merece destaque e é reproduzido parcialmente da Figura 2, por justamente buscar uma espécie de legitimação internacional do relatório da empresa, a partir da figura/imagem (literalmente falando, pois colocou a foto de Elkington na publicação) deste autor que é uma das referências vivas no tema da sustentabilidade, atuando como difusor e propagador desta temática desde os anos 1990.

Outra informação importante, que não é foco deste trabalho, porém está relacionada diretamente à temática aqui abordada; mas que não poderíamos deixar de registrar, é que no Relatório Fibria 2016 aparecem diversas referências diretas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS ou Objetivos 2030)[43], que surgem citados e referenciados em diversa passagens do relatório em tela e no discurso de outras empresas aqui analisadas; demonstrando mais uma vez, indícios de um acompanhamento muito próximo do tema e das ferramentas utilizadas e sugeridas pelos agentes da governança global e as instituições de consultoria e assessoria nesta área – incluindo professores universitários, articulistas, auditorias que atuam como consultores de grandes empresas. No corpo do relatório encontramos que em relação aos:

"Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS

As Metas de Longo Prazo da Fibria estão em sintonia com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, um ambicioso plano de ação das Nações Unidas para o bem-estar das pessoas e do planeta e a prosperidade de todos: nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030" (Relatório Fibria 2016, pág. 39)

Neste sentido, entendemos que este Relatório 2016 da empresa Fibria é bastante significativo e corrobora com a nossa inferência de que o tema da

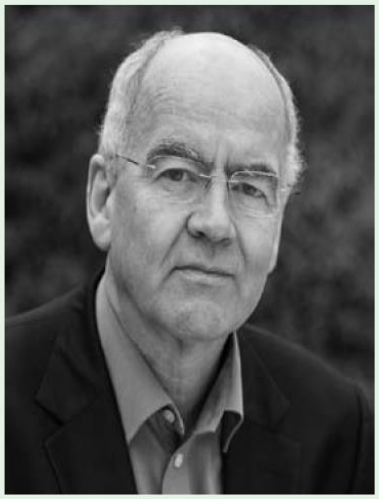
[43] Mais informações sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e o detalhamento dos 17 objetivos e suas respectivas metas estão disponíveis em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/ <acesso em 20 de nov. 2017>.

sustentabilidade se tornou a principal referência das grandes empresas na busca de legitimação interna e externa durante os últimos anos do século XXI, reforçando um discurso de consenso, bem comum e prosperidade para todos – muito próximo da ideia de uma sociedade democrática que busca o equilíbrio e o consenso, para minimização de conflitos e custos, mas que ao mesmo tempo reforça as desigualdades e disparidades de acesso a recursos e Direitos – muitas vezes a partir de práticas governamentais ilegítimas ou das práticas das mesmas empresas que ajudam a reforçar este discurso do consenso, porém que, ao mesmo tempo violam, direta e indiretamente, com suas práticas internas e externas, diferentes Direitos humanos, econômico, sociais, culturais e ambientais.

Figura 2 – Leitores Externos do Relatório – John Elkington

LEITORES EXTERNOS

Coautores de Breakthrough Business Models, os especialistas britânicos em sustentabilidade avaliam a evolução do processo de relato da Fibria em 2016



JOHN ELKINGTON é escritor e pensador, um empreendedor em série e conselheiro do futuro. Ele é presidente e polinizador chefe da Volans, empresa com certificado B Corp que cria soluções baseadas no mercado para os maiores desafios do futuro.
Atualmente ele é colíder do Projeto Breakthrough, um empreendimento conjunto com o Pacto Global da ONU focado no desenvolvimento de mentalidades, modelos de negócio e tecnologias necessárias para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. John também é presidente honorário da SustainAbility e participa de mais de 30 conselhos de administração e conselhos consultivos. Ele escreveu 19 livros, e seu último foi escrito em parceria com Jochen Zeitz, ex-CEO da Puma e atual copresidente, juntamente com Sir Richard Branson, do The B Team. O livro intitulado The Breakthrough Challenge: 10 Ways to Connect Today's Profits with Tomorrow's Bottom Line fecha o círculo iniciado com o livro de John publicado em 1997, Cannibals with Forks, no qual ele introduziu o conceito de Tripé da Sustentabilidade (Triple Bottom Line).

Twitter: @VolansJohn | Web: www.volans.com

Fonte: Relatório Fibria 2016, página 54, disponível em:
http://www.fibria.com.br/r2016/pdf/Fibria2016.pdf <acesso em 20 de nov. 2017>

O Balaço Social Anual aqui analisado foi o balanço de 1998, publicado no ano de 1999. Neste período a Fibria ainda não existia como empresa, porém a Aracruz Celulose, nesta época, já estava posicionada como uma das principais produtoras

de celulose do mundo. Possuía mais de 2.100 funcionários e receitas anuais na ordem de US$ 400 milhões, ocupando uma área de 214.000 hectares no Estado do Espírito Santo (ES).

O balanço social anual da Aracruz, realizado em 1998, é um documento de 20 páginas impressas em papel de alta qualidade, que trazia um conjunto de textos, fotos, informações qualitativas e quantitativas da atuação socioambiental desta empresa. Com o título de "*Balanço Social e Ambiental 1998*", este documento institucional encontra-se dividido em cinco capítulos: "*Introdução*", "*Desempenho Social*", "*Desempenho Ambiental*" e "*Contribuição ao Esforço Comum*".

Neste balanço social, também encontramos os *"Princípios Básicos de Atuação Ambiental e Social da Aracruz"* – que constam inclusive do *"Código de Conduta"* da empresa – trazendo as observações relacionadas com a atuação social e ambiental da companhia e os princípios defendidos pela direção desta empresa que era, na época, a terceira colocada em vendas no setor brasileiro de papel e celulose[44]:

"Relações com a Comunidade e Responsabilidade Social

A Aracruz é consciente de sua responsabilidade social e do seu papel de geradora de riquezas para as comunidades onde atua e para o país. O respeito aos interesses das comunidades e do país estará sempre presente nas suas decisões

Meio Ambiente

O meio ambiente equilibrado é essencial para a vida sadia e a sobrevivência da humanidade. Para a Aracruz, a preservação da natureza é indispensável para a existência e o desenvolvimento do seu negócio. A Aracruz contribuirá para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação do meio ambiente, com base no conceito de desenvolvimento sustentável e na valorização do papel da propriedade privada e do mercado livre e competitivo. "[45]

Cabe aqui chamar a atenção para o fato da empresa utilizar o termo "desenvolvimento sustentável" numa época onde este conceito ainda era pouco utilizado por empresas e empresários no Brasil. Fato este que, em conjunto com a análise do relatório 2016, demonstra um pioneirismo e uma perspectiva de grande

---

[44] Segundo a Revista Exame, em 1998, o percentual de vendas no mercado de papel e celulose era ocupado da seguinte forma: 1º Cia. Suzano com 9,3% das vendas; 2º Klabin, com 9,1% e em 3º Aracruz, com 7,5% das vendas do setor. Segundo a mesma revista, a Aracruz Celulose, possui o maior Valor Adicionado (riqueza gerada) por empregado, US$ 115.707,00.

[45] "Balanço Social e Ambiental - Aracruz Celulose 30 anos", página 3.

preocupação com os impactos do setor de celulose e papel, que podem aumentar os custos e trazer diminuição dos resultados, pela falta de acompanhamento de impactos e perspectivas sociais, ambientais e econômicas de médio e longo prazos.

Já a frase transcrita a seguir, do diretor-presidente Luiz Kaufman, demonstra o quanto a questão da geração de emprego e as ações relacionadas com as populações circunvizinhas, eram prioridade para a Aracruz: *"Procuramos consistentemente apoiar os nossos empregados em seu desenvolvimento e ampliar sua empregabilidade, e buscamos contribuir para o bem-estar das comunidades que nos cercam por meio de projetos sociais selecionados".*

Já o diretor-presidente Carlos Augusto Lira Aguiar, além das questões acima, destacou no Balanço Social 1998 uma importante contradição, quando coloca no indivíduo a responsabilidade pelo seu desenvolvimento e as condições de trabalho do grupo, declarando que *"cada funcionário é, em última análise, responsável pelo seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional e pela manutenção de um ambiente de trabalho seguro e saudável... asseguramos todas as condições necessárias para que esta responsabilidade individual seja exercida."* [46]

Algumas expressões recorrentes nos documentos dos anos 1990 analisados da Aracruz são: *"contribuição para o bem-estar das comunidades vizinhas"; "consciente da sua responsabilidade social"; "o foco principal dos projetos é a educação";* e *"a preservação da natureza é indispensável para a própria existência e desenvolvimento do nosso negócio".*

A partir da análise do balanço social da Aracruz, encontramos no capítulo "Desempenho Social", no item "Comunidades", um destaque à questão relacionada ao pagamento de salários, geração de empregos diretos e indiretos e pagamentos de impostos. Desta forma, observamos que esta empresa define o pagamento de salários e impostos como sendo um dos aspectos da sua responsabilidade social: "A remuneração do trabalho direto constituiu a segunda maior aplicação... pagos a

---

[46] "Aracruz Celulose - Balanço Social e Ambiental 1998", página 02.

título de remuneração propiciaram melhor qualidade de vida aos empregados, além de promover desenvolvimento para as comunidades. ” [47]

Observa-se uma constante referência a empresa ser uma “*das melhores empregadoras do país*” e grande geradora de riquezas, como uma forma de demonstração e de justificativa do cumprimento da responsabilidade social desta companhia. Esta constante, aliada às palavras do diretor presidente, com uma ênfase à propriedade privada e ao livre mercado, explicita o entendimento que esta corporação possui acerca de sua responsabilidade social, que se encontra nitidamente adequado às ideias liberais, segundo as quais, a responsabilidade social da empresa é gerar empregos, pagar salários, disponibilizar produtos e serviços para a sociedade e pagar seus impostos em dia.

Os Princípios Básicos de Atuação da empresa Aracruz, deixam clara a relação existente entre Responsabilidade Social e geração de riqueza material, quando observamos declaração que a empresa está “*consciente de sua responsabilidade social e do seu papel de geradora de riquezas para as comunidades onde atua e para o país”.*[48]

Uma expressão que encontramos repetidamente nos textos da Aracruz é a contribuição da empresa para o “*bem-estar social das comunidades”* próximas, o que pode nos mostrar um indício da consciência desta empresa no progressivo papel a cumprir na garantia o *Welfare,* em substituição ou de forma complementar ao Estado. Na referência às ações sociais desenvolvidas para as comunidades vizinhas, o balanço da Aracruz enfatiza os projetos desenvolvidos pela empresa na área da educação.

Desde a denominação, o *“Balanço Social e Ambiental 1998”* da empresa, chamada de Aracruz neste período e Fibria atualmente, já demonstrava a ênfase e a preocupação da empresa com a questão ambiental. Esta referência constante à ecologia e ao meio ambiente – além de uma citação ao termo “desenvolvimento

---

[47] “Balanço Social e Ambiental - Aracruz Celulose 30 anos”, página 04.
[48] Idem, página 3.

sustentável", termo e conceito bastante novo no meio empresarial à época, estava obviamente ligado às sensibilidades e preocupações com os possíveis impactos negativos da atividade principal da empresa no setor de celulose e papel, que muitas vezes causa, devido às suas características de produção e operação extensiva, grandes e frequentes impactos negativos ao meio ambiente do entorno, assim como possuí frequentes impactos fundiários, conflitos por terras e problemas com as populações circunvizinhas à empresa.[49]

Observamos no balanço social analisado uma ênfase em relação às atividades obrigatórias e formais, que muitas vezes já estão previstas no arcabouço legal que envolve a empresa e o setor, tendo pouco destaque a realização de atividades não obrigatórias, realizadas de forma completamente voluntária pela empresa, relacionadas à responsabilidade ética e discricionária (para além das responsabilidades legais) da companhia analisada.

[49] Segundo o Ministério Público Federal (MPF), a empresa foi acusada de grilagem de terras no Espírito Santo (ES) em 2013. Mais informações estão disponíveis em: http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2014/02/justica-bloqueia-bens-e-suspende-financiamentos-da-fibria-no-es.html <acesso em 20 de nov. 2017>. Segundo a ONG Fase, a empresa seria responsável por atentados e invasões de terras de comunidades tradicionais quilombolas no ES. Mais informações em: https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/atentado-a-lider-quilombola-expoe-tensao-em-territorios-tradicionais-explorados-pela-fibria/ <acesso em 20 de nov. 2017>.

Banco do Brasil

O Banco do Brasil era o maior banco brasileiro em 1998 e continua, em 2016/2017, sendo a maior empresa do setor financeiro no Brasil. Em 1999, quando a empresa publicou o seu Balanço Social Anual 1998, a instituição possuía receitas anuais que superavam os US$ 35 bilhões, era de controle estatal e empregava mais de 72 mil pessoas de norte a sul do país. Atualmente emprega mais de 100 mil pessoas e obteve um lucro líquido da ordem de US$ 8 bilhões em 2016. O Banco do Brasil está presente em todo o Brasil e no mundo. No Brasil, são mais de 5 mil agências e mais de 50 mil caixas eletrônicos, em mais de 18 mil municípios, segundos informações do próprio banco.

O Banco mantém uma página exclusiva para tratar do tema da sustentabilidade, mas aborda a questão relacionando a temática ao Desenvolvimento Sustentável (DS), abordagem não muito comum em outras empresas contemporâneas. Apesar de fazer referência ao Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE) e ao Dow Jones Sustainability Index da bolsa de valores de Nova Iorque (nos EUA), os itens e temas presentes nesta página estão muito mais relacionados com ação social privada e filantropia do que com os temas do sustentável, propriamente dito.

Nesta página encontramos termos com Prêmios e Reconhecimento, Projetos, Negócios Sociais, Projeto Água e um link para a Fundação Banco do Brasil. Os temas que estão diretamente relacionados à sustentabilidade são a Agenda 21 e um link para outra página que recebe o título de Desenvolvimento Sustentável.

Nesta outra página encontramos o detalhamento de como o banco entende o Desenvolvimento Sustentável e como atua neste sentido. Com poucas informações e um discurso bastante simplista para uma instituição tão importante, estratégica e do porte da empresa em tela.

Assim sendo, a empresa descreve desta forma o seu envolvimento com a temática da sustentabilidade:

"Desenvolvimento Sustentável: provavelmente, você já ouviu a expressão Desenvolvimento Sustentável (DS).

Mas você sabe seu conceito?
O termo surgiu em 1987 por meio do documento Our Common Future (Nosso Futuro Comum), também conhecido como Relatório Brundtland, que definiu o DS como o processo "que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

E como o Banco do Brasil atua no Desenvolvimento Sustentável?
O Banco do Brasil compromete-se com o DS não apenas como agente financeiro, mas também como agente transformador da sociedade, estimulando a perenidade de ações sustentáveis, como por exemplo, o uso consciente do crédito, o incentivo ao empreendedorismo e a geração de emprego e renda" Disponível em: http://www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/desenvolvimento-sustentavel#/ <acesso em 21 de nov. 2017>

Apesar do Relatório Anual 2016 ter uma capa formal e bastante minimalista, com linhas e na tradicional cor amarela do banco, muito parecida com todos os relatórios publicados desde o final do século XX pela empresa, este relatório segue o modelo da GRI G4 e está alinhado com os mais recentes discursos de sustentabilidade, além de citar seguir a metodologia do Relato Integrado[50], que busca relacionar todas as informações econômicas, sociais e ambientais num mesmo relatório, servindo como relatório anual, relatório de sustentabilidade e relatório contábil e financeiro ao mesmo tempo, daí a lógica de relatar de maneira integrada todos os aspectos e impactos da gestão da companhia.

No início do documento encontramos as seguintes referências, que situaram as bases e os modelos globais, além dos princípios aos quais o relato anual encontrava-se alinhado, afirmando que:

---

[50] A discussão e metodologia sobre relato anual integrado é mais recente, criada em 2010, porém tangencia a discussão sobre a GRI e outros modelos e padrões globais de relatórios empresarias, por buscar a integração das informações contábeis e financeiras, com as informações sociais e ambientais. Mais informações estão disponíveis na página da Comissão Brasileira em: http://www.relatointegradobrasil.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=55183&conta=28 <acesso em 21 de nov. 2017>

"Em linha com as boas práticas internacionais em ***sustentabilidade*** e prestação de contas, adotamos as diretrizes da ***Global Reporting Initiative (GRI)***, com a opção "de acordo" abrangente da versão ***G4***, inclusive do suplemento setorial financeiro. Os indicadores GRI podem ser visualizados ao longo do texto ou, mais detalhadamente, no Anexo GRI. No sumário de conteúdo, os indicadores GRI são correlacionados aos princípios do ***Pacto Global*** e aos ***Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)***, lançados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015" (Relatório Anual 2016, pág. 5)[51]

Neste sentido, temos a impressão de que o site da empresa e o relatório da empresa não foram elaborados pela mesma consultoria ou mesmo não foram supervisionados pela mesma área ou superintendência do banco, pois parecem peças informativas de organizações distintas, com termos, conceito e discursos diferentes dentro da mesma temática.

Também na parte inicial deste Relatório Anual do Banco do Brasil encontramos outra referência importante para o entendimento da discussão sobre a preponderância do modelo da GRI como principal padrão global: as consultorias internacionais que capacitam, ajudam a implementar os modelos e realizam as auditorias e certificações, em cada determinado momento e em empresas diferentes. Assim sendo, podemos observar na página 5 do documento esta marca de confiança, este carimbo do prestador de serviço, onde está escrito que: "Este documento foi assegurado pela KPMG[52] Auditores Independentes".

Contendo 182 páginas, publicadas exclusivamente em formato digital (o banco declara que por conta da sua política de responsabilidade socioambiental, não publica relatórios em papel desde 2010), com uma diagramação moderna e bem ilustrada internamente, apesar das fotos com modelos profissionais e um certo lugar comum para ilustrar os temas, configura-se como um longo e exaustivo relato, de complexa e difícil leitura. O termo sustentabilidade/sustentável aparece 208 vezes

---

[51] Este Relatório Anual 2016 do Banco do Brasil está na íntegra disponível em: http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/relan2016.pdf <acesso em 21 de nov. 2017>.

[52] A KPMG Auditores Independentes é uma empresa multinacional de auditoria e consultoria que está envolvida com diferentes discussões e ajuda a promover este mercado global de modelos, padrões e certificações. Ela faz parte do grupo das quatro maiores empresas de auditoria do mundo, conhecidas como as Big Four. Mais informações estão disponíveis em: https://home.kpmg.com/br/pt/home.html e também em: https://cfc.jusbrasil.com.br/noticias/562912/auditoria-das-big-four-movimenta-mercado <acesso em 21 de nov. 2017>.

ao longo do relatório, enquanto o termo social foi citado 77 vezes ao longo do documento em tela.

Neste sentido, a discussão e os dados apresentados ao longo do relatório, aprofundam o tema da sustentabilidade e fazem frequentes referências aos indicadores sociais, ambientais e econômicos que compõem o modelo básico da GRI, conforme já detalhado neste trabalho, além de se referenciar em outros padrões de indicadores de metas, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Pacto Global das Nações Unidas, que seriam compromissos assumidos pela alta administração da organização.

"Em nosso VI Workshop Desenvolvimento Sustentável foi apresentado à Alta Administração da Organização o resultado da nossa matriz de materialidade [conforme modelo da GRI], com o propósito de definição posterior de ações que promovam o alcance aos desafios em sustentabilidade previstos para os próximos três anos" (Relatório Anual 2016, pág. 6)

O engajamento do Relatório Anual 2016 do Banco do Brasil com os modelos e premissas mais atuais no tema da sustentabilidade, reforçando o enquadramento nos padrões globais amplamente difundidos pelas organizações da governança global e de um novo mercado do sustentável, pode ser verificado na passagem do relatório que afirma que:

"Outro destaque do ano foi a atualização do nosso Plano de Sustentabilidade que, a partir de 2017, será denominado de Agenda 30 BB e refletirá as premissas da Agenda 2030 global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. A Agenda 30 – que substituiu a Agenda 21, válida entre 2005 e 2016 - é um instrumento para aprimorar nossos negócios e processos, alinhando-os às melhores práticas mundiais e contribuindo para a disseminação do tema e para a geração de resultados cada vez mais sustentáveis.

Nosso desempenho socioambiental é atestado pela permanência, pelo quinto ano consecutivo, no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, da Bolsa de Nova Iorque, (DJSI, na sigla em inglês), e pela décima segunda vez no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (antiga BM&FBOVESPA). Destacamos ainda o nosso compromisso integral com os 10 Princípios do Pacto Global" (Relatório Anual 2016, pág. 16)

Todavia, o parecer dos auditores independentes, a consultoria e auditoria internacional KPMG, faz várias ressalvas sobre não ter acompanhado o desenvolvimento do relatório ao longo do ano e para inúmeras informações não financeiras e contábeis (ou seja, sociais e ambientais) emite um parecer que, a partir de uma leitura mais crítica e atenta, não assegura as informações divulgadas como verdadeiras, mas afirma que nada leva a crer que elas não seriam consistentes, numa retórica e um jogo de palavras típico de quem não quer comprometimento legal ou jurídico no caso de alguma irregularidade ser encontrada.

"Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual do Banco do Brasil, não incluindo os dados referentes às emissões de gases de efeito estufa, nem a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade.

Conclusão
Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes do Relatório Anual 2016, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes para Relatório de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative - GRI (GRI-G4).

Brasília, 09 de maio de 2017 - KPMG Auditores Independentes"
(Relatório Anual 2016, pág. 181)[53]

Já o Balanço Social Anual 1998 que foi publicado em 1999, possuía 30 folhas físicas, em papel de alta qualidade, coloridas e em alta definição, dispostas em camadas, compondo uma luxuosa e criativa publicação, este relatório de atividades sociais e ambientais do Banco do Brasil e foi publicado com o título de "*Balanço Social do Banco do Brasil 1998*".

Este balanço social apresentava expressões relevantes quanto ao papel que uma empresa pública com estas características tão específicas deve cumprir para agregar a sua marca uma imagem social e ambientalmente responsável.

[53] Este parecer dos auditores independentes está incluído no relatório e está disponível na íntegra em: http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/relan2016.pdf <acesso em 21 de nov. 2017>

Questões como "*bem-estar social"* e "*responsabilidade social"*, aparecem recorrentemente como forma de justificar e exemplificar a atuação do Banco frente à sociedade e em relação ao seu papel no desenvolvimento econômico do país, em conformidade com as linhas governamentais vigentes.

Logo no início, a mensagem da diretoria era bastante significativa quanto a estas questões, enfatizando ainda, que perante a legislação, o banco não possuía a obrigatoriedade de realização deste tipo de documento com informações sociais:

"Consciente de sua responsabilidade social, o Banco do Brasil ultrapassa o limite das exigências legais para melhor atender às demandas da sociedade brasileira.

Por estar presente em todo o território nacional e conhecer as necessidades de cada comunidade – seja através das ações do seu corpo funcional, da Fundação Banco do Brasil ou do Centro Cultural –, promove cidadania e contribui para o bem-estar social. É com esse ânimo que o Banco completa 190 anos e se prepara para entrar no século XXI. " [54]

Com um discurso muito diferente do que observamos e analisamos em relação ao Relatório de Sustentabilidade publicado em 2017. Cabe ressaltar ainda, que da mesma forma que o balanço social de outras empresas no período analisado, final do século XX, o balanço anual do Banco do Brasil apresenta impresso no corpo físico do documento o "Selo Balanço Social Ibase/Betinho 98", por ter também adotado integralmente o modelo sugerido pela ONG fundada pelo referido sociólogo em 1981, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Aparecem também com destaque neste relatório social, as atividades relacionadas à educação, às crianças e adolescentes e a relação do Banco com a *Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria* – a campanha contra a fome coordenada por Betinho, que teve seu ápice nos anos de 1993, 94 e 95. Ao lado do modelo Ibase de balanço social, o documento traz uma tabela com a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que é a demonstração contábil de como as riquezas da empresa são distribuídas entre os acionistas, os governos e os empregados (TORRES, 2013).

---

[54] "Balanço Social - Banco do Brasil 1998", "A Diretoria", página 02.

Ou seja, ficam evidentes nos discursos e expressões presentes no balanço social, ações de complementação de políticas públicas governamentais, ação social privada e algumas práticas assistencialistas que este banco público realizava no período analisado, com características mais fortes de Ação Social Privada do que propriamente de responsabilidade social empresarial; que seria o tipo mais adequado de práticas e discursos no negócio principal da instituição durante o período analisado.

Assim sendo, fica claro que o foco do Balanço Social 1998, como o próprio nome enfatiza, concentrava-se mesmo no ***social*** e em seus termos derivados e correlacionados, que conferiam a base e a legitimidade das práticas de responsabilidade social internas e externas do banco, durante aquele período analisado. Observamos assim, que o termo e/ou a expressão legitimadora das iniciativas da empresa, que mudou para ***sustentável*** e/ou ***sustentabilidade*** de maneira bastante nítida, conforme observamos no Relatório Anual 2016, publicado em maio de 2017 pelo Banco do Brasil e auditado pela multinacional KPMG.

Eletropaulo (AES Eletropaulo)

A Metropolitana Eletricidade de São Paulo (atualmente, AES Eletropaulo) foi privatizada em abril de 1998. Neste mesmo ano, contava com 7668 funcionários e uma receita anual na ordem dos US$ 3,7 bilhões, segundo os dados do seu "*Relatório Anual*" do período, que continha as informações sociais publicadas por meio do balanço social anual.

Segundo dados de 2017, a AES Eletropaulo é a empresa que distribui a maior quantidade de energia no país, alcançando a Cidade de São Paulo e mais 23 municípios do Estado. Isso corresponde, segundo a empresa, a aproximadamente 20 milhões de pessoas. São mais de 1,5 mil unidades consumidoras por quilômetro quadrado – a maior densidade entre todas as distribuidoras brasileiras.

No site da empresa encontramos as seguintes informações para o ano de 2016: 7300 mil colaboradores (agora não mais denominados funcionários), 4.526 km² de área de concessão, 24 municípios atendidos, aproximadamente 20 milhões de pessoas atendidas e 14.372 MVA de capacidade instalada, 39,6 mil km de rede aérea de distribuição, 34% da energia fornecida no Estado de São Paulo, R$ 20.510,3 milhões de receita operacional bruta e R$ 791,5 milhões em investimentos no ano em questão.[55]

No site principal da empresa existe um link chamado Sustentabilidade, que quando clicado leva para uma página com informações de sustentabilidade[56] do grupo AES Brasil – que controlava em 2017 quatro empresas do setor de energia: uma de distribuição, a AES Eletropaulo, duas geradoras, a AES Tietê e a AES Uruguaiana – e uma empresa de serviços – a AES Ergos.

---

[55] Estas informações estão disponíveis no site principal da empresa em: https://www.aeseletropaulo.com.br/sobre-a-aes-eletropaulo/quem-somos/conteudo/aes-eletorpaulo <acesso em 22 de out. 2017>.

[56] As informações de sustentabilidade do grupo AES Brasil e da própria AES Eletropaulo estão disponíveis em: http://aesbrasilsustentabilidade.com.br/ <acesso em 22 de out. 2017>.

Nesta página encontramos informações sobre as ações socioambientais, informações sobre Governança Corporativa, além dos relatórios anuais das empresas do grupo – entre estes, o Relatório de Sustentabilidade 2016 da AES Eletropaulo – além de outras informações do cunho socioambiental e iniciativas de ação social privada.

O Relatório de Sustentabilidade 2016 da empresa foi realizado com base no modelo da GRI e pode ser acessado por partes e capítulos, de maneira online, a partir de uma página específica[57]. Nesta mesma página está disponível o acesso direto a íntegra do relatório em PDF[58], publicado eletronicamente; como se tornou comum em todas as empresas aqui analisadas, inclusive com algumas delas não mais publicando o relatório em meio físico (em papel), como era o mais comum e usual nos anos de 1998 e 1999, no período de publicação dos balanços sociais.

Logo no início do relatório, encontramos a visão definida até 2021 no plano estratégico da empresa para os próximos anos, onde o termo sustentabilidade aparece como qualificador das práticas da companhia de distribuição de energia: “A nova visão da AES no Brasil é ser reconhecida por nossos clientes e acionistas como o principal parceiro de soluções inovadoras de energia de forma segura, ***sustentável***, confiável e acessível”. (Relatório de Sustentabilidade 2016, pág. 4).

Este Relatório publicado pela empresa em março de 2017, contendo 55 páginas, contempla informações que consideram o período de janeiro a dezembro de 2016 e que passaram por verificação externa da KPMG Financial Risk & Actuarial Services, seguindo o modelo GRI G4, conforme o parecer desta auditoria internacional. No documento encontramos 94 vezes referências ao termo sustentabilidade e/ou sustentável e apenas 21 vezes referências ao termo social. A empresa já está publicando Relatório de Sustentabilidade há mais de uma década, conforme podemos conferir no trecho a seguir:

---

[57] Este forma de acessar o relatório da empresa online está disponível em: http://relatorios2016.aesbrasilsustentabilidade.com.br/eletropaulo/index.html <acesso em 22 de nov. 2017>.

[58] A íntegra do Relatório de Sustentabilidade 2016 da AES Eletropaulo está disponível em: http://relatorios2016.aesbrasilsustentabilidade.com.br/pdf/eletropaulo/pt/Relatorio_2016.pdf <acesso em 22 de nov. 2017>

“Pelo 11º ano consecutivo, publicamos nosso ***Relatório de Sustentabilidade***, que apresenta a maneira como gerenciamos os aspectos materiais de nosso negócio, nossos resultados e aprendizados e perspectivas para nossos negócios no curto, médio e longo prazos (...) O documento está de acordo com a opção Essencial da versão G4 das diretrizes da GRI (Global Reporting Initiative) e também considera os princípios do Relato Integrado, com destaque para o modelo de criação de valor nos capitais financeiro, manufaturado, natural, intelectual, humano e social e de relacionamento. Além desta publicação completa em PDF, nos idiomas português e inglês, desenvolvemos neste ciclo de relato uma versão on-line com os principais destaques e aspectos-chave” (Relatório de Sustentabilidade 2016, pág. 46)

No relatório da empresa encontramos referências diretas a outros dois padrões internacionais utilizados como ferramenta de gestão da chamada responsabilidade socioambiental empresarial, que foram criados em parceria com as Organização das Nações Unidas e suas agências, o Global Compact (o Pacto Global, lançado em 2000) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS, de 2015). Assim sendo, a AES Eletropaulo destaca que:

“Nosso Relatório de Sustentabilidade também tem como objetivo apresentar nossos principais avanços no âmbito do Pacto Global, do qual somos signatários desde 2005. Na tabela ao lado, evidenciamos a relação entre nossos temas materiais e os princípios do Pacto Global, a fim de facilitar a identificação desses conteúdos por parte de nossos públicos de relacionamento. Nessa mesma linha, também apresentamos uma correlação entre nossos temas materiais e os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), pontuando aqueles com os quais podemos contribuir de forma mais direta” (Relatório de Sustentabilidade 2016, pág. 47)

Assim como ocorre com os outros relatórios GRI, o da AES Eletropaulo foi auditado por uma das grandes empresas multinacionais de auditoria, que conferem o parecer técnico, a partir dos critérios desenvolvidos e aceitos por diferentes grupos de empresas, organizações sociais, imprensa especializada e consultorias; além do aval das agências e órgãos ligados às Organizações Nações Unidas. Cabendo ressaltar, que nenhum desses procedimentos é obrigatório por lei, mas esperado e exigido por esse mercado global das certificações e normas de responsabilidade socioambiental empresarial que se desenvolveu durante os anos 1990 com foco no social e durante os últimos 20 anos, na virada do século XX para o XXI, priorizando a temática da sustentabilidade.

“Responsabilidades da administração da AES Eletropaulo

A administração da AES Eletropaulo é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2016 de acordo com as Diretrizes para Relato de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative - GRI (GRI-G4), com o suplemento setorial “GRI Electric Utilities Sector Supplement” e com os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2016, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico (CT) 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2016, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes” (Relatório de Sustentabilidade 2016, pág. 55)

E mais uma vez encontramos um jogo de palavras nas conclusões dos auditores, que afirmam que eles não encontraram nada que possa leva a consultoria a dizer que as coisas não foram feitas de maneira correta. Ou seja, eles afirmam que não há indícios de coisas erradas, mas não afirmam que as informações do relatório estão certas! No trecho a seguir podemos conferir estas palavras de comprometimento limitado e que provavelmente possuem custos quase ilimitados de tão altos para empresa que contrata os serviços:

“Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração razoável. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho de asseguração razoável, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses

dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

Conclusão
Não temos conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da AES Eletropaulo, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as Diretrizes para Relato de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative - GRI (GRI-G4), com o suplemento setorial "GRI Electric Utilities Sector Supplement" e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017
KPMG Assessores Ltda."

Desta forma, podemos inferir a partir das informações e discursos aqui analisados, o quanto o tema da sustentabilidade está institucionalizado nestas grandes empresas, legitimado e amparado por este mercado global das normas e certificações socioambientais, que apesar de não possuírem qualquer obrigatoriedade legal, acabaram criando, durante as últimas décadas, uma quase obrigatoriedade mercadológica para as grandes empresas, que utilizam todo um arcabouço de legitimação tecnoburocrata do setor privado, que emitem seus pareceres com ares de neutralidade técnica; muitas vezes informando ou assegurando muito pouca coisa – ou quase nada – em seus pareceres inconclusivos, conforme podemos constatar nas conclusões transcritas acima.

A AES Eletropaulo, a Empresa Metropolitana Eletricidade de São Paulo foi privatizada em abril de 1998. Neste mesmo ano, contava com 7668 funcionários e uma receita anual na ordem dos US$ 3,7 bilhões, segundo dados do seu "*Relatório Anual*", aonde veio publicado pela primeira vez o balanço social anual da companhia, num modelo bastante simples, conforme a importância relativa deste informe anual à época.

O *Balanço Social 1998* da Eletropaulo, que possui apenas uma única página, está inserido no *Relatório Anual 1998* da companhia, que é uma peça contábil de publicação anual, auditada e obrigatória pela legislação brasileira: o Relatório Anual.

Basicamente, a Eletropaulo utilizou parte da primeira versão do modelo quantitativo de balanço social, elaborado numa parceria entre o Ibase, alguns empresários, técnicos e representantes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM): o inicialmente chamado “modelo Ibase/CVM” de balanço social.

Além das obrigações legais, o documento apresentado concentra-se nas questões relativas à privatização, a modernização e a superação da crise enfrentada pela empresa. Ao que tudo indica, a publicação deste balanço social deu-se, ao menos neste primeiro momento, para cumprir uma recomendação feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) – agência reguladora do setor elétrico no país – que sugeriu para todas as empresas do setor elétrico a realização anual de balanço social neste modelo.

Conforme detalhado no capítulo que tratou do desenvolvimento do balanço social no Brasil, presente nesta tese, esta recomendação resultou na realização de balanço social por parte da maioria das empresas de eletricidade, mesmo aquelas que não tinham realizado, de fato, ações sociais consistentes, e acabaram preenchendo as tabelas, basicamente, com informações sobre os impostos, contribuições, salários pagos e com os *benefícios* concedidos aos funcionários, na sua maioria, reportando ações meramente obrigatórias.

Desta forma, o balanço social 1998 da Eletropaulo era basicamente quantitativo e apresentava, fundamentalmente, informações relativas aos *benefícios obrigatórios* em relação aos funcionários da própria empresa e a algumas doações, típicas da ação social privada e filantropia, realizadas durante o ano de 1998.

Todavia, apesar de divulgar informações sociais e de investimentos nos seus funcionários desde o final dos anos 1990, nos últimos anos a empresa foi acusada Ministério Público do Trabalho (MPT) de terceirizar funções fins, reduzir benefícios para os trabalhadores, de fraudes em relação à legislação trabalhista; além de um aumento significativo dos acidentes de trabalho entre os anos de 2010 e 2014, que estariam, segundo o mesmo MPT, relacionadas à precarização das relações trabalhistas o pouco cuidado ético com as pessoas que trabalham para a empresa,

de maneira terceirizada. A empresa foi processada em 2017, com a solicitação de um pagamento no valor de R$ 120 milhões de reais.[59]

"Procuradoria-Geral do Trabalho (09/01/2017)
Eletropaulo é processada em R$ 120 mi por terceirizar atividade-fim
Concessionária utilizava contratos firmados com prestadoras de serviços para burlar legislação e mascarar relação de emprego com terceirizados

Brasília – Ação civil pública do Ministério Público do Trabalho (MPT) pede a condenação da Eletropaulo, maior distribuidora de energia elétrica do país, ao pagamento de R$ 120 milhões por terceirização ilícita e dumping social. De acordo com investigações do MPT, a empresa utilizava contratos firmados com sete empresas prestadoras de serviços para burlar a legislação e mascarar a relação de emprego com terceirizados. Para os procuradores do Trabalho que assinam a ação, a fraude ocasionou prejuízo ao FGTS e à Previdência Social, aumento do número de acidentes, precarização das condições de trabalho e redução de salários e benefícios.

O MPT pede ainda concessão de tutela de urgência – antecipação dos efeitos da decisão – para que a Eletropaulo sane as ilegalidades, sob pena de multa diária de R$ 50 mil.

A Eletropaulo conta com 8.798 terceirizados. Número bem superior ao de empregados diretos: 6.152."[60]

Neste sentido, as informações divulgadas MPT conflitam com o discurso de cuidado com colaboradores externos. Além disso, as informações sobre acidentes e problemas com trabalhadores são apresentadas ao logo dos relatórios, com índices e taxas, valores nem sempre fáceis de serem entendidos como positivos ou negativos para o cotidiano das relações entre as pessoas na empresa. O Relatório de Sustentabilidade 2017 traz em suas páginas um discurso que afirma que a segurança está em primeiro lugar.

"Segurança em Primeiro Lugar
A segurança de nossos colaboradores, prestadores de serviços e da comunidade é nossa prioridade no desenvolvimento de nossas atividades. Em nosso Planejamento Estratégico Sustentável,

---

[59] Detalhes sobre estes problemas, as denúncias e a multa aplicada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) do Estado de São Paulo sobre a empresa estão disponíveis na Sala de Imprensa do MPT em: http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/5047a2b0-4c7d-4d87-8639-87b8994b521b/!ut/p/z0/jYzLDoIwEEV_BRcsmxmwWFiiMQQJUXfYjZkCahUKSOPj78UfMC7PzbkHJBQgDT30mazuDDUTH-Ti6CXI0-UWsyTbCYz3Xr5OE89foYANyN_CVPDv-So_g-zJXpg2pw6KALkgXyHjpagYr0LBwsU8YqFQYRRxFfie-l71dRhkDLLsjK1fFog2ty6O1JBT1Y5u-3ttRnJxmh3TWV1gGl38g97fpHo_49kHHjPilg!!/ <acesso em 22 de nov. 2017>.
[60] Idem.

estabelecemos metas de desempenho relacionadas a esse aspecto e que são acompanhadas periodicamente pela Diretoria" (Relatório 2016, pág. 33)

Já em 1998, a apresentação do balanço social em apenas uma única página, sem maiores destaques e utilizando de forma incompleta o modelo Ibase/CVM – pois não foram utilizados todos os possíveis campos da tabela, conforme as características básicas do modelo já descritas em capítulo anterior – demonstram a pouca importância que esta empresa – que tinha acabado de ser privatizada –, deu ao tema da responsabilidade socioambiental durante o ano de 1998.

Assim sendo, quando comparamos estas informações, dados e discursos com o Relatório de Sustentabilidade 2016 publicado pela empresa em 2017, percebemos que a empresa está totalmente envolvida e alinha com os parâmetros globais de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade do século XXI, totalmente inserida neste mercado das certificações e normas de legitimação social que foram desenvolvidas desde o final do século XX e que se consolidou nos últimos 20 anos.

Gerdau

O Grupo Gerdau completou em 2017, 116 anos de existência. A empresa é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços longos especiais do mundo. Possui operações industriais em 14 países – nas Américas, na Europa e na Ásia – as quais somam uma capacidade instalada superior a 25 milhões de toneladas por ano. Segundo o site da própria empresa, com destaques realizados pelo autor, ela:

"É a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o ***desenvolvimento sustentável*** das regiões onde atua. Com mais de 110 mil acionistas, a Gerdau está listada nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri.

MISSÃO: Gerar valor para nossos clientes, acionistas, equipes e a sociedade, atuando na indústria do aço de forma ***sustentável***.

VISÃO: Ser global e referência nos negócios em que atua.

VALORES: Ter a preferência do CLIENTE; SEGURANÇA das pessoas acima de tudo; PESSOAS respeitadas, comprometidas e realizadas; EXCELÊNCIA com SIMPLICIDADE; Foco em RESULTADOS; INTEGRIDADE com todos os públicos; ***SUSTENTABILIDADE econômica, social e ambiental***"[61]

Apesar da empresa destacar a sustentabilidade em sua missão e valores, logo na apresentação do grupo, o que aparece em destaque na página principal da empresa é um documento em PDF chamado de Perfil de Responsabilidade Social, que se assemelha muito aos documentos de relatório social e balanço social do final dos anos 1990, com informações que reforçam a ação social privada, os benefícios para os funcionários e iniciativas sociais ligadas a estratégia da organização, concentradas nas atividades do Instituto Gerdau:

[61] Estas informações da empresa foram retiradas do site principal, no item Perfil da Companhia, e estão disponíveis em: http://gerdau.infoinvest.com.br/static/ptb/perfil-da-companhia.asp?idioma=ptb <acesso em 22 de nov. 2017>

"A família Gerdau Johannpeter, consciente da importância de seu papel na atividade empresarial e na sociedade, decidiu ampliar o seu trabalho de responsabilidade social criando o Instituto Gerdau, voltado para a promoção de ações empreendedoras, que contribuam de forma eficaz para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, para a geração de valor compartilhado na cadeia de negócio e para o desenvolvimento sustentado da sociedade.

Klaus Gerdau Johannpeter - Presidente do Conselho do Instituto Gerdau, vice-presidente do Conselho de Administração da Gerdau" (Responsabilidade Social, s/d, pág. 6)[62]

Neste sentido, as palavras do presidente do conselho do Instituto Gerdau se assemelham muito aos discursos presentes no Balanço Social 1998 do grupo, onde as expressões e termos focados no social e nas iniciativas de filantropia empresarial estavam bastante presentes, como eram comuns nos discursos de legitimação empresarial do final do século XX.

No site da empresa, apesar de aparecer com frequência o termo Desenvolvimento Sustentável, ele muitas vezes está relacionado a um discurso a descrição de práticas de responsabilidade social ou mesmo ação social privada do Instituto Gerdau. Com muita frequência também, está relacionado a outro termo que o adjetiva, como "*desenvolvimento sustentável das pessoas"*, "*desenvolvimento sustentável da sociedade".*

No mesmo site, mas não com tanta facilidade de acesso e fácil visualização, pois torna-se necessário seguir até o link Media Center, depois clicar em Publicações e Relatórios, para somente depois conseguirmos encontrar o Relato Integrado 2016[63] da empresa. Na descrição inicial deste relato, pelo presidente do Conselho de Administração da empresa, Claudio Johannpeter, encontramos que:

"Em linha com a transformação que estamos vivendo na Gerdau, optamos por aprimorar a forma de comunicar a nossa atuação nos âmbitos econômico, social e ambiental e, por isso, adotamos a

---

[62] Este documento chamado simplesmente de Responsabilidade Social não possui data ou outra referência qualquer de data, ainda que o detalhamento do link pode nos dar um indício de que foi disponibilizado em 2013, contudo, pode ser um documento institucional muito mais antigo.
Este documento em PDF está disponível na íntegra em:
http://gerdau.infoinvest.com.br/ptb/5692/2013.07ResponsabilidadeSocial_Gerdau_DIGITAL.pdf
<acesso em 22 de nov. 2017>.

[63] A íntegra deste Relato Integrado 2016 da Gerdau em PDF está disponível em:
https://www.gerdau.com/pt/gerdau-mediacenter/Documents/relato-integrado-gerdau-2016.pdf
<acesso em 22 de nov.2017>.

metodologia do Relato Integrado em 2016. Acreditamos que o novo modelo de reporte apresentará mais claramente a geração de valor da Empresa para os nossos diversos públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores e sociedade" (Relato Integrado 2016, pág. 5)

Este Relato Integrado possui 53 páginas com uma diagramação de fácil leitura, contendo fotos do que parecem ser situações reais de funcionários da empresa em seus diferentes sítios industriais de atuação. O termo sustentável e/ou sustentabilidade aparece somente seis vezes ao longo do documento, enquanto o termo social aparece em 15 oportunidades. Ele não cita ou segue nenhum padrão nacional ou internacional relacionado à responsabilidade social ou sustentabilidade, mas foi elaborado de acordo com a estrutura sugerida pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (IIRC), já citado anteriormente neste trabalho.

"Sobre o Relatório

A Gerdau apresenta neste ano o seu primeiro Relato Integrado, compartilhando informações sobre sua atuação nas áreas econômica, social e ambiental, que buscam gerar valor no curto, médio e longo prazo.

O documento foi elaborado de acordo com a estrutura sugerida pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (IIRC) e corresponde às realizações, desafios e resultados obtidos em 2016 em diversas áreas da Empresa. Traz informações relevantes sobre gestão estratégica, de forma a fortalecer a relação entre os capitais humano, social, natural, intelectual e financeiro.

O documento, portanto, contempla as iniciativas desenvolvidas pelas operações nos diversos países onde a Gerdau está presente, possibilitando a avaliação de suas práticas de governança corporativa, assim como seu desempenho financeiro e atuação em meio ambiente, responsabilidade social e gestão de pessoas.

A adesão ao modelo demonstra o empenho da Gerdau para evoluir continuamente em suas práticas de transparência e de proximidade no relacionamento com seus públicos de interesse" (Relatório Integrado 2016, pág. 52)

Todavia, apesar de todo o discurso de transparência e boa governança, a empresas e diversos executivos foram citados em caso de corrupção e suborno para

livrar a empresa de dívidas federais, práticas criminosas que teriam ocorrido de 2011 até 2014. Segundo o Jornal Estado de São Paulo:

"O Ministério Público Federal denunciou nesta quinta-feira, 24 [agosto de 2017], na Operação Zelotes, 14 investigados por crimes cometidos junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Trata-se da 17ª ação penal proposta no âmbito da Operação Zelotes e, desta vez, os alvos são executivos do Grupo Gerdau, além de advogados e ex-conselheiros do tribunal administrativo. Segundo as investigações, a prática criminosa ocorreu 2011 e 2014, período em que o grupo econômico teve cinco Procedimentos Administrativos Fiscais (PAFs) analisados no tribunal"[64]

Cabe aqui também ressaltar que, apesar de citar o Desenvolvimento Sustentável, a Gerdau segue uma linha própria de cumprir a sua responsabilidade socioambiental justificada a partir da ideia da integração dos "diferentes capitais" para melhorar e aprimorar o desempenho da empresa, linha de pensamento que se fortaleceu nos discursos de reestruturação produtiva dos anos 1990, mas que segue presente em muitas escolas de administração e gestão. Provavelmente, esta abordagem mais tradicional da responsabilidade socioambiental da empresa está relacionada ao fato de que, mesmo sendo uma empresa internacionalizada e de capital aberto, tanto a propriedade quanto a gestão são controladas pela família Gerdau Johannpeter desde o início do século XX.

O Grupo Gerdau possuía em 1998, cerca de 9,3 mil funcionários e receitas anuais na casa dos US$ 2,3 bilhões. Este grupo contava com diversas unidades industriais, tanto no Brasil, quanto no exterior. O Balanço Social do Grupo está consolidado no Balanço da fundação da empresa, o Instituto Gerdau, um documento relativamente simples, contendo 16 páginas, apresentando informações quantitativas e qualitativas.

O foco principal das ações desenvolvidas pela Gerdau está no seu público interno, ou seja, em seus funcionários e colaboradores. A seguir apresentamos, um trecho da "*Mensagem do Conselho Diretor*", escrita pelo diretor presidente Jorge Gerdau Johannpeter, torna evidente que o principal motivador para Gerdau, nesta

---

[64] Reportagem publicada no site do Estado de São Paulo em 24 de agosto de 2017, disponível em: http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/procuradoria-denuncia-executivos-do-grupo-gerdau-na-zelotes/ <acesso em 22 de nov. 2017>

busca de uma postura ética e responsável, é a sobrevivência da empresa no longo prazo, a partir da garantia de produtividade, competitividade e qualidade:

"Com o crescimento pessoal e profissional dos nossos colaboradores estamos avançando em níveis de produtividade e competitividade, o que nos deixa muito orgulhosos do time que temos.

Sabemos também que uma empresa como a Gerdau, com quase um século de existência, não sobreviveria sem construir valores éticos, estabelecidos pelo respeito à comunidade interna e externa.

Temos de trabalhar para que ela se perpetue e será com esses valores que continuaremos a lutar para que isto aconteça" (Balanço Social 1998, pág. 3)[65]

Ainda que esta preocupação com as pessoas e os colaboradores esteja no discurso e nos relatórios da Gerdau desde 1998, aparecendo com destaque também no Relato Integrado 2016; sindicatos de trabalhadores têm denunciado as condições de trabalho, insegurança e falta de manutenção em algumas plantas industriais da empresa, conforme podemos verificar na reportagem do Jornal Estado de Minas.

"Pela terceira vez em nove meses, um acidente na Usina da Siderúrgica Gerdau provocou mortes de operários em Ouro Branco (Região Central de Minas), a 116 quilômetros de Belo Horizonte. No caso de ontem, uma explosão ocorreu quando um grupo trabalhava na manutenção da parte inferior da Coqueria 2 da Usina – um forno em que se produz o coque, derivado de carvão mineral essencial à fabricação do aço. Duas pessoas morreram e 10 ficaram feridas, duas em estado grave. No ano passado, acidentes na usina em novembro e em dezembro provocaram cinco mortes" (Estado de Minas, em 16 de ago. 2017)[66]

Cabe aqui ressaltar, para melhor ilustrar a postura deste grupo, o detalhamento dos termos utilizados para denominar as ações e as intenções registradas no Balanço Social (BS) analisado nesta tese. Enquanto algumas das empresas que foram aqui analisadas utilizam expressões como *gastos sociais* ou *investimentos na sociedade*, para tratar da sua responsabilidade social empresarial, no Balanço Social 1998 da Gerdau temos o termo *contribuições para a sociedade*, para designar o montante destinado às ações realizadas, aos projetos e iniciativas do Instituto Gerdau.

---

[65] Este Balanço Social 1998 da Fundação Gerdau não se encontra disponível na internet e este trecho foi retirado da Mensagem do Conselho Diretor, na página 3 do documento em papel.
[66] Esta reportagem do Estado de Minas está disponível na íntegra em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/08/16/interna_gerais,892227/sindicato-denuncia-falta-de-manutencao-na-gerdau-explosao-matou-dois.shtml <acesso em 22 de nov. 2017>

Da mesma forma que em outras empresas nos anos 1990, os empregados da Gerdau também recebem a denominação de *colaboradores*, enquanto que outras companhias dão os mais variados nomes aos funcionários e terceirizados, que, obviamente, carregam em si valores e diversos significados e acabam revelando, a partir das expressões utilizadas, a forma de abordagem que cada corporação tem em relação a estas pessoas: *associados, colaboradores, empregados, funcionários ou mesmo trabalhadores.*

A participação interna aparece em destaque no documento analisado, enfatizando, também, o benefício que esta questão traz para a eficiência e a competitividade nas empresas, já demonstrando desde os anos 1990, o foco da empresa na produtividade e de como esse capital social e humano aportaria valor aos negócios da indústria.

Desta forma, podemos destacar, que em todo conteúdo do balanço social realizado pela Gerdau em 1998, os termos *competitividade* e *produtividade* aparecem com grande destaque, interligados permanentemente com as várias ações e projetos realizados pelo Instituto Gerdau no âmbito da responsabilidade social e ambiental desta grande empresa multinacional brasileira do setor siderúrgico. Cabe também destacar, que essa linha de desenvolvimento social, humano e ambiental integrado aos negócios e aos resultados econômicos financeiros, seguiu com destaque no Relatório Integrado 2016 da empresa, analisado também neste trabalho.

Natura

A empresa Natura foi pioneira em publicar o relatório anual tomando por base o modelo de relato de sustentabilidade criado pela GRI (já detalhado neste trabalho), em 2001, primeiro ano do século XXI. Decorreu desta feita – somada a toda uma "pegada de sustentabilidade" e discurso de harmonia com as pessoas e a natureza que esta empresa propaga como foco em suas mensagens, publicidade e produtos, como se tornou bastante conhecido em nosso país nos últimos anos – todo o peso simbólico e a relevância que nos compeliu a analisar esta empresa em nosso trabalho.

A Natura é uma empresa brasileira internacionalizada de cosméticos por venda direta, que está presente em sete países da América Latina e na França. Foi a pioneira no Brasil em publicar o relatório anual tomando por base o modelo de relato de sustentabilidade criado pela GRI e se tornou a indústria líder no mercado brasileiro de cosméticos, fragrâncias, higiene pessoal e beleza; com base em um forte discurso ligado a produtos naturais, diversidade, sustentabilidade e respeito às pessoas e à natureza.[67]

Segundo consta no site da empresa: "Buscamos criar valor para a sociedade como um todo, gerando resultados integrados nas dimensões socioeconômica e ambiental. Acreditamos que ***resultados sustentáveis*** são alcançados por meio de relações de qualidade, por isso buscamos manter canais de diálogo abertos com todos os nossos públicos"[68]

---

[67] Segundo informações da Revista Exame e da própria Natura, a empresa foi eleita Empresa Sustentável do Ano em 2017, a partir de metodologia desenvolvida pela revista de negócios e a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Detalhes estão disponíveis em: http://www.natura.com.br/blog/natura-e-eleita-empresa-sustentavel-do-ano?iprom_id=naturacombr&iprom_name=home&iprom_creative=fique-por-dentro&iprom_pos=natura-e-eleita-empresa-sustentavel-do-ano e também em: https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-empresa-mais-sustentavel-do-ano-natura/ <acesso em 18 de nov.2017>.

[68] As informações completas do "Quem somos", segundo a própria empresa, estão disponíveis em: http://natu.infoinvest.com.br/static/ptb/a-empresa.asp?idioma=ptb <acesso em 3 de nov. 2017>.

Todavia, em 1998 esta empresa ainda não publicava relatórios sociais ou outro documento relacionado ou que se aproximasse a qualquer tipo de balanço social anual. Apesar de ter sido criada em 1969, somente em 1983 teve a primeira iniciativa relacionada à ecoeficiência, sendo a pioneira na criação de refis de produtos de higiene e beleza no Brasil. A aproximação com um discurso mais forte sobre meio ambiente e sustentabilidade só começou em 1999, com uma estratégia de negócio que buscou fornecedores de matérias primas naturais em comunidades tradicionais e indígenas; e seguiu com o posterior lançamento da linha de produtos *Ekos*, em 2000.[69]

Posteriormente, mas dentro deste mesmo contexto, a empresa foi acusada pelo Ministério Público Federal do Acre de praticar biopirataria, ao utilizar óleos essenciais baseados em conhecimentos tradicionais indígenas em suas linhas de produtos ecológicos e naturais. O processo começou em 2001 e a empresa assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em 2003. Em 2010, a Natura foi multada pelo Ibama em R$ 21 milhões de reais, por conta de 64 autos de infração existentes contra esta empresa de cosméticos "naturais e ecológicos".[70]

Foi somente no ano de 2000, que a empresa publicou um amplo e bem elaborado Relatório Anual, de acordo com os parâmetros da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), incluindo neste relato diferentes temas sociais e ambientais. Em 2001 publicou seu primeiro ***Relatório Anual de Responsabilidade Corporativa***[71], usando a GRI como parâmetro e referência. Aqui destacamos a mensagem da presidência, com grifos e destaques feitos pelo autor desta tese.

"Em 2001, a Natura assumiu o compromisso de divulgar os indicadores de desempenho e os resultados da companhia, em suas ***dimensões econômicas, sociais e ambientais***, integrando em

---

[69] Mais detalhes sobre a história da empresa Natura, estão disponíveis em: https://www.natura.com.br/a-natura/sobre-a-natura/historia <acesso em 3 de nov. 2017>.
[70] Mais informações sobre este processo estão disponíveis em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1710200924.htm e também em: http://www.estadao.com.br/noticias/geral,orgao-ambiental-multa-natura-em-r-21-milhoes-imp-,639296 <acesso em 8 de nov. 2017>
[71] Este relatório na íntegra encontra-se disponível em: http://www.relatoweb.com.br/natura/13/sites/default/files/ra_natura_2001_-_resp._corp_0.pdf <acesso em 3 de nov. 2017>

seus relatórios anuais informações relevantes aos seus diversos públicos de relacionamento. Além de oferecer um retrato fiel do desempenho da companhia, estas publicações dão visibilidade às políticas, práticas e sistemas de gestão da empresa. Para tanto, em seu Relatório Anual de Responsabilidade Corporativa, utilizou o ***modelo proposto pela Global Reporting Initiative, instituição de abrangência e credibilidade mundial, amparada por ampla rede de organizações multilaterais e da sociedade civil.*** Ao adotar, com pioneirismo, essa referência ampla e transparente, a Natura buscou aprofundar o debate sobre o compromisso com a ***responsabilidade social empresarial***. Seguindo essa premissa, a Natura adotou, também em seu Relatório Anual de Administração, um modelo consagrado pelas entidades representativas do mercado brasileiro de capitais [modelo Abrasca]" (Relatório Anual de Responsabilidade Corporativa, 2001, pág. 2)[72]

Por esta mensagem da presidência podemos observar o quanto a Natura já estava envolvida na virada do século XX para o XXI, de maneira estratégica e muito bem assessorada, na construção desses discursos e práticas a partir de modelos de gestão legitimados pela sustentabilidade, onde participaram empresas internacionais de consultoria, agências das Nações Unidas, organizações multilaterais e ONGs nacionais e internacionais, analistas de mercado e conselheiros profissionais; além de universidades e escolas de negócios, como a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP).

Cabe também ressaltar aqui, que este relatório não recebeu o nome de Relatório Anual de Sustentabilidade, como os posteriores publicados pela empresa, que mesmo sendo relatórios de sustentabilidade GRI, passaram a receber anualmente o nome de **Relatório Anual Natura**, de 2002 até 2016, quando este último passa adotar também o modelo de Relato Integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC)[73], – criado em 2010 – mas sem alterar o título ou deixar de seguir as diretrizes da GRI, que sempre buscaram ser o principal modelo de relato integrado global de sustentabilidade, desde o seu lançamento. A Natura e o Instituo Ethos foram os principais responsáveis por trazer a GRI para o Brasil, pois desde os anos 1990, os empresários Oded Grajew (fundador da empresa Grow Jogos e Brinquedos, do PNBE, Fundação Abrinq e do Instituto Ethos) e Guilherme Leal (membro da Abrinq e fundador do Instituto Ethos e da empresa Natura) eram

[72] Idem.
[73] Mais informações sobre o IIRC e o Relato Integrado estão disponíveis em: http://www.relatointegradobrasil.com.br/default_pt.asp?idioma=0&conta=28 <acesso em 3 de nov. 2017>

muito próximos e atuaram juntos em diferentes iniciativas e projetos relacionados à responsabilidade social e sustentabilidade, com destaque para criação da Fundação Abrinq e, posteriormente, a fundação do Instituto Ethos.

Logo na abertura e apresentação do Relatório Anual Natura 2016[74], encontramos as justificativas e detalhamento sobre as filiações, padrões e modelos internacionais seguidos pela empresa para realizar o seu relato de maneira integrada, como podemos conferir a seguir:

"Relato Integrado

Nosso compromisso com a transparência se materializa na grande base de dados divulgada anualmente pela Natura. Nesta edição, são mais de 150 indicadores, que nos permitem compreender o impacto dos diversos aspectos do nosso negócio (...)

O Relatório Anual Natura 2016 segue as diretrizes da GRI (Global Reporting Initiative) para a comunicação de desempenho da ***sustentabilidade***, em sua versão Standards, lançada em 2016. A Natura é pioneira na divulgação de relatórios alinhados à GRI, tendo sido a primeira empresa da América Latina a adotar esta prática [internamente], no ano 2000. Também buscamos o alinhamento aos princípios de relato integrado propostos pelo IIRC (International Integrated Reporting Council). A cada edição, nós nos empenhamos em informar nossos resultados de forma cada vez mais clara e integrada. Assim, consolidamos todos os indicadores nesta única peça" (Relatório Anual Natura 2016, pág. 3).

Aqui observamos a alusão a uma nova versão, relativamente mais rigorosa, mas que se torna mais simples, por poder ser utilizada em módulos e por partes, a Versão Standards[75], lançada em 2016. Um dos objetivos dessa nova versão é tentar transformar a GRI, em algum momento, em uma Norma Internacional (um International Standards e não mais uma simples diretriz ou modelo como era até 2016/2017). Essa apresentação nos mostra o quanto a empresa Natura sempre esteve e continua envolvida nestes processos globais de padrões e normas de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade. Todavia, por ser um processo ainda recente, que não foi encontrado em nenhuma outra empresa aqui analisada,

[74] Este relatório se encontra na íntegra disponível em PDF para consulta ou download em: http://www.natura.com.br/sites/default/files/ra_natura_2016_1_.pdf <acesso em 3 de nov. 2017>.
[75] Mais informações sobre essa nova etapa da GRI está disponível em: http://www.ek2.com.br/destaque-492-transicao-g4-para-gri-standards-primeira-norma-global <acesso em 3 de nov.2017>

nos falta o distanciamento e o tempo mínimo necessário para avaliar os desdobramentos desta nova etapa desta ferramenta de relato de sustentabilidade.

Ao longo do relato da Natura observamos uma consistente discussão sobre meio ambiente, valorização das pessoas e diversidade, com indicadores e textos muito bem elaborados. As referências científicas e tecnológicas são frequentes e todo o discurso desenvolvido é bastante contemporâneo em relação ao comércio justo, produtos orgânicos, não testes em animais, redução de gases efeito estufa valor da floresta em pé, ou seja, todos os termos e conceitos utilizados por organizações nacionais e internacionais de defesa dos Direitos Humanos, de proteção ambiental, direitos e valorização da mulher e de todos os tipos de diversidade estão presentes ao logo do relato de 152 páginas.

Muito bem diagramado e atrativo. O termo sustentabilidade ou sustentável aparece 129 vezes no documento, que possui muitos gráficos e desenhos, mas poucas fotos (onde aparecem somente os diretores, presidentes e demais executivos da companhia). Bastante intrigante, por se tratar de uma empresa que tem um discurso tão forte em relação à diversidade, ética e a qualidade de vida das pessoas.

A integração com os discursos de sustentabilidade das organizações multilaterais fica evidente na citação direta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas para o ano de 2030 e no planejamento estratégico de sustentabilidade da empresa de longo prazo, chamado Visão de Sustentabilidade 2050.

“Em setembro de 2015, durante a Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável, os 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas adotaram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa nova agenda global surgiu para dar continuidade às mudanças atingidas pelos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que vigoraram por 15 anos. Além da prosperidade compartilhada, da saúde e do bem-estar, os ODS incorporam a dimensão do uso consciente dos recursos naturais diante da ameaça à vida pelas mudanças climáticas. Eles são um chamado para que as empresas repensem seus negócios rumo ao novo capitalismo. Por meio das nossas iniciativas já contribuímos para fazer avançar 16 dos 17 ODS” (Relatório Anual 2016, pág. 50)

Uma questão que chama a atenção e surpreende no relato integrado da Natura – que possui 152 páginas, ressaltando programas, processos e produtos muito integrados com a natureza e a biodiversidade – é existir uma única página (a página 44) dedicada às chamadas Consultoras Natura, com o título “Fazer mais por nossas consultoras”, fala de programas pífios, como descontos de 30% numa universidade privada, descontos em academias e cursos de inglês, cursos online; pois: “Fazer a diferença também é o nosso propósito quando pensamos em nossa rede de consultoras, hoje formada por 1,8 milhão de Consultoras Natura (CN). Para isso, estruturamos uma metodologia que acompanha as condições de vida das consultoras e mede sua evolução anualmente” (Relatório Anual 2016, pág. 44)

Ou seja, a empresa mantém sua estrutura bilionária de negócios baseada em 1,8 milhão de vendedoras autônomas informais (que a Natura denomina de CN, consultoras natura; e com a liberdade acadêmica que temos neste trabalho, denominaremos de VAI, vendedoras autônomas informais), mantendo em suas fábricas e lojas próprias 4.907 empregados formais (que a Natura chama de colaboradores) que, por suposto, estão muito bem empregados, em uma das melhores empresas para se trabalhar no país, em condições muito acima de outras indústrias. Enquanto isso, por outro lado, essas 1,8 milhão de mulheres não possuem sequer a segurança mínima de uma previdência social, apoio de transporte ou mesmo seguro saúde. A empresa alega em sua defesa que as relações mantidas são comerciais e não trabalhistas, pois as consultoras compram os produtos para revender.

Todavia, caberia aqui uma discussão sobre o legal, o ético e o justo; numa empresa que faz um discurso tão forte sobre a ética, transparência e a responsabilidade – incluindo um capítulo do Relato Anual 2016 com o título de “Ética e Direitos Humanos”. Então, seria leviano de nossa parte, inferir que, enquanto a empresa fica com os lucros, os resultados positivos e a boa imagem de sustentável e amiga da natureza; os governos e a sociedade arcam com os custos da educação, saúde e seguridade social dessas 1,8 milhão de mulheres que são à base da riqueza da Natura?

Segundo um estudo da Unicamp publicado em 2011, que se tornou livro em 2014, a empresa é um exemplo da exploração do trabalho e das injustiças que deixaram de ser discutidas diante da ameaça do desemprego no mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo em que transmite a imagem de uma empresa moderna e comprometida com a preservação ambiental, a Natura explorava o trabalho informal de aproximadamente um milhão de revendedoras, na época, através do Sistema de Vendas Diretas (SVD) – contingente este equivalente à população de Campinas (SP) no mesmo período – expondo as trabalhadoras a riscos, inclusive o financeiro, numa atividade que raramente é reconhecida pela sociedade como um trabalho de fato (ABÍLIO, 2014).[76]

Este esteticamente atrativo e muito bem elaborado Relatório Anual 2016 da Natura foi auditado por uma das 10 maiores empresas multinacionais de auditoria, a Ernst & Young (EY), que, na prática, certificou que não encontrou nada que levasse a crer que existia alguma coisa não correta no relatório, estando este em consonância com o novo padrão da GRI Standards, na opção de reporte abrangente, conforme podemos verificar, na integra, no Anexo II desta tese. Este anexo serve também neste trabalho, como um documento modelo ilustrativo da linguagem e de qual o tipo de discurso que estes auditores independentes recorrem em seus textos retóricos, que não geram um comprometimento com os fatos, relatos e dados divulgados nos relatórios anuais de sustentabilidade.

[76] Reportagem sobre este estudo da Unicamp foi publicada em 2011 e está disponível em: http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2011/08/vendedoras-natura-sem-direitos-e-com-riscos-financeiros além de artigo disponível em: file:///C:/Users/Home/Downloads/10525-39658-1-PB.pdf <acesso em: 03 de nov. 2017>.

Odebrecht (Grupo)

A Odebrecht é uma empresa global, de origem brasileira, que obteve uma Receitas Bruta total em 2016 de R$ 89,8 bilhões de reais. Segundo o site da própria empresa, ela "tem compromisso permanente com a Satisfação de Clientes, a geração de valor para os Acionistas, o desenvolvimento das Comunidades em que está inserida e a realização de seus Integrantes"[77]

Presente no Brasil e em mais 24 países, com negócios diversificados e estrutura descentralizada, atua nos setores de Engenharia, Construção, Indústria, Imobiliário e no desenvolvimento e operação de projetos de Infraestrutura e Energia. Ao mesmo tempo, esta grande empresa acumula uma lista de controvérsias políticas e econômicas ao longo da história recente brasileira. Por exemplo, durante a Ditadura Civil-Militar de 1964 a 1985 passou de uma pequena empresa regional no início dos anos 1970 a gigante empresa brasileira internacionalizada ao final dos anos 1980. As histórias de favorecimento e corrupção nesta empresa são muitas e começaram há muitos anos (CAMPOS, 2012).

Mais recentemente, nos anos de 2015 a 2017, a Odebrecht esteve presente constantemente na imprensa, mas não nos cadernos de sustentabilidade ou de responsabilidade socioambiental empresarial, mas sim nas páginas policiais, protagonizando casos de corrupção, desvios de recursos públicos e pagamentos de propinas para políticos de diferentes partidos, a partir de uma estrutura organizada com uma diretoria e equipe "especializada" para cuidar dos procedimentos "estruturantes" nas relações com diferentes governos e partidos.[78]

---

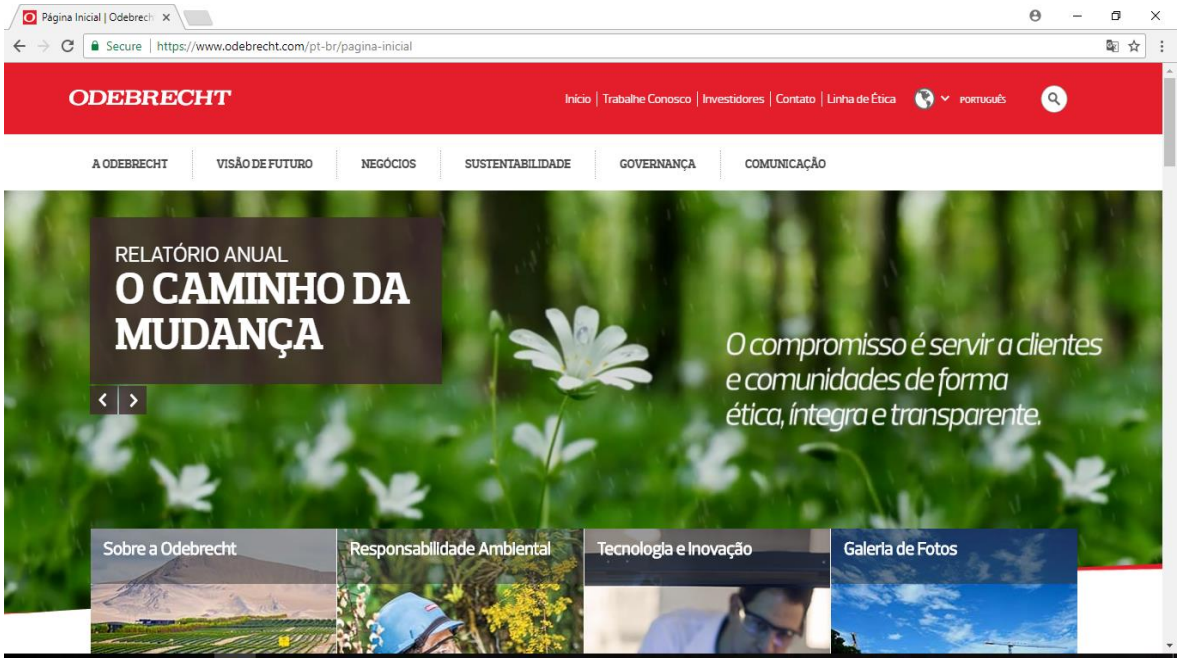
[77] Informações retiradas do site da empresa, disponíveis em: https://www.odebrecht.com/pt-br/sobre-a-odebrecht/sobre-a-odebrecht <acesso em 12 de nov. 2017>

[78] Informações e detalhes sobre as denúncias e processos estão disponíveis em: https://ffsfred.jusbrasil.com.br/noticias/212454946/mp-denuncia-marcelo-odebrecht-e-mais-21-por-corrupcao-lavagem-e-organizacao-criminosa e também no site do Ministério Público Federal em: http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/denuncias-do-mpf <acesso em 12 de nov. 2017>.

Tentando reverter este histórico, no final de 2016 a empresa criou um canal próprio de denúncias – denominado Canal Ético[79] – para receber informações sobre desvios e casos de corrupção na companhia, tanto no Brasil quanto em outros países e tentar melhorar a imagem de "organização criminosa" que acabou colando ao nome da empresa durante os últimos anos. O que gera uma péssima reputação para qualquer empresa no século XXI, levando, a muitas vezes, a inviabilização dos negócios, pelas perdas financeiras, proibições judiciais e falta de legitimidade frente à sociedade para continuar operando.

Nesta mesma linha de discurso – não somos mais assim, agora somos outro tipo de organização – a página inicial da empresa exibe como primeira frase, ao lado do Relatório Anual, em destaque assim que se acessa o site da Odebrecht a frase: "O Compromisso é servir a clientes e comunidade de forma ética, íntegra e transparente"[80]. Esta imagem, reproduzida na Figura 3, dentro deste contexto que a empresa vive, fala por si mesmo.

Figura 3 – Site da Odebrecht



Fonte: Disponível em: https://www.odebrecht.com/pt-br/pagina-inicial <acesso em 10 de nov. 2017>.

[79] Reportagem a este respeito está disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1842320-odebrecht-cria-linha-de-disque-denuncia-contra-a-corrupcao.shtml <acesso em 12 de nov. 2017>.
[80] Disponível em: https://www.odebrecht.com/pt-br/pagina-inicial <acesso em 12 de nov. 2017>.

Nesse momento em que a empresa vivendo (contexto de denúncias de 2015 a 2017), uma referência como esta à transparência, a ética e a responsabilidade acaba soando, indiscutivelmente, quase como um certo tom irônico ou até mesmo cômico (se os fatos protagonizados pela empresa contivessem alguma forma de graça ou humor, obviamente que não os têm). Este fato nos levou a refletir, na verdade, de como esta feita se aproxima do cinismo vigente no mundo contemporâneo, onde muitas vezes os discursos estão completamente alijados da prática concreta de quem os emite, a partir da busca de posição de poder ou hegemonia nas relações públicas ou privadas das organizações nos tempos contemporâneos, em relação às pessoas, governos ou empresas.

A Odebrecht está nesta lista de empresas analisadas neste trabalho, em primeiro lugar pelo pioneirismo de usar termos como responsabilidade social desde o início dos anos 1990, além de ter sido uma das primeiras empresas a publicar balanço social anual em nosso país; mas também pelo fato ter protagonizado uma série de escândalos e denúncias de corrupção e relações promíscuas com governos militares e civis ao longo de sua existência e, ao mesmo tempo, seguiu com um discurso de ética e responsabilidade socioambiental nas suas práticas durante as últimas décadas.

Os fatos e as denúncias recentes (no período de 2015 a 2017), além da necessidade de adequação nos sistemas de conformidade e controle internos da companhia e evidentes atrasos nas publicações dos relatórios, levaram a empresa a realizar um feito não muito comum entre as grandes empresas: publicar Relatórios Anuais que misturam informações de dois exercícios, o Relatório Anual 2016 (contendo informações de 2015 e 2016) e o Relatório Anual 2017 (com informações de 2016 e 2017), realizados com base na metodologia da GRI G4[81]. Contudo, os dois relatórios não foram auditados e apresentam um forte discurso de *mea-culpa*, pedidos de desculpas e uma retórica de mudança e renovação. Conforme veremos detalhadamente na análise a seguir.

---

[81] Estes dois Relatórios Anuais estão disponíveis na íntegra em: https://www.odebrecht.com/sites/default/files/ra_odebrecht_2016.pdf e em: https://www.odebrecht.com/sites/default/files/relatorio_anual_2017.pdf <acesso em 16 de nov.2017>.

“Renovar implica mudar. Da mesma forma que a natureza, periodicamente, substitui as folhas velhas pelas folhas novas, a Odebrecht também se renova em ciclos. Significa também comunicar-se. Substituir as práticas anacrônicas pelo diálogo franco e pela ação transparente e íntegra em todos os seus Negócios. O objetivo final é um só: evoluir” (Relatório Anual 2016, pág. 3)

Ainda que exista uma retórica que toca levemente no tema da natureza, quando o leitor tem conhecimento de todos os fatos que vieram à tona nos últimos anos, acaba percebendo uma linha que foca numa tônica de comunicação da mudança e renovação que perpassa todo o relatório, muito mais como discurso – muito bem elaborado por equipes de comunicação e marketing profissionais – do que com informações e dados relevantes dessa possível renovação.

“A Odebrecht S.A. publica, pela primeira vez, seu Relatório Anual tendo por base as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), em sua versão G4, de acordo com a opção Essencial. A GRI é uma organização internacional que desenvolveu o modelo de ***relatório de sustentabilidade*** mais utilizado no mundo, com o objetivo de conferir transparência organizacional e possibilitar às empresas um padrão para mensurar e comunicar seu desempenho nas **dimensões econômica, ambiental e social**” (Relatório Anual, 2016, pág. 8)

Mesmo citando o tema da sustentabilidade, inclusive com referência o tripé e suas diferentes dimensões, esse Relatório de 63 páginas – muito bem diagramado, com fotos e gráficos esteticamente belíssimos – faz referências ao tema da sustentabilidade e/ou do sustentável 53 vezes ao logo do documento, ainda que o reforço na temática da transparência, dos controles mais rigorosos e da melhoria na comunicação dessa mudança, seja a tônica principal de todo o Relatório Anual 2016 da Odebrecht.

“Os dados apresentados ao longo deste documento são referentes ao desempenho da Odebrecht S.A. no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, mas parte das informações qualitativas refere-se a um período que se estende ao longo de 2016. Constam, neste Relatório, iniciativas adotadas em 2016 para o aprimoramento do Sistema de Conformidade. O conteúdo foi estabelecido a partir dos temas prioritários definidos no processo de materialidade e de entrevistas com as lideranças, incluindo o Diretor-Presidente. O levantamento de indicadores e informações complementares ficou sob a responsabilidade das equipes de Sustentabilidade e de Comunicação” (Relatório Anual 2016, pág. 8)

Novamente, neste trecho da apresentação do Relatório Anual da empresa, observamos os temas da conformidade e das consultas a diferentes públicos para apresentar esta “nova” Odebrecht. Cabe notar no trecho anterior, que uma parte das informações foi levantada pelas equipes de comunicação e sustentabilidade, o que confirma o forte investimento em comunicação e marketing pretendido por este relato, repleto de retórica e discursos sobre o quanto erramos, mas aprendemos e, a partir de agora, tudo será diferente.

As próprias palavras do presidente do Conselho de Administração, Emilio Odebrecht, patriarca da família que negociou a diminuição de pena e a prisão domiciliar em troca de delação premiada em 2016[82], colocam mais diretamente a situação da empresa, o reconhecimento de que existia uma prática sistêmica de crimes e violações éticas estruturais no próprio sistema de gestão desta empresa multinacional brasileira. E o mais interessante, pede desculpas, como alguém que chegou atrasado a uma aula ou reunião.

“Reconhecemos nossos erros e estamos aprendendo muito com eles. Mas isso não basta. É meu dever pedir desculpas a todos que possam ter sido prejudicados pelo envolvimento de nossa Organização em tais episódios: nossos Integrantes e suas famílias, Clientes, Acionistas, financiadores, fornecedores e, também, ao conjunto da sociedade brasileira. E registrar o compromisso de aperfeiçoar as nossas práticas internas, notadamente nas relações com o poder público” (Relatório Anual 2016, pág. 13)

Mesmo que o relatório em tela traga toda uma discussão sobre novas metodologias de controle e combate à corrupção, a discussão sobre as boas práticas sociais e ambientais, inclusive com o uso pela primeira vez do modelo da GRI pela companhia, torna-se complexo para a empresa colocar a culpa em erros ou falhas que estão sendo corrigidas, uma vez que os processos de caixa dois, corrupção, fraudes e desvios da empresa faziam parte do sistema de gestão e do

[8282] Entrevista publicada na imprensa com o patriarca da família Odebrecht está disponível em: http://veja.abril.com.br/brasil/emilio-odebrecht-vai-cumprir-pena-de-4-anos-em-prisao-domiciliar/ <acesso em 16 de nov. 2017>

modus operandi organizacional, profissionalizado no “Setor de Operações Estruturadas”, parte da própria estrutura da organização há anos[83].

Neste sentido, com o amplo conhecimento dos acontecimentos do passado relacionados à Odebrecht (durante a ditadura civil-militar de 1964-1985), somado às informações que surgiram entre 2015 e 2017, grande parte das palavras e expressões que compõem este relatório anual, acabaram perdendo o sentido e caindo na vala comum da retórica vazia de uma empresa desesperada, tentando não perder totalmente sua legitimidade e reputação frente aos diferentes públicos internos e externos. Como se isso fosse possível em todos os casos e diante de fatos e acontecimentos que falam por si mesmo.

“Espírito de integridade

Uma das marcas centrais da história da Odebrecht é a transformação de crise em oportunidade. Temos, neste momento, a oportunidade de nos reinventarmos. A chave para essa reinvenção está na ética, integridade e transparência, que passam a ser marcas inflexíveis de nossa atuação em todos os âmbitos. A cultura empresarial que nos trouxe até aqui será mantida. Mas deverá ser fortalecida, especialmente com o espírito de honradez, a ser plenamente internalizado por cada um de nossos Integrantes” (Relatório Anual 2016, pág.13)

O Relatório Anual 2017 da Odebrecht não seguiu um caminho muito diferente do de 2016, ou seja, manteve a força do discurso do “erramos, mas aprendemos”, porém, esse relato foi elaborado com um reforço maior na comunicação e no marketing do “estamos renascendo” como uma nova empresa, pois estamos passando por “uma grande transformação”, conforme aparece no subtítulo do relatório.

“Uma transformação verdadeira, extensa e profunda, que muda o que precisava ser mudado, dando lugar ao novo e aprimorando o que já era reconhecidamente bom. A mudança pode ser assim resumida: antes, a Odebrecht buscava servir, com excelência, a clientes e comunidades; agora, o compromisso assumido pelos Líderes e Integrantes de todas as empresas da Odebrecht é servir a clientes e comunidades, com excelência – e de forma ética, íntegra e transparente. Uma nova

[83] Informações sobre esta estrutura profissional de corrupção da empresa descoberta pelo Ministério Público Federal (MPF), estão disponíveis em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1752707-odebrecht-tinha-departamento-de-propina-no-pais-diz-lava-jato.shtml <acesso em 16 de nov. 2017>.

Governança e um novo Sistema de Conformidade são as bases institucionais desses avanços, explicitados ao longo deste relatório" (Relatório Anual 2017, pág. 3)

Cabe ressaltar que o relato 2017, contendo informações 2016 e 2017, avançou no modelo GRI, da G4 para o novo padrão GRI Standards na versão Essencial, além de trazer metas do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), com ênfase nas metas e diretrizes de Combate a Corrupção.

"Este é o segundo ano em que a Odebrecht S.A. publica seu Relatório Anual baseando-se nas orientações da Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional que tem o objetivo de elevar as práticas de relato de informações socioambientais ao nível de qualidade equivalente ao de relatórios financeiros. Este documento foi elaborado de acordo com os GRI Standards: opção "Essencial", e os tópicos nele abordados estão correlacionados aos dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, referentes a direitos humanos, a direitos do trabalho, ao meio ambiente e a práticas anticorrupção" (Relatório Anual 2017, pág. 6)

Cabe também ressaltar aqui, que a expressão "ética, integridade e transparência", essas palavras de maneira conjunta ou separadas, foram repetidas um sem número de vezes ao longo do Relatório Anual 2017, relato composto por 66 páginas, onde o termo sustentabilidade ou sustentável apareceu 59 vezes ao longo do relato. Este relato não foi auditado, porém foi elaborado com um primor gráfico e um aprimorado e bem escrito texto que, certamente, foi redigido por equipes de comunicação e marketing muito bem preparadas e remuneradas para tal feita.

Em relação ao foco no tema da transparência, até o ranking da organização Transparência Internacional (TI) foi citado ao longo do relatório. Cabe ressaltar, que este tipo de ONG, em geral, nunca foi referenciado de bom grado por grandes empresas nacionais e internacionais; e que também não conta com a simpatia de alguns governos que insistem em manter relações e práticas não transparentes, éticas e democráticas em sua gestão.

"Ranking da Transparência Internacional

A Odebrecht subiu 47 posições no ranking de melhores práticas em transparência das informações divulgadas, segundo o relatório apresentado pela ONG Transparência Internacional, passando da 97ª

posição, em 2013, para 50ª em 2016. O estudo, que teve por base dados de 2015, avaliou a divulgação de informações das 100 maiores multinacionais de 15 países emergentes.

Especificamente em programas anticorrupção, a Odebrecht saiu de 0% para 77% de avaliação, ficando em 22º lugar, bem acima da média geral da indústria, de 43%. O estudo, que teve por base as informações do ano de 2015, também destacou os pontos em que a Odebrecht precisa melhorar, como a adoção de políticas que explicitamente proíbam pagamentos de facilitação e publiquem ou proíbam contribuições políticas em todos os países em que atua. A "Política sobre Conformidade com Atuação Ética, íntegra e transparente", aprovada em 2016, aborda esses dois aspectos, entre outros" (Relatório Anual 2017, pág. 25)

Desta forma, percebemos o quanto o tema do combate à corrupção e a busca pela transparência na Odebrecht permearam as diversas partes do relatório anual, como uma palavra mágica que pudesse, de alguma forma, apagar o passado e legitimar as práticas atuais, buscando legitimar o futuro da empresa, junto aos seus diferentes públicos, internos e externos.

Em 1998, o grupo Odebrecht era formado por 29 grandes empresas – entre outras, pela construtora Norberto Odebrecht, Copene, CBPO, Copesul, Norquisa, Salgema, Trikem, Vera Cruz – que estavam coligadas ou eram controladas pela Holding Odebrecht. Nesta época, a empresa já contava com mais 30 mil funcionários só no Brasil, mas já atuava também no exterior, principalmente nas áreas de engenharia, construção civil, química e petroquímica. A Odebrecht possuía receitas anuais na ordem de US$ 4,5 bilhões neste período.

Contendo 19 páginas, o "Balanço Social - Responsabilidade Social" da Odebrecht encontrava-se inserido no Relatório Anual 1998 da empresa. Logo na apresentação do balanço de 1998, torna-se evidente, como pode ser verificado abaixo, o que este grande grupo entendia por *responsabilidade social* no final do século XX. Segundo as palavras do diretor-presidente Emílio Odebrecht (condenado a quatro anos de prisão domiciliar em 2016[84]), que aparecem no documento aqui analisado, afirmando que o balanço:

---

[84] Mais informações sobre Emílio Odebrecht e os negócios escusos da família, estão disponíveis em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1839414-emilio-odebrecht-vai-cumprir-4-anos-em-prisao-domiciliar-na-lava-jato.shtml e também em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/01/30/delacao-causa-rompimento-entre-marcelo-e-emilio-odebrecht.htm <acesso em 12 de nov.2017>.

"(...) revela como foi cumprida sua principal responsabilidade, que é a prestação de bons serviços e o fornecimento de produtos de qualidade, atendendo à legislação, sem gerar desperdícios ou prejudicar o meio ambiente.

Revela também como estão sendo criadas hoje as condições para continuar a fazê-lo no futuro: promovendo o autodesenvolvimento de seus integrantes, o progresso tecnológico e o desenvolvimento das comunidades" (Relatório Anual 1998, pág. 10) [85]

Conforme consta também no próprio balanço social, a atuação da *Holding* Odebrecht, tanto para o público interno, quanto para as comunidades externas, pauta-se por "Compromissos com a Educação e a Cultura" e em relação a educação, afirma que:

"O crescimento da Organização é consequência do desenvolvimento das pessoas que a integram. Esse desenvolvimento se dá, essencialmente, no trabalho, transformando a tarefa cotidiana de servir aos Clientes em oportunidades de aprendizagem" (Relatório Anual 1998, página 11).

Marcadamente, a atuação deste grupo estava voltada para o público interno – investidores, fornecedores, funcionários e suas famílias – e a atuação para as comunidades externas, dá-se, basicamente, através de apoios, doações e patrocínios, numa clara postura de Ação Social Privada e filantropia. Cabe destacar que esta atuação na área de educação e cultura para o público externo era denominada à época pela Odebrecht como fazendo parte dos seus *"Compromissos Adicionais"* (Relatório Anual 1998, pág. 17).

Outra passagem bastante ilustrativa sobre a atuação das empresas do grupo na área social, entendida como complementar, voluntária e suplementar em relação à atuação do Estado, aparece em referência à assistência médica oferecida aos funcionários da Odebrecht. Assim sendo, a empresa destacou que foram realizados *"Convênios para disponibilização de planos de saúde para os integrantes e seus familiares em locais onde o sistema público não garante a prevenção e a assistência médica integral"* (Relatório Anual 1998, pág. 11).

---

[85] Parte do Relatório Anual 1998 e o próprio Balanço Social da empresa também foi publicado na imprensa ao final do século XX, o que já demostrava uma preocupação e investimento da empresa com sua imagem e reputação de socialmente responsável à época. Essa publicação saiu com o título de "Balanço Social - Odebrecht 1998". In: Revista Veja nº 26, ano 32, 30/06/1999, páginas 64 e 65.

Cabe também destacar aqui, que a Odebrecht utiliza o termo *Responsabilidade Social* desde 1993, fato bastante pioneiro e inovador para uma empresa durante este período, assim como publica um anexo ao seu Relatório Anual com este nome (Responsabilidade Social da Odebrecht), dando publicidade e divulgando as práticas e projetos em relação ao social e o ambiental das empresas do grupo.

Mas foi só a partir do Relatório Anual de 1996 – que foi publicado em julho de 1997 – a empresa acrescentou o termo *Balanço Social Anual* a este encarte. Este significativo acréscimo deu-se devido à participação de representantes desta empresa nos debates sobre como as empresas deveriam demonstrar suas práticas de responsabilidade socioambiental, ocorridos à época e em função dos artigos divulgados pela imprensa, destacando a necessidade e a importância das empresas publicarem anualmente seus balanços sociais, que ocorreram durante o primeiro semestre de 1997 – principalmente através das ideias levantadas pelo sociólogo Herbert de Souza e o Ibase durante os anos de 1996 e 1997, já anteriormente explicadas no Capítulo 2 desta tese.[86]

Interessante também registrar aqui, o quanto o tom do discurso dos relatórios anuais e da própria presidência da empresa mudou dos relatórios de responsabilidade social do final do século XX – conforme observamos nestas últimas páginas – para os relatórios anuais dos anos de 2016 e 2017 aqui analisados; quando a empresa passou a adotar – talvez muito tardiamente e em total descompasso com as práticas concretas das últimas décadas e os fatos que emergiram nos últimos anos –; novos modelos de relatórios anuais e um discurso mais forte em relação à sustentabilidade, ética, integridade e transparência.

[86] O primeiro de uma série de artigos escritos pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, especificamente sobre o tema do balanço social e a responsabilidade social das empresas para o público em geral, incluindo neste foco empresas e empresários, foi publicado no jornal Folha de São Paulo em 26 de março de 1997.

Petrobras

A Petróleo Brasileiro S.A. é uma empresa de capital aberto, economia mista, controlada pelo Governo Federal e que atua nos segmentos de exploração, produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados de petróleo, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis.

A empresa foi criada durante a Era Vargas, em outubro de 1953, para desenvolver a pesquisa, a exploração, o refino e a distribuição sob o monopólio Estatal do petróleo. Atualmente, em valores de 2016, possui investimentos da ordem de R$ 55,35 bilhões e Receita de Vendas de R$ 282,5 bilhões, a empresa possui presença Global em 19 países e conta com 70 mil empregados diretos. Com uma produção diária dois milhões 144 mil barris por dia, é uma das gigantes mundiais do poderoso setor de óleo e gás.[87]

Na página principal da empresa existe um link direto para o tema “Sociedade e Meio Ambiente”, onde a empresa apresenta informações detalhadas, quantitativas e qualitativas, sobre a seleção pública dos projetos sociais e ambientais apoiados pela empresa; relações com a sociedade e informações sobre os impactos ambientais dos serviços e produtos da empresa; respeito e não violação de direitos humanos e acesso direto ao Relatório de Sustentabilidade 2016 da companhia.

O Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petrobras, publicado em julho de 2017, encontrava-se em uma página própria[88], que foi acessada com muita facilidade, assim como todas as informações e dados socioambientais disponibilizados pela empresa. Transparência e prestação de contas aparecem como tema e expressões constantes ao longo da página web da empresa de óleo e gás.

---

[87] Estas informações são do próprio site da empresa e estão disponíveis em: http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/ <acesso em 17 de nov. 2017>.
[88] Esta página está disponível para consulta em: http://www.petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/relatorio-de-sustentabilidade/ <acesso em 17 de nov. 2017>.

Neste sentido, a primeira informação sobre o relatório anual divulgado em 2017, já apresentava a linha que a empresa segue quando fala em meio ambiente e sociedade já nos remeta ao tema da sustentabilidade e ao conceito do tripé: "O Relatório de Sustentabilidade traz os destaques da nossa atuação com informações sobre ***sustentabilidade***, ***nas dimensões social, ambiental e econômica***, e tem como objetivo apresentar aos nossos públicos de interesse, com transparência, integração e conectividade, como nossa organização gera valor".[89]

O Relatório de Sustentabilidade 2016[90] da Petrobras contém 111 páginas com um primor gráfico e uma qualidade de edição que revelam um grande investimento em comunicação e marketing por parte da companhia. Fotos reais das áreas de produção e operação da empresa, além de gráficos e um amplo conjunto de informações quantitativas e qualitativas, aparentemente bem fundamentadas e referenciadas. O termo sustentabilidade ou sustentável aparece 63 vezes ao longo do relato anual da Petrobras; já o termo social ou socialmente, referenciou ou adjetivou pontos do relatório menos vezes, sendo citado em 31 oportunidades ao longo do relatório analisado.[91]

O relatório em tela seguiu o modelo da GRI G4, em conjunto com as diretrizes apresentadas pelo Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC, na sigla em inglês), indicando sempre a relação com os compromissos da empresa com o Pacto Global e a correlação com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambos relacionados às Organizações das Nações Unidas (ONU); como podemos conferir na apresentação do relato, a seguir, onde os destaque e grifos são do autor:

---

[89] Disponível em: http://www.petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/relatorio-de-sustentabilidade/ <acesso em 17 de nov. 2017>.

[90] Este relatório está disponível na íntegra em: http://www.petrobras.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A245DA25C1CAD51015CB19DC3E516C7 <acesso em 17 de nov. 2017>.

[91] Cabe aqui novamente o esclarecimento sobre a contagem destes termos ou expressões, que só foram considerados quando fazendo sentido e relacionados a discussão sobre sustentabilidade e responsabilidade social empresarial. Por exemplo, expressões comuns em relatórios empresariais de companhias de capital aberto, como Estatuto Social ou Razão Social, não foram consideradas como referências do social na atividade da empresa; assim como o termo sustentabilidade econômica, utilizado pelos contabilistas, não possui qualquer relação com desenvolvimento sustentável ou tripé da sustentabilidade. A identificação do relatório, nos rodapés ou cabeçalho, repetidas em todas as páginas, da mesma forma, também não foi computada como social ou sustentabilidade.

"O ***Relatório de Sustentabilidade 2016*** reúne dados do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. Nesta edição integramos conceitos e elementos preconizados no modelo de relato integrado apresentado pelo Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC) e incorporamos melhorias.
(...)
Também inserimos a correlação dos temas materiais aos ***Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*** (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Fazem parte desses objetivos outros 17 envolvendo temas como mudança do clima, ***uso sustentável*** dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico, consumo e ***produção sustentáveis***.
(...)
Desta forma, reforçamos a importância de estarmos construindo ***uma empresa que integre as questões sociais, ambientais e econômicas*** no dia a dia do seu negócio. Reafirmamos assim, nosso compromisso com o Pacto Global das Nações Unidas que nos estimula a avançar em iniciativas voltadas ao respeito aos direitos humanos, a práticas de trabalho justas, ao combate à corrupção e à preservação do meio ambiente" (Relatório de Sustentabilidade 2016, pág. 3)

Este relatório anual de sustentabilidade foi auditado pela empresa multinacional de consultoria e auditoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), com parecer emitido e assinado pelos auditores em junho de 2017, que assegura que este relatório seguiu as premissas da GRI G4, como a Petrobras vem fazendo desde 2003 em seus relatos anuais.

"Continuamos a adotar as diretrizes para relato de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI) em sua quarta geração (conhecidas como G4). Além disso apresentamos a correlação das atividades da empresa com os Princípios do Pacto Global e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.
(...)
A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi responsável pelo serviço de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade do relatório" (Relatório de Sustentabilidade 2016, pág. 3)

Analisando o conteúdo e o tom desse relato, percebemos um discurso de mudança, novos rumos e aprimoramento dos controles e monitoramento ao longo de todo o documento, com ênfase nos temas de maior rigor e aprimoramento da governança na empresa e nos padrões de conformidade, ética, transparência e prestação de contas. Certamente, como uma resposta às denúncias e os problemas enfrentados pela empresa ao longo dos últimos anos, quando diretores da empresa

foram presos, acusados de corrupção, formação de quadrilha e enriquecimento ilícito.[92]

De certa maneira, ainda que sejam casos muito distintos, os discursos e a temática do Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petrobras possuem certa semelhança com os encontrados no Relatório Anual 2016 e 2017 da Odebrecht, com uma diferença fundamental: o relato da empresa de óleo e gás tem mais consistência de dados e conteúdos quantitativos e qualitativos, mais referenciados e mais significativos; além de ter sido um relatório auditado por uma reconhecida empresa do mercado, a PricewaterhouseCoopers.

Outro ponto importante a ser destacado, é que no caso da construtora, os processos e as rotinas de corrupção e fraudes eram estruturais na empresa, ou seja, faziam parte do sistema de gestão da companhia. Na petroleira, por outro lado, a corrupção e as fraudes estavam relacionadas com pessoas e indicações políticas, ainda que gravíssimas, não faziam parte do sistema de gestão e da estrutura organizacional e de funcionamento da empresa de economia mista do setor de óleo e gás.

Este tom pode ser conferido no discurso do presidente da Petrobras em 2017, Pedro Parente, que destacou a visão institucional da companhia, proferindo um discurso de superação e novos rumos, com amplo destaque para o tema da sustentabilidade e do maior rigor nos controles internos, no presente e no futuro da empresa:

"A Petrobras está virando a página da maior crise de sua história. No Plano de Negócios e Gestão anunciado em 2016, a empresa definiu sua visão: ser uma empresa integrada de energia com foco em óleo e gás que evolui com a sociedade, gera alto valor e tem capacidade técnica única.
(...)
Alcançaremos nossos resultados entregando o que prometemos e fazendo-o de acordo com nossos valores, entre os quais está o "respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente". Este ***Relatório de***

[92] Os diretores da empresa que foram presos são Nestor Cerveró, Jorge Zelada, Paulo Roberto Costa e Renato Duque, conforme amplamente divulgado nos meios de comunicação, disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/diretores-da-petrobras-presos-na-lava-jato-16646556 e também em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/03/17/ex-diretor-da-petrobras-lidera-ranking-de-processos-na-lava-jato-veja-a-lista.htm <acesso em 18 de nov. 2017>.

Sustentabilidade demonstra como integramos as questões sociais, ambientais e econômicas no dia a dia do nosso negócio e apresenta o aprimoramento da nossa gestão, controles internos e governança, além de identificar como as estratégias da companhia resultam em geração de valor para os diversos públicos de interesse da Petrobras.

(...)

Apresentamos também a nova Política de Responsabilidade Social. A Petrobras compromete-se em fornecer a energia que move a sociedade a realizar seu potencial, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente.

(...)

Reafirmamos o compromisso com o Pacto Global das Nações Unidas, que nos estimula a avançar em iniciativas voltadas ao respeito e apoio aos direitos humanos, a práticas de trabalho justas, à preservação do meio ambiente e ao combate à corrupção.

(...)

Nosso compromisso é com a recuperação da Petrobras, por meio de uma gestão transparente e que entrega resultados para a sociedade. Sabemos que a melhora dos indicadores de segurança e de alavancagem financeira só ***será sustentável no tempo se forem integradas as dimensões econômica, social e ambiental*** de nossa atuação" (Relatório de Sustentabilidade 2016, pág. 4)

Nesta mesma linha institucional, podemos perceber que ao longo do relato aparecem muitas vezes as discussões e os discursos sobre o equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental; e toda a discussão sobre a sustentabilidade no longo prazo. Da mesma forma, como também são recorrentes as referências ao aprimoramento dos controles internos e das comissões e políticas de prevenção de riscos e combate aos desvios éticos e fraudes na companhia, que teve sua reputação abalada nos últimos anos. Assim sendo, encontramos com destaque no relatório que:

"Segundo a determinação do Conselho de Administração, os 15 documentos que deverão receber a denominação de "políticas" na Petrobras são:

- ✓ Política de Transação com Partes Relacionadas;
- ✓ Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras;
- ✓ Política de Segurança Empresarial da Petrobras;
- ✓ Política de Gestão de Riscos Empresariais da Petrobras;
- ✓ Política e Diretrizes da Função Ouvidoria do Sistema Petrobras;
- ✓ Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários;
- ✓ Política de Conformidade Corporativa da Petrobras;

- ✓ Política e Diretrizes Corporativas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde;
- ✓ Política e Diretrizes de Recursos Humanos;
- ✓ Política de Comunicação;
- ✓ Política de Governança;
- ✓ Código de Ética;
- ✓ Política de Dividendos;
- ✓ Política de Indicação dos Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Petrobras;
- ✓ Política de Responsabilidade Social" (Relatório de Sustentabilidade 2016, pág. 21)

Ao longo do relatório encontramos também muitas referências e o foco na preocupação com os funcionários (política e diretrizes de recursos humanos), a partir de uma rigorosa política de segurança e saúde no ambiente de trabalho, que ficam evidentes nas políticas e indicadores de SMS (Segurança, Meio ambiente e Saúde) da empresa, que aparecem com destaque ao longo de todo o documento, focando na proteção das pessoas durante as operações de um setor tão propício a acidentes e impactos socioambientais, como sempre foi o setor de óleo e gás.

No Quadro 4 reproduzimos integralmente a Política de Responsabilidade Social da Petrobras e as suas respectivas diretrizes, que foram adotadas pela Petrobras por determinação do Conselho de Administração da companhia, em março de 2017. Cabe aqui ressaltar, que apesar do relato anual ser denominado Relatório de Sustentabilidade e o tema do sustentável perpassar todas as áreas da empresa – muitas vezes como um tema transversal – a discussão que abrange os três aspectos do sustentável (em relação ao social, o ambiental e o econômico); aparecem inseridas na política de Responsabilidade Social da empresa.

Nesta política, que aparece logo no início da publicação, durante a explicação dos princípios, a empresa afirma que fornece "(...) a energia que move a sociedade a realizar seu potencial, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente, nos relacionando de forma responsável com as comunidades nos locais onde atuamos e superando os desafios de sustentabilidade..." (Relatório de Sustentabilidade, pág. 25).

Quadro 4 – Política de Responsabilidade Social da Petrobras

Política de Responsabilidade Social

Princípios

Fornecemos a energia que move a sociedade a realizar seu potencial, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente, nos relacionando de forma responsável com as comunidades nos locais onde atuamos e superando os desafios de sustentabilidade relacionados ao nosso negócio, incluindo a transição para uma matriz energética de baixo carbono.

Diretrizes

Em todas as nossas atividades, nos comprometemos a:

- identificar, analisar e tratar os riscos sociais decorrentes da interação entre os nossos negócios, a sociedade e o meio ambiente e fomentar a gestão de aspectos socioambientais na cadeia de fornecedores.
- integrar as questões relacionadas à Responsabilidade Social na gestão do negócio e no processo decisório da companhia.
- respeitar os direitos humanos, buscando prevenir e mitigar impactos negativos nas nossas atividades diretas, cadeia de fornecedores e em parcerias, e combatendo a discriminação em todas as suas formas.
- gerir o relacionamento com as comunidades situadas na área de abrangência, com base no diálogo contínuo e transparente, contribuindo para a viabilidade dos nossos negócios e o desenvolvimento local.
- investir em programas e projetos socioambientais, contribuindo para as comunidades onde atuamos e, de forma ampliada, para a sociedade, em alinhamento aos objetivos do negócio e colaborando para a conservação do ambiente e a melhoria das condições de vida.
- estar preparados para atuar em situações de emergência e em potenciais conflitos e crises junto às comunidades da área de abrangência.
- comunicar com clareza, objetividade e transparência as informações relativas à nossa atuação em sustentabilidade, alcançando todos os públicos de interesse.
- contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a mitigação da mudança do clima, atuando em alinhamento com os compromissos nacionais e internacionais dos quais somos signatários.
- promover o pleno conhecimento e o compromisso da força de trabalho com a Política de Responsabilidade Social, para que nossas atividades sejam realizadas de forma socialmente responsável.

A Política de Responsabilidade Social foi aprovada pelo Conselho de Administração em março de 2017.

Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2016, pág. 21.

Já o "*Balanço Social 98*" da Petróleo Brasileiro S.A., publicado no início de 1999, foi o primeiro documento do gênero realizado pela gigante companhia brasileira de petróleo. Contendo 24 páginas, textos muito bem elaborados, muitas fotos com modelos profissionais e poucas informações quantitativas que justificassem o nome social de uma maneira mais integrada à gestão da empresa; está dividido em "*Mensagem do Presidente*", "*Programas Sócio Comunitários*", "*Projetos Culturais*", "*Segurança e Meio Ambiente*", "*Recursos Humanos*" e "*Contribuição Fiscal*".

A Petrobras era a segunda maior empresa empregadora do país com 38.225 funcionários[93], e ostentava nesse período, segundo dados de 1998, o título de maior empresa brasileira por vendas, com receitas de US$ 21,5 bilhões anuais. Ainda em 1998, foi a empresa que obteve o maior lucro e que possuía o maior patrimônio do país.[94]

Na mensagem do presidente da Petrobras em 1998, Joel Mendes Rennó, ficava evidente um tom focado no social, ainda sim, o presidente afirma que esta atuação da empresa no âmbito social não deveria ser a função última da empresa e que esta visão do social e as iniciativas decorrentes dela, seriam um adicional, uma perspectiva a mais e não o foco na visão estratégica da companhia de óleo e gás.

Para o presidente Joel Mendes Rennó, a Petrobras,

"Ao atuar em projetos sociais, a Petrobras amplia sua visão empresarial, contribuindo para o desenvolvimento do País, por meio de ações que não estão ligadas própria e diretamente à sua missão primordial.

(...)

Abastecemos o País de forma adequada, e isso, por si só, já implica a valorização do ser humano, visto, nesse contexto, como consumidor. Porém, uma empresa com visão de futuro e coerência de propósitos acrescenta ao consumidor final o conceito de cidadão. Por isso, suprimos o País da energia que o movimenta, mas passamos também a distribuir um outro tipo de energia, sob a forma

---

[93] Os três maiores empregadores do Brasil em 1998 foram: Correios e Telégrafos (com 81.623 funcionários), Petrobras (38.225) e McDonalds (33.010, na soma de todos franqueados); segundo a Revista Exame, edição "Melhores e Maiores 1998", junho de 1999, Editora Abril.

[94] Revista Exame, edição "Melhores e Maiores 1998", junho de 1999, Editora Abril, página 68.

de educação, lazer e integração do homem ao meio ambiente e a sociedade. ” (Balanço Social 1998, pág. 1)

Assim sendo, já podemos observar uma grande mudança do discurso institucional que era feito em 1998 para o que analisamos no Relatório 2016. Na mesma linha de raciocínio, logo na abertura do documento, a empresa afirma que:

“Mais do que uma prestação de contas aos investidores, o Balanço Social representa uma satisfação à sociedade a respeito do desempenho da Petrobras fora da sua atividade fim. (...) Este relatório mostra que aplicar na área social é investir no futuro, é acreditar que a verdadeira estabilidade não pode conviver com excluídos” (Balanço Social 1998, pág. 2)

Nota-se uma clara diferença entre o conteúdo e os objetivos das ações realizadas, que foram apresentadas nos balanços das empresas privadas já analisadas aqui e desta empresa de economia mista, mas controlada pelo Estado, que utiliza enfaticamente na justificativa da sua atuação, expressões mais relacionadas com políticas públicas, ainda que com um viés de Ação Social Privada *como “transformação social*”, *“eliminação da miséria”*, *“desenvolvimento da cidadania”* e a necessidade de se melhorar a condição de vida dos *“excluídos”.* Ou seja, vários conteúdos de ação social que enfatizam políticas públicas ou iniciativas que sejam complementares a estas.

A declaração presente no documento analisado, além desta forma e conteúdo do discurso empresarial, possivelmente está relacionada com a ativa participação da Petrobras durante os anos 1990 na *Ação da Cidadania (1993)*, através do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e à Pobreza (COEP) e das ideias de responsabilidade social nas empresas e de publicação anual do balanço social, expressas pelo sociólogo Herbert de Souza durante o ano de 1997, que estão textualmente registradas no próprio documento da empresa publicado em 1999.[95]

Todo este balanço social aqui analisado enfatiza a atuação social e ambiental da Petrobras em relação às comunidades externas, dentro das referidas áreas de

[95] Essas expressões e termos estavam presentes na página 3 do “Balanço Social 98 - Petrobras”.

atuação da empresa, bem como as suas contribuições em relação ao país e a sociedade como um todo. Já os benefícios para o corpo funcional (relacionados aos funcionários) ficaram discretamente posicionados nas últimas duas páginas do Balanço Social 1998.

Provavelmente, esta postura estava relacionada, à época, com a necessidade, cada vez maior, das empresas estatais ressaltarem durante aquele período e destacarem frente à sociedade brasileira, o caráter público e a atuação social forte desta empresa, num claro embate com as práticas e o processo de privatizações de empresas estatais ocorrido no período, além do forte discurso e as práticas neoliberais, amplamente difundidas pelo Governo Federal, nos governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, durante os anos 1990[96].

[96] Para um panorama geral sobre as privatizações durante os anos 1990, ver em: https://oglobo.globo.com/economia/privatizacoes-ganharam-forca-partir-dos-anos-90-10448501 <acesso em 18 de nov. 2017>. Para uma leitura e análise mais profunda sobre estas reformas neoliberais no Brasil ocorridas nos anos 1990, ver a tese de Monica Almeida (PPGH da UFF, 2010) sobre as Reformas Neoliberais no Brasil: as privatizações nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/td/1263.pdf <acesso em 20 de nov. 2017>.

Usiminas

A Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A) é uma empresa do setor siderúrgico líder na produção e comercialização de aços planos laminados a frio e a quente, bobinas, placas e revestidos, destinados principalmente aos setores de bens de capital e de bens de consumo da linha branca, além da indústria automotiva. Foi fundada em 25 de abril de 1956 em Coronel Fabriciano, no que viria a ser o Vale do Aço, Minas Gerais, conforme informações disponíveis no site da empresa. Segundo afirma a própria empresa:

"O aço Usiminas está presente onde o conhecimento e a inovação ditam o futuro. Por isso, a empresa investe na modernização de suas unidades e em produtos de conteúdo tecnológico diferenciado, sempre em sintonia com tendências mundiais de pesquisa e aplicação.

Na base de tudo, uma equipe capacitada, que conjuga experiência e desenvolvimento constante na busca por produtividade.

E quem busca a excelência sabe que os resultados podem ser compartilhados. Por isso, ***a Usiminas atua com sustentabilidade e responsabilidade social***. Por meio da Fundação São Francisco Xavier, investe em educação e saúde. Com o Instituto Cultural Usiminas, apoia a cultura e o esporte. E ainda promove iniciativas ambientais como o Projeto Xerimbabo, com mais de dois milhões de visitantes em quase três décadas"[97]

Logo na apresentação, a empresa fala em sustentabilidade e responsabilidade social, mas em continuação, exemplificou e ilustrou essa atuação responsável e sustentável com práticas filantrópicas e de ação social privada, a partir das atividades de uma Fundação e um Instituto; que como tal, não possuem relação direta com o negócio principal da empresa, com a operação/produção de uma usina siderúrgica, ou seja, com o *core business*, como comumente se denomina no meio empresarial.

---

[97] Estas e outras informações utilizadas no trabalho sobre a Usiminas podem ser encontradas de maneira detalhada no site da empresa em: http://www.usiminas.com/quem-somos/institucional/ <acesso em 22 de nov. 2017>.

Assim como na página principal da empresa, onde encontramos em destaque a expressão Cidadania Corporativa sendo ilustrada por um lindo coral teatral infantil. O mesmo possui um link direto para uma iniciativa do Instituto Cultural Usiminas, chamada de Ação Educativa. Obvio que estas são iniciativas bem elaboradas, representativas e que trouxeram benefícios diretos e temporários àqueles que foram atendidos e beneficiados por elas. Todavia, estas são iniciativas discricionárias, relacionadas à ação social privada da Usiminas, possuindo um caráter social, ambiental ou mesmo filantrópico; ou seja, não são responsabilidade social empresarial, e muito menos iniciativas de negócios ou produção relacionada à sustentabilidade.

Da mesma forma, quando acessamos o link das iniciativas socioambientais da empresa, que possui uma página exclusiva, encontramos o detalhamento desses projetos do Instituto Cultural Usiminas, com iniciativas de cultura e esporte; da Fundação São Francisco Xavier, com ações de educação; ações de voluntariado empresarial com os funcionários da empresa; apoio ao Hospital Mario Cunha, administrado pela Fundação da Usiminas, além de um projeto de educação ambiental desenvolvido pela mesma fundação. Ou seja, percebemos nesta página analisada, que a empresa ou não sabia ao certo o que era sustentabilidade e responsabilidade social empresarial ou agiu de maneira a criar uma cortina de fumaça; por não ter iniciativas concretas nesta área, divulgando estas atividades discricionárias e filantrópicas como se fossem de responsabilidade social e sustentabilidade.[98]

Em relação ao Relatório de Sustentabilidade da Usiminas mais recente, que se encontrava disponível no momento da realização do nosso trabalho, foi do ano base 2015. Como nossa pesquisa foi realizada até novembro de 2017, fica evidente que o relato anual da empresa se encontrava com um grande atraso em relação ao tempo normal de publicação, que geralmente se dá em março ou abril, logo depois do exercício que se encerrou em 31 de dezembro.

---

[98] Informações mais detalhadas sobre estas iniciativas estão disponíveis em: http://www.usiminas.com/quem-somos/iniciativas-socioambientais/ <acesso em 22 de nov. 2017>.

Provavelmente, isso se deu por conta dos problemas financeiros e grandes dívidas em relação aos credores nacionais e internacionais da empresa, além da própria reestruturação que a Usiminas passou a partir do ano de 2016.[99]

Este Relatório de Sustentabilidade Ano-base 2015 da Usiminas encontrava-se disponível em um link com uma referência ao ano 2016, ou seja, criando uma confusão semântica em relação ao ano base e ano de publicação, com a aparente intenção de diluir simbolicamente o grande atraso da publicação do relatório.[100]

Durante a própria apresentação do relatório de sustentabilidade, na parte inicial do relato, o presidente da Usiminas em 2016, Rômel Erwin de Souza, detalhou o que seria a visão institucional a respeito de sustentabilidade que era adotada pela empresa naquele ano:

"Procuramos registrar aqui os principais acontecimentos e indicadores da nossa gestão durante o período. Na base de tudo, está o nosso compromisso com a transparência e em mostrar os principais aspectos sociais, ambientais e econômicos da Usiminas.

Do ponto de vista social, contribuímos para o desenvolvimento das comunidades onde atuamos.

Em meio ambiente, a gestão das nossas unidades busca cada vez mais o uso consciente e eficiente dos recursos naturais.

Do ponto de vista econômico, reportamos o cenário da economia brasileira, com consequente influência sobre o mercado siderúrgico e sobre os nossos resultados.

Estamos conscientes dos nossos desafios, mas também conhecemos os nossos potenciais. Certamente isso nos permite evoluir sempre, visando uma Usiminas cada vez mais sustentável" (Relatório de Sustentabilidade, pág. 3)

---

[99] Mais informações sobre os problemas financeiros da Usiminas e a negociação com os credores está disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/09/1811660-usiminas-aprova-termos-finais-de-renegociacao-de-divida-com-credores.shtml <acesso em 22 de nov. 2017>.

[100] Para ilustrar e registar esse indício, cabe aqui chamar a atenção para a leitura do link aqui disponível, onde se encontra o repositório do Relatório da Usiminas, disponível em: http://usiminas.com/RelatoriodeSustentabilidade2015/docs/RelatorioAnual2016.pdf <acesso em 22 de nov. 2017>. Ou seja, quando acessamos este provável link do Relatório 2016, o que está disponível na realidade era o Relatório de Sustentabilidade 2015 da empresa.

Contendo 73 páginas bem diagramas, textos curtos e diretos, além de muitas informações quantitativas; o Relatório de Sustentabilidade Ano-base 2015 da Usiminas, utiliza muitas fotos que fazem referências ao meio ambiente e a natureza – não relacionadas à produção ou a operação da empresa – de crianças felizes e de situações extrínsecas à usina siderúrgica. O termo sustentável ou sustentabilidade aparece em apenas 19 ocasiões durante o relato, enquanto o termo social é referenciado em 23 oportunidades, adjetivando ou relacionado a alguma postura ou iniciativa da companhia.

Ainda que este relato anual tenha recebido o nome de Relatório de Sustentabilidade, ao longo do documento apareceram ou foram relatadas muito mais iniciativas de ação social privada, filantropia e responsabilidade social do que propriamente iniciativas de produção, operação e gestão relacionadas à sustentabilidade. Este relato anual não foi auditado ou acreditado por nenhuma organização externa ou independente. Além disso, o relatório em tela não segue nenhum padrão nacional ou internacional como referência de modelo de relatório anual de sustentabilidade ou mesmo de responsabilidade socioambiental, tendo sido elaborado pela própria equipe de Comunicação Corporativa da Usiminas.

Assim sendo, poderíamos inferir que o documento analisado se assemelha muito mais a um relatório anual de responsabilidade social ou balanço social como publicado no século XX do que a um relatório anual de sustentabilidade no século XXI. Todavia, assim o sendo, este relato corrobora com os nossos questionamentos iniciais e inferências, sobre o termo “sustentabilidade” aparecer para complementar ou substituir o termo “social”, quando muitas vezes percebemos que as práticas, os exemplo, os processos e os indicadores estão relacionados à responsabilidade social empresarial; ou ainda, como é o caso da Usiminas, até mesmo relacionado às práticas de ação social privada e filantropia.

Um exemplo concreto desse tipo de prática, quando a empresa atribui um novo rótulo ou um termo que está na moda às práticas que sempre foram realizadas de maneira extrínseca ao processo produtivo, está em diversas partes do Relatório de Sustentabilidade da Usiminas Ano-base 2015:

"E quem busca a excelência sabe que o desenvolvimento pode ser compartilhado. A Usiminas atua com ***sustentabilidade e cidadania corporativa***.

Por meio da Fundação São Francisco Xavier, apoia a educação e a saúde. Com o Instituto Cultural Usiminas, apoia a cultura e o esporte.

E ainda promove iniciativas ambientais como o Projeto Xerimbabo, com mais de dois milhões de visitantes em três décadas.

Com inovação, conhecimento e qualidade, a Usiminas contribui para construir um futuro mais ***sustentável***" (Relatório de Sustentabilidade, pág. 4)

Ou seja, podemos observar este exercício de tentar colar um rótulo novo, uma expressão moderna, em práticas tradicionais de ação social privada empresarial já realizadas desde os anos 1990, ocorre, provavelmente, a partir de um processo de mimetismo institucional de copiar o padrão narrativo e aparentar seguir normas, formas e informais, que são seguidas ou recomendadas por outras instituições líderes no setor empresarial.

Mesmo quando as iniciativas estão focadas nos aspectos ambientais, que mais facilmente aproximariam, por semelhança, a questão ambiental com os temas e práticas relacionadas ao conceito de sustentabilidade (mesmo que frágil e ainda em disputa entre diferentes autores e atores); não aparecem no relato ou na descrição das práticas internas ou externas da empresa de origem mineira. Mesmo assim, a empresa avançou em alguns aspectos ambientais, enquanto relacionados à formalização de padrões de certificação, quando adotou de maneira pioneira no Brasil, um sistema de gestão ambiental certificado pela série ISO 14000.

"A Usiminas tem o compromisso de melhorar continuamente seu desempenho ambiental, principalmente por meio do uso racional dos recursos naturais e da gestão de seus impactos. A Companhia investe na busca de soluções sustentáveis para harmonizar a produção industrial com a conservação do meio ambiente, combinadas com ações voltadas para a equidade social.

Inovação e sustentabilidade serão elementos fundamentais da competitividade das empresas nos próximos anos e a Usiminas, atenta a essa tendência, desenvolve programas, projetos e ações voltadas a promover a sustentabilidade de suas operações industriais.

O Sistema de Gestão Ambiental implementado na empresa desde 1996, data de sua certificação pela Norma ISO 14001, possibilita uma gestão eficiente de seus impactos e a promoção da melhoria contínua de seus processos. A manutenção da certificação ambiental e os selos verdes que a Usiminas conquistou ao longo de sua história comprovam que ela sempre buscou um desenvolvimento econômico em equilíbrio com o Meio Ambiente.

A Companhia foi a primeira do setor siderúrgico brasileiro – e a segunda do mundo – a obter a certificação ISO 14001. Os produtos comercializados cumpriram as rigorosas exigências das diretivas europeias RoHS[101] e ELV, "selos verdes" referências mundiais" (Relatório de Sustentabilidade, pág. 47)

Na Figura 4, que reproduz a lista de certificações da Usiminas, podemos observar as certificações internacionais adotadas pela empresa que se relacionam, de alguma forma, com a responsabilidade socioambiental e a sustentabilidade em uma indústria: a série ISO 14000 relacionada ao meio ambiente e ao desenvolvimento de um sistema de gestão ambiental e a OHSAS 18001, relacionada à saúde e segurança no ambiente de trabalho.

[101] RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) ou Restrição de Certas Substâncias Perigosas numa tradução livre, é uma diretriz da União Europeia, que proíbe que certas substâncias perigosas sejam usadas em processos de fabricação de produtos: cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr VI), bifenilos polibromados (PBBs). Mais informações estão disponíveis em: http://www.pensamentoverde.com.br/governo/voce-sabe-o-que-e-rohs/ <acesso em 23 de nov. 2017>

Figura 4 – Lista de certificações e sistemas de gestão da Usiminas

CERTIFICAÇÕES – SISTEMA DE GESTÃO

Para a Usiminas, a qualidade precisa estar voltada para os requisitos e necessidades de seus clientes. O Sistema de Qualidade é apoiado em modernas práticas de gestão e são utilizados elevados padrões de capacitação das pessoas. Por isso, a Companhia conta com uma equipe de atendimento que trabalha de forma integrada com seus clientes na busca de soluções em toda a cadeia de produção.

O mesmo acontece na assistência técnica, com uma equipe apoiada pelas áreas de produção, pesquisa e engenharia de produto permanentemente atenta às demandas do mercado, de modo a desenvolver inovações, adequações e adaptações em produtos e serviços que melhorem o resultado para o cliente.

A tabela abaixo mostra as diversas certificações do Sistema de Gestão da Usiminas, mantidas em 2015.

Empresa	ISO 9001:2008	ISO TS 16.949	ISO 14001	OHSAS 18.001
Usiminas	X	X	X	X
Usiminas Mecânica	X		X	X
Soluções Usiminas	X	X	X	X
Mineração Usiminas	X			

Fonte: Relatório de Sustentabilidade Ano-base 2015 Usiminas, Pág. 17.

Obviamente que a empresa apresentou mudanças e avanços nos últimos anos, todavia, quando analisamos e comparamos as justificativas e discursos da empresa no final do século XX, percebemos que o foco na ação social privada e nas práticas mais assistencialistas e filantrópicas faz parte da história da empresa.

Já em 1998, a Usiminas estava classificada como a 17ª colocada na relação das 50 maiores indústrias do país, por vendas, figurando entre as 20 maiores empresas por patrimônio. Nesse período, possuía receitas anuais de US$ 1,82 bilhões e mais de oito mil funcionários no final do século XX.[102]

[102] Informações obtidas com base na edição “Melhores e Maiores 1998 - Revista Exame”, Edição Especial de junho de 1999, Editora Abril.

O Balanço Social da Usiminas analisado impressiona, logo no primeiro momento, pela beleza, qualidade gráfica e o tipo de papel apresentado. Contém 21 páginas com muitas informações qualitativas e quantitativas, gráficos e fotos de altíssima qualidade. Na página 16 do balanço e nas subsequentes, encontramos o modelo de balanço social sugerido pelo Ibase à época.

Porém, foi na mensagem de apresentação do diretor-presidente da Usiminas daquele período, Rinaldo Campos Soares, que encontramos uma riqueza de significados e de conteúdos para pensarmos e analisarmos a questão da responsabilidade social das empresas e relativizar o tema da sustentabilidade:

"Desde os seus primeiros dias, a Usiminas teve como objetivo firmar-se como uma indústria de base, mantendo-se tecnologicamente atualizada e capacitada para colocar no mercado produtos da mais alta qualidade e preços competitivos. Ao mesmo tempo, ser uma empresa comprometida com os legítimos objetivos nacionais de progresso e desenvolvimento, consciente da sua dimensão social" (Balanço Social, 1998, pág. 2)

Assim sendo, torna-se interessante comparar este trecho do balanço social com alguns outros analisados anteriormente. Nota-se, a princípio, uma separação da *qualidade* e *competitividade* – ou seja, uma parte da visão que seria estritamente de mercado – em relação à *dimensão social* e as responsabilidades que esta empresa declara nessa apresentação. Ou seja, que estas seriam somente preocupações paralelas e não diretamente relacionadas.

Diferentemente de outras empresas aqui estudadas, que através dos seus balanços e relatórios de sustentabilidade, declaram recorrentemente que as ações sociais e ambientais realizadas tornaram e tornam as empresas muito mais competitivas e incrementaram a qualidade e a produtividade como um todo, quando relacionadas aos processos internos e externos do negócio principal (core business):

"Hoje, quando se reconhece não mais caber isoladamente ao Estado ou ao livre jogo das forças de mercado a responsabilidade pela busca do desenvolvimento social, e sim ao esforço solidário das diversas forças que compõem a sociedade humana – fundamentos da Empresa-Cidadã – a Usiminas se orgulha de estar alinhada com as mais modernas e eficientes siderurgias do mundo e de contar com um invejável acervo de realizações no campo social" (Balanço Social, 1998, pág. 2)

Além disso, segundo Rinaldo Campos Soares, a Usiminas é *"Uma Empresa-Cidadã, que afirma a cada dia sua total confiança na capacidade do povo brasileiro e no futuro do País"* (Balanço Social, 1998, pág. 2)

Analisando as passagens anteriores, observamos declarações textuais que se aproximam do que afirmamos no Capítulo 1 deste trabalho, em relação ao questionamento e as críticas que partem de algumas empresas privadas sobre o papel do Estado como regulador e fomentador soberano no desenvolvimento da sociedade e na impossibilidade de este garantir sozinho o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Porém, não estamos concluindo nesta análise que a Usiminas agiu como uma entidade filantrópica, apesar de focar muito em ação social privada e filantropia em suas ações; ou mesmo que, como toda e qualquer empresa, não visou nestas iniciativas o lucro para continuar existindo. Mas é justamente na forma, na maneira de auferir este lucro que se encontram as diferenças entre as corporações: de maneira mais ou menos responsável, ou mesmo, de maneira mais ou menos sustentável.

Obviamente que a empresa foca no lucro e nos resultados financeiros, como todas as outras aqui analisadas; e como constatamos na declaração de que "Quando o ser humano é valorizado, ele imprime alegria e otimismo em seu ambiente de trabalho, tem mais facilidade para trabalhar em equipe e se torna mais produtivo" (Balanço Social 1998, pág. 12). Como podemos observar, fala-se aqui explicitamente em produtividade. E claro, neste sentido, a empresa relacionou a satisfação das pessoas, internamente, com a qualidade e o lucro.

Neste sentido, podemos afirmar, a partir das análises realizadas, que na maioria das empresas estudadas, o foco principal da atuação social, cultural e até a prática ambiental estava, na maior parte das vezes, na comunidade interna, prioritariamente. Ou seja, são ações sociais e ambientais, que durante o período analisado, focaram os funcionários (colaboradores) e suas famílias. Em grande

medida, nos interesses econômicos e financeiros de médio e longo prazo das próprias empresas analisadas.

Assim sendo, podemos inferir que as iniciativas, sejam elas justificadas pelo social, sejam elas legitimadas pela sustentabilidade; em última instância, focam nos resultados econômicos e financeiros das empresas; pois no longo prazo visam minimizar conflitos, diminuindo custos de operação, a partir de uma lógica utilitarista, em garantir certo equilíbrio democrático na sociedade, que traz benefícios para as diferentes partes envolvidas no processo, porém de maneira muito desigual.

Em um segundo momento, apareceram algumas ações e iniciativas voltadas às comunidades externas e a sociedade em geral. Ainda assim, são grupos de interesses que de alguma forma estão, tanto direta quanto indiretamente, relacionados à produção, a distribuição e ao consumo dos produtos e serviços oferecidos por estas mesmas empresas.

Mais uma vez observamos aqui práticas e discursos baseados em uma visão utilitarista, a partir de uma ética dos interesses como a principal motivação dessas iniciativas; tanto no desenvolvimento das práticas internas, quanto das práticas externas realizadas pelas grandes empresas aqui analisadas; praticas estas, que foram legitimadas pelo social e a responsabilidade socioambiental durante o final do século XX, ao longo dos anos 1990; e mais recentemente, são sustentadas por um discurso de sustentabilidade e do sustentável, registrado por centenas de grandes empresas no Brasil através dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade no modelo GRI[103], embasando e legitimando as atividades empresariais no século XXI, de maneira recorrente ao longo dos últimos anos.

---

[103] Um indício Post Scriptum. Em conversas informais com executivos de duas grandes empresas brasileiras multinacionais com sede no Rio de Janeiro e uma consultora autônoma na área de responsabilidade socioambiental; obtivemos informações – não oficiais e não confirmadas, por isso denominamos aqui de indícios iniciais não formalizados – de que a crise política e econômica tem levado ao desmonte das áreas de responsabilidade socioambiental de grandes empresas, além da redução ou mesmo o encerramento de certos apoios e financiamentos de projetos sociais e ambientais (relacionados à ação social privada). Existindo, além disso, a possibilidade de descontinuidade de publicação de relatórios de sustentabilidade integralmente no modelo GRI, por conta dos custos elevados de realização dos mesmos e de alto custo das auditorias, que acabam sendo confrontados com a necessidade e as políticas de corte linear de despesas nas empresas em 2017 e 2018.

Considerações Finais

Nestas considerações finais encontram-se reorganizadas e desenvolvidas as ideias e interpretação elaboradas durante o estudo realizado. Este momento final e conclusivo agrupou as perguntas, e tentou aprofundar e relacionar as respostas a estas – que já foram dadas, em certa medida, ao longo do trabalho – assim como retomou as inferências que foram realizadas durante todo o desenvolvimento desta tese.

Mais do que conclusões, que dariam a sinalização de que esta tese foi construída como um trabalho fechado e finalizado – que carrega as verdades absolutas sob a luz da Ciência –, estas são considerações finais de uma pesquisa sobre determinado objeto, em determinado espaço de tempo, sob as condições e os conhecimentos do pesquisador/autor durante o período de realização e escrita do trabalho em tela. Ou seja, uma pesquisa que suscita reflexões não definitivas, todas contestáveis, suscetíveis a um sem número de revisões e argumentações favoráveis e contrárias em todos os pontos desenvolvidos ao longo da tese. Por isso é ciência. Caso contrário, seria dogma, seria fé.

Desta maneira, focamos nosso olhar nas grandes empresas, por serem estas organizações repletas e carregadas de poder político e econômico, que determinam cada vez mais questões fundamentais no mundo contemporâneo, influenciando positivamente e negativamente (de maneira bastante desigual, como observado ao longo desse trabalho) a vida dos seres, do nascimento até a morte. Por isso mesmo, entender e conhecer estas organizações é tão importante.

Determinantes para a guerra e a paz; para proteção ou destruição do meio ambiente e a natureza; as corporações acabam interferindo e contribuindo para

violação de Direitos, ou mesmo a manutenção deles. Por isso é tão importante entender a complexidade e a dinâmica dos discursos e as práticas positivas e negativas das grandes empresas, esse ator social importantíssimo que preserva e destrói a vida, que facilita e piora, ao mesmo tempo, o mundo contemporâneo.

Neste sentido, buscamos os indícios, realizamos inferências e analisamos informações qualitativas, a partir de expressões e discursos corporativos para tentar responder como estavam estas empresas vinte anos depois, resposta dada ao longo do Capítulo 4, que mostrou que estas organizações expressam, em grande medida muitas contradições em seus discursos; pois o foco dos relatórios no final do século XX estava no social e na responsabilidade; com a transparência e a prestação de contas como o grande discurso motivador destas organizações. Todavia, estas mesmas empresas apareceram, ao longo dos últimos anos do século XXI, envolvidas em escândalos de corrupção, desvios de recursos públicos e pagamentos de propinas (conforme detalhado na análise); ou seja, envolvidas em atividades que estão longe de ratificar qualquer discurso de ética e transparência, que seguiram como a base dos relatórios anuais de sustentabilidade.

Já em relação ao tipo de relatório anual publicado, estas empresas passaram a elaborar nos anos de 2016 e 2017, Relatórios Anuais de Sustentabilidade, com base principalmente no modelo da Global Reporting Initiative (GRI), porém apresentando complementações em relação a outras ferramentas globais utilizadas como parâmetro em seus relatos anuais, notadamente o Pacto Global das Nações Unidas (The UN Global Compact) e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), também desenvolvido e difundido pelas agências da ONU.

Desta forma, foram encontrados significativas referências e citações diretas, ao longo dos relatórios aqui analisados, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (os ODS ou Objetivos 2030), em diferentes trechos dos relatos empresariais pesquisados. Assim sendo, estes Objetivos que não faziam parte dos nossos questionamentos iniciais na tese, se mostraram como um importante tema a ser acompanhado nos próximos anos, uma vez que estes objetivos globais foram lançados pela ONU em 2015, para que governos e empresas

estabeleçam e busquem alcançar os 17 objetivos e suas respectivas metas até o ano de 2030.

Estudar as fragilidades, os interesses correlatos e acompanhar a evolução dos ODS coloca-se aqui como indicação para um futuro e importante trabalho a ser desenvolvido. Todavia, por si só, isso já demonstrou e comprovou alguns indícios de que existe um acompanhamento muito próximo e atualizado por parte das corporações de todos estes temas e ferramentas sugeridas por agentes da governança global e as instituições de consultoria e assessoria nesta área – incluindo professores universitários, articulistas; além das próprias multinacionais de auditoria que atuam também como consultoras das grandes empresas.

No mesmo sentido, percebemos ao longo do trabalho, uma disputa entre empresas de consultoria, certificadoras, organizações da sociedade civil e outras organizações; num embate constante – tanto sobre os aspectos e Modelos do Social durante os últimos anos do século XX; quanto dos Modelos de Sustentabilidade que passaram a ser utilizados a partir do século XXI – buscando garantir a legitimidade necessária e se perpetuar com a fiel depositária “do melhor social” ou “da correta sustentabilidade”. Isso tudo, aliado a um esforço e investimento das grandes empresas para se legitimarem frente aos seus diferentes públicos de interesse, internos e externos.

Ao longo deste processo, os grandes atores da governança global, também cumpriram e cumprem um papel fundamental nessa construção, legitimação e difusão de temas importantes e necessários, como podemos observar nos projetos, iniciativas e eventos de diferentes agências das Organizações das Nações Unidas (ONU), como o PNUMA o as CNUMAD; além de outras organizações globais como a OCDE, o Banco Mundial, a OMS, a OIT, entre outras.

Sendo assim, conforme também verificamos na análise de diferentes Relatórios de Sustentabilidade que foram realizados com base no modelo da GRI, quase todos foram auditados por uma das grandes empresas multinacionais de auditoria, que conferem o parecer técnico, a partir dos critérios desenvolvidos e

aceitos por diferentes grupos de empresas, organizações sociais, imprensa especializada e as próprias empresas de consultoria; além do aval de agências e órgãos ligados às Organizações Nações Unidas.

Cabe ressaltar novamente aqui, que nenhum desses procedimentos é obrigatório por lei; todavia existe uma “expectativa” e uma “exigência” por parte desse mercado global das certificações e normas de responsabilidade socioambiental de que as corporações institucionalizem estes temas e ferramentas, para passar a fazer parte “do seleto grupo” das empresas com sensibilidade social e sustentáveis; que se desenvolveu durante os anos 1990 com foco no social, e na virada do século XX para o XXI, passou a priorizar a temática da sustentabilidade.

Esta institucionalização da sustentabilidade ocorreu em um grau elevado, como verificado nos relatórios aqui analisados, a ponto de empresas mudarem as denominações dos projetos e iniciativas que já eram realizadas anteriormente, colocando o adjetivo ou o termo sustentável em quase qualquer tipo de atividade e ao longo dos trechos dos relatórios, documentos institucionais da empresa, nos sites e até em anúncios e publicidade.

Esta visão institucionalista nos ajudou a entender de forma crítica e formalizada o papel e o grande número de organizações que orbitavam em torno do tema da Responsabilidade Social nos anos 1990, além das expressões e modelos de relatórios; que estas mesmas empresas, muitas vezes apenas mudaram ou renovaram seus discursos e padrões de relato – passando a usar os temas da Sustentabilidade, modelos e normas mais aceitas dentro do universo do sustentável e da sustentabilidade no século XXI.

Neste sentido, percebemos o quanto as empresas, os diferentes profissionais e os gestores acabaram imitando e copiando, de maneira mimética, as formas e muitas vezes também os conteúdos e discursos, tanto dos relatórios sociais anuais no século XX, quanto dos relatórios de sustentabilidade no século XXI. Muitas vezes utilizando termos e conceitos indefinidos e ainda fruto de disputas, como é o caso dos termos Sustentável e Sustentabilidade.

Ao longo desse processo, representantes de empresas e consultores ligados direta e indiretamente a GRI, a ABNT, ao Instituto Ethos, a Accountability, entre outras; também estiveram envolvidos na criação, aperfeiçoamento e divulgação destes indicadores; que, ao longo dos últimos anos, criou um amplo e rentável mercado de capacitações, cursos e consultorias nesta área da demonstração anual da sustentabilidade e dos indicadores sociais e ambientais. Inclusive envolvendo as grandes empresas de consultorias e auditorias do mercado global, as chamadas Big Four: as maiores multinacionais do setor: a Deloitte; a Ernst & Young (EY); a KPMG; e a PricewaterhouseCoopers (PwC).

Ainda que o foco principal desse trabalho fossem os discursos, temas e expressões registradas ao longo dos relatórios das empresas selecionadas; conseguimos inferir, através do registro de processos judiciais, multas e denúncias disponibilizadas pela imprensa nos últimos anos, que diversos discursos elaborados pelas empresas e registrados em seus balanços sociais e Relatórios Anuais de Sustentabilidade se mostraram incompatíveis com as práticas internas e externas das empresas aqui analisadas, ao longo das últimas décadas. Conforme registrado e detalhado ao longo do Capítulo 4 desta tese.

Outro questionamento realizado logo no início da nossa pesquisa estava relacionado à qual seria a relação dos discursos das empresas com o conceito de sustentabilidade e o tema do sustentável. Conforme observamos ao longo dos relatórios e sites das empresas analisadas, a justificativa das empresas para o uso do termo e das ferramentas de sustentabilidade relaciona-se a importância do relato integrado; pois como os impactos seriam integrados, a gestão e a forma de relatar (para posterior controle e revisão do planejamento) deveriam ser integrados também. Ou seja, relacionando de maneira integrada o social, o ambiental e o econômico. Numa clara e direta referência ao Tripé da Sustentabilidade, conceito cunhado nas Conferências das Nações Unidas inicialmente e depois reformulado e amplamente difundido por um conjunto de organizações e consultorias, incluindo o próprio autor do termo, com consultor de grandes empresas multinacionais.

Assim sendo, encontramos diversas contradições em relação ao termo “economicamente justo” ao longo do século XXI, mesmo este sendo um dos pés do

conceito da sustentabilidade, conforme apontado no Capítulo 1, o Referencial Teórico deste trabalho. Uma vez que a economia capitalista contemporânea está carregada de práticas contraditórias relacionadas à exploração de mão de obra, uso de trabalho infantil e trabalho análogo à escravidão, salários abaixo do mínimo aceitável, sonegação de impostos, corrupção, concorrência desleal, estímulo ao consumismo desenfreado e manutenção da lógica economicista da redução dos custos e maximização dos lucros, numa lógica de curto prazo. O que jogaria por terra um dos pés do tão badalado tripé.

Em relação à concepção do socialmente justo, sabemos que existe no mundo uma concentração enorme de renda e falta de acesso a Direitos básicos e fundamentais, que mantém milhões de pessoas excluídas; onde justiça social é uma coisa cada vez mais rara, enquanto observamos denúncias de trabalho análogo à escravidão e exploração de trabalho infantil na cadeia produtiva de grandes empresas nacionais e multinacionais; formando um enorme grupo de excluídos na sociedade, sem ter seus direitos sociais básicos atendidos.

Já em relação ao termo ambientalmente correto ou adequado, podemos perceber práticas de grandes empresas, inclusive das analisadas neste trabalho, que estão cada vez mais longe de qualquer concepção de defesa ou preocupação concreta em relação ao meio ambiente. Esses discursos e expressões aparecem ao longo de todos os relatórios aqui analisados. Todavia, observamos também algumas destas empresas destruindo ecossistemas, focando na produção de serviços e produtos não-sustentáveis, e não amigáveis ao equilíbrio ambiental, mas que investem pesadamente em um marketing verde, que mantém os discursos totalmente adequados ao meio ambiente. Já da prática, não podemos afirmar o mesmo.

Neste sentido, entendemos que os relatórios aqui analisados foram significativos e corroboraram com a nossa inferência de que o tema da sustentabilidade se tornou a principal referência para as grandes empresas, nesta busca de legitimação interna e externa ao longo dos últimos anos do século XXI; reforçando um discurso consensual, de bem comum e prosperidade para todos – muito próximo da ideia de uma sociedade democrática que visa o equilíbrio e o

consenso, com o objetivo de minimização de conflitos e custos; mas que ao mesmo tempo, reforça as desigualdades e disparidades de acesso a recursos e Direitos.

As grandes empresas fizeram isso, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, apoiavam práticas governamentais ilegítimas ou por meio das suas próprias iniciativas internas e externas, ora ajudavam a reforçar este discurso do consenso, ora, na prática, violam diferentes e fundamentais Diretos, conforme registrado ao longo do capítulo 4.

Assim sendo, esse discurso do social e da responsabilidade ambiental, que visa legitimar as práticas internas e externas das empresas perante a sociedade; fica a cargo das decisões da própria empresa, não sendo obrigatório ou regulado de nenhuma. Ou seja, não existe qualquer obrigatoriedade via leis e normas do Estado; com a possibilidade da própria empresa escolher o modelo ou a que tipo de responsabilidade deve seguir ou dar mais ênfase. Essa decisão fica nas mãos de uma elite empresarial, que muitas vezes vai utilizar o seu próprio interesse para determinar o que vai ser cumprido e o que não será levado em consideração, porém, sempre a partir um discurso que remete a um interesse difuso da sociedade como um todo.

Destarte, os discursos apresentados pelas empresas, empresários e seus representantes; quando afirmam e reafirmam a importância das ferramentas voluntárias de mercado, da livre iniciativa das empresas em cuidar do social e do ambiental, sem o “entulho” e o peso do Estado e de sua burocracia – que traria custos e atrasaria o desenvolvimento do país –; é um discurso ideológico, carregado de interesses específicos, inclusive com riscos para o próprio sistema democrático e o equilíbrio político da sociedade. Ou seja, um arriscado discurso liberal de que as empresas têm total capacidade de cuidar do social, do ambiental, dos consumidores e de seus trabalhadores, prescindindo das leis e da própria ação e intervenção do Estado.

Todavia, o equilíbrio proporcionado por esse modelo liberal é um equilíbrio ancorado na desigualdade, posto que é amparado e legitimado somente pelo mercado e o jogo de poder das empresas e das elites empresariais; e este, a

depender dos interesses que estão na mesa, em determinado contexto, nem sempre é democrático.

Neste sentido, a justificativa das ações empresariais com base em uma ética utilitarista ou através da ética das consequências, com fundamento das ações sociais e ambientais corporativas, baseada na maximização da felicidade para o maior número de pessoas e a minimização do mal ao menor número; pode tender para um desequilíbrio arriscado, a depender do equilíbrio de forças que está dado em cada determinada conjuntura.

Assim, inferimos que uma chave para entender as práticas socioambientais empresariais, pode situar-se justamente numa parte fundamental desta definição de felicidade, quando essa maximização da felicidade se dá para toda a sociedade ou para as parcelas dominantes, que compartilhariam (de cima para baixo) cada tipo de desejo e a classificação das iniciativas como certas ou erradas; definindo, inclusive, que tipo de virtude/felicidade se tornará a difundida e desejável por toda a sociedade. No caso em tela, empresas, empresários e seus acionistas majoritários.

Ou seja, podemos estabelecer uma relação entre o pensamento e o discurso da chamada ética e cidadania empresarial, que foi caracterizado com a marca da ação *socialmente responsável* e o utilitarismo como sistema ético, que está na base dos discursos das empresas no final do século XX, por um lado; e nas consequências efetivas das ações realizadas, por outro, como a justificativa moral da forma de agir – tanto individual, quanto coletiva – como sendo a base do pensamento social nos discursos e práticas das companhias estudadas ao longo deste trabalho. Base esta que se estendeu para o discurso do sustentável no início do século XXI.

Assim sendo, podemos afirmar que o capitalismo do século XXI continua a ser o mesmo capitalismo, com o foco principal no lucro. Porém há uma tendência de outros fatores comporem também os objetivos das grandes empresas, como por exemplo, uma busca maior por resultados sociais e ambientais, que só se efetiva na prática a partir da ampliação da discussão e das forças e pressões internas e

externas que possibilitam empurrar as empresas para uma certa busca do equilíbrio entre o social, o ambiental e o lucro; em uma perspectiva de longo prazo.

Ou seja, em certa medida, o capitalismo do século XXI começa a deixar de ser exclusivo dos empresários capitalistas e dos proprietários majoritários clássicos; quando as empresas começam a ter que atender e dar respostas a outros interesses de diferentes grupos de pressão como clientes, funcionários, comunidades no entorno, que também passaram a ser, de maneira direta e indireta acionistas e investidores destas mesmas organizações, construindo alguma capacidade de interferir positivamente ou negativamente nos resultados econômicos e financeiros destas empresas no longo prazo. Ou seja, essas “vozes” e pressões internas e externas ampliaram a capacidade, em certa medida, de interferir no desempenho das corporações no longo prazo.

A partir disso, se poderia alcançar um maior controle social sobre as grandes empresas, uma vez que diferentes grupos de pressão e interesses passam a poder interferir nos resultados e a compartilhar, ao mesmo tempo, de uma pequena parcela das vantagens econômicas e financeiras – além de diferentes benefícios e ganhos indiretos – destas grandes empresas ao longo dos últimos anos.

Mesmo assim, como a imagem da empresa-tubarão construída no documentário canadense de 2003, The Corporation; as empresas, por sua história e estrutura ao longo do século XX, foram construídas e tendem a ser predadoras. Não são más, nem boas, visam à maximização do lucro a minimização dos custos para seus acionistas, mesmo quando totalmente profissionalizadas e sem um grupo majoritário ou um empresário clássico por trás. Por isso mesmo, muitas empresas que utilizam ferramentas da sustentabilidade e fazem discursos de responsabilidade socioambiental, seriam as mesmas responsáveis por vários impactos negativos e violações de Direitos no mundo contemporâneo.

Neste sentido, alguns grupos defendem que as empresas se tornaram a estrutura e a organização perfeita da exploração e da dominação capitalista ao longo do século XX. Outros, porém, argumentam que, mesmo isso sendo verdade, a ideia de empresa também está relacionada à possibilidade de construção de uma forma

de gestão eficiente em todos os sentidos: no econômico/financeiro; no social/humano e no ambiental/ecológico; que poderia influenciar positivamente as instituições públicas, demais empresas e outras organizações na sociedade; por meio de uma gestão ética, transparente e responsável. Em um tipo de estrutura organizacional e forma de gestão, onde o lucro e os resultados econômicos e financeiros poderiam ser balizados pelos resultados sociais e ambientais, na conformação de um novo tipo de organização; que seria fundamental para o século XXI.

Todavia, a partir de uma leitura crítica de todo esse processo, podemos perceber o quanto estas análises que criticam ou mesmo as que exaltam determinadas condutas empresariais – geralmente feitas por atores e organizações inseridas no próprio meio e legitimadas por estas mesmas empresas –, muitas vezes, cumprem um papel de amenizar ou reforçar certo tipo de atuação das grandes corporações, durante o próprio processo de justificativa da preponderância do econômico, sobre o social e o ambiental. E isso ocorre, muitas vezes, antes mesmo que o conflito socioambiental esteja conflagrado, ou mesmo, em alguns casos, antes de ser percebido por parte dos atores envolvidos ou afetados direta e indiretamente pelos impactos gerados por estas grandes companhias.

Para garantir esse processo, as empresas vão renovando as “palavras mágicas” que justificam e legitimam suas práticas internas e externas, se reinventando constantemente para manter seu poder e hegemonia na sociedade contemporânea. Ora via eficiência, ora pela produtividade; posteriormente no discurso da Qualidade Total, depois no Social; e durante os últimos anos, no discurso do Sustentável. Ou seja, encontramos nos relatórios e sites das grandes empresas diferentes novas roupagens para algumas velhas práticas internas e externas – conforme corroborado pela a análise realizada ao longo deste trabalho.

Assim sendo, podemos inferir, que as iniciativas, sejam elas justificadas pelo social, sejam elas legitimadas pela sustentabilidade; em última instância, continuam a focar nos resultados econômicos e financeiros das grandes empresas analisadas. Até porque, no longo prazo, visam minimizar conflitos e diminuir os custos da operação e da produção, a partir de uma lógica utilitarista, que visa garantir um certo

equilíbrio democrático na sociedade, trazendo benefícios para todas as diferentes partes envolvidas no processo, porém de maneira muito desigual.

Mesmo quando observamos representativas e consistentes ações e iniciativas voltadas às comunidades externas e a sociedade em geral. Ainda assim, percebemos que são grupos de interesse, que estão de alguma forma, tanto direta quanto indiretamente relacionados – de maneira estratégica e a partir de uma visão que busca beneficiar positivamente a corporação no longo prazo – à produção, à distribuição e ao consumo de bens, produtos e serviços oferecidos por estas mesmas grandes empresas.

Referências bibliográficas

ABÍLIO, LUDMILA C. *Sem Maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos.* São Paulo: Ed. Boitempo/Fapesp, 2014.

ALMEIDA, ANDRÉ (ORG.). *Internacionalização de Empresas Brasileiras: perspectivas e riscos.* Rio de Janeiro: Ed. Elsevier/Campus, 2007.

BOBBIO, NORBERTO. LIBERALISMO E DEMOCRACIA. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1995.

BOLTANSKI, LUC. & CHIAPELLO, EVE. *El Nuevo Espiritu del Capitalismo.* Madrid: Ediciones Akal, 2002.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. PROJETO DE LEI PL 5807/2013 QUE DISPÕE SOBRE A ATIVIDADE DE MINERAÇÃO, CRIA O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA MINERAL E A AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. *Brasília*, 2013. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=581696. Acesso em setembro de 2017. Texto integral.

CAMPOS *ET AL*. *Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. In: Revista Gestão & Produção, Vol. 20 N° 4 Pág. 913-926. UFSCar:* São Carlos, 2013.

CAMPOS, PEDRO, H. P. *A Ditadura das Empreiteiras: as empresas nacionais da construção pesada, suas formas associativas e o Estado Ditatorial brasileiro 1964-1985.* Tese de Doutorado: Universidade Federal Fluminense (UFF),

Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFF (Mimeo). Niterói, 2012.

CAPPELLIN, PAOLA; GIFFONI, RAQUEL. As *Empresas em Sociedades Contemporâneas: a responsabilidade social no Norte e no Sul. Cadernos CRH, Vol. 20 N° 51. UFBA:* Salvador, 2007.

CAPPELLIN, PAOLA; GOMES, EDUARDO & KIRSCHNER, ANA M. (org.). *Empresas, Empresários e Globalização.* Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2002.

CASTILHO, F; VASCONCELOS, F, ANA M. (org.). *As Diretrizes GRI e o Perfil Histórico de publicação de relatórios de sustentabilidade no Brasil e no Mundo In: Anais do V Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (SINGEP) em novembro de 2016.* São Paulo: 2016 (Mimeo). Disponível em: https://singep.org.br/5singep/resultado/669.pdf

CAVA, RALPH. D. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: STEPAN, ALFRED (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CHERQUES, HERMANO ROBERTO. *Max Weber e a Ética nas Organizações: cinco hipóteses sobre a cultura moral a partir dos conceitos de Max Weber.* In: RAP – Revista de Administração Pública. Volume 31, Número 2, páginas 5 a 21, março/abril. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1997.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). *Nosso Futuro Comum*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1991.

DEMO, Pedro. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

_____. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.

DINIZ, Eli. *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais: Brasil anos 1990*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

DINIZ, ELI & RENATO, BOSCHI. *Empresários, Interesses e Mercado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

DUARTE, Gleuso D. DIAS, José M. *Responsabilidade Social: a empresa hoje*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1986.

ELKINGTON, JOHN. *Canibais com garfo e faca. São Paulo: Makron Books, 2001.*

EVANS, PETER. *Autonomia e Parceria: estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

_____. *A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1980.

GOMES, EDUARDO & KIRSCHNER, ANA M. (org.). *Empresas, Empresários e Sociedade.* Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 1999.

GRI. Diretrizes para Relato de Sustentabilidade GRI G4. Amsterdã, 2015. Disponível em: https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf

HALL, PETER. & TAYLOR, ROSEMARY. TRÊS VERSÕES DO NEO-INSTITUCIONALISMO. REVISTA LUA NOVA. Nº 58, PÁGINAS: 193-223. ANO 2003.

HIRSCHMAN, A. O. *Salida, Voz y Lealtad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

_____. *De Consumidor a Cidadão*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

KIRSCHNER, ANA MARIA. *A Sociologia diante da Globalização: Possibilidades e Perspectivas da Sociologia da Empresa.* In: Antropolítica: revista contemporânea de Antropologia e Ciência Política. Nº 4, 1º semestre de 1998, Niterói: Editora UFF, 1998.

KOTLER, Philip. *Competitividade e Caráter cívico*. In: Francis Hesselbein et al. A Organização do Futuro: como preparar hoje as empresas de amanhã. São Paulo: Ed. Futura, 1997.

LESSA, CÉLIA. *Welfare State e Desenvolvimento*. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 54, Nº 1, 2011, Páginas 129 a 156.

MACPHERSON, C. B. *A Democracia Liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

Editores, 1967.

MARCOVITCH, JACQUES (ORG.). PIONEIRISMO E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. SÃO PAULO: FEA/USP, 2009-2013. DISPONÍVEL EM:

HTTP://WWW.USP.BR/MUDARFUTURO/CMS

MCGUIRE, JOSEPH W. *BUSINESS AND SOCIETY*. NEW YORK: MCGROW-HILL, 1963.

MILL, JOHN STUART. *Da Liberdade*. São Paulo: Ibrasa, 1963.

MILL, JOHN STUART. *Utilitarismo*. Porto: Editora Porto, 2005.

NASCIMENTO, Elimar. P. *Trajetória da Sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico*. In: Revista Estudos Avançados. Ano II, Vol. 26, Nº74, Mai/2012. Páginas 51 a 64. São Paulo: USP, 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-401420120001&lng=pt&nrm=iso

SACHS, I. *De Volta à Mão Invisível: os desafios Segunda da Cúpula da Terra do Rio de Janeiro*. In: Revista Estudos Avançados. Ano II, Vol. 26, Nº74, Mai/2012. Páginas 8 a 20. São Paulo: USP, 2012

SACHS, I. *CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*. RIO DE JANEIRO: EDITORA GARAMOND, 2009.

TINOCO, JOÃO PRUDÊNCIO. BALANÇO SOCIAL: UMA ABORDAGEM SOCIOECONÔMICA DA SUSTENTABILIDADE. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. FACULDADE DE ECONOMIA E

ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. SÃO PAULO: USP, 1984.

TORRES, CIRO. RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE. IN: REVISTA ÉTICA NOS NEGÓCIOS. ANO V, Nº 11, OUT/2013, PÁG.12-14. SÃO PAULO, IBEN, 2013.

TORRES, CIRO. MANSUR, CLAUDIA. BALANÇO SOCIAL DEZ ANOS: O DESAFIO DA TRANSPARÊNCIA. RIO DE JANEIRO: IBASE, 2008.

TORRES SILVA, CIRO. Responsabilidade social empresarial: o espírito da mudança e a conservação da hegemonia. In: *Tecnologia e Desenvolvimento Social* - SOLTEC/UFRJ. Ed. UFRGS, 2005.

_____. Responsabilidade Social das Empresas. In: Mota, Carlos (org.). *Ética e Responsabilidade Social.* LTDS/COPPE/UFRJ, Brasília e Rio de Janeiro, 2001.

_____. Entre o Bem-estar Social e o Lucro: histórico e análise da responsabilidade social das empresas a partir de algumas experiências de balanço social. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política (PPGACP) da UFF. Niterói, mimeo, 2000.

VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Anexos

Anexo I – Carta de Princípios da ADCE (1965)

Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa do Brasil

CARTA DE PRINCÍPIOS DO DIRIGENTE CRISTÃO DE EMPRESA

A **Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa do Brasil** consciente de que as crises e tensões do mundo contemporâneo se devem a que as instituições econômico-sociais vigentes se afastaram dos principais cristãos e das exigências da justiça social;

- De que os antagonistas de classe, os aberrantes desníveis econômicos, o enorme atraso de certas áreas do país decorre, em parte, de não ter o setor empresarial tomado consciência plena das suas responsabilidades sociais;
- De que, ao desafio lançado pelo marxismo, pelo comunismo, pela iniqüidade ou pelo arcaísmo das atuais estruturas, pelo subdesenvolvimento, pela diversidade dos estágios socio-econômicos das várias regiões brasileiras; não deve responder com a atitude puramente negativista, quase sempre estéril, de quem apenas combate e critica, às vezes transformando o perigo comunista em mero escudo para a preservação do "status quo';
- mas deve replicar com a ação positiva e fecunda de quem oferece, em contraposição, o senso de responsabilidade dos dirigentes de empresa cônscios dos seus deveres sociais de cristãos e dispostos a lutar unidos por uma ordem social mais justa, por uma ordem econômica a serviço do homem, por um desenvolvimento integral e harmônico, que não seja objeto do rígido dirigismo totalitário, mas de um dúctil planejamento democrático, livremente consentido, respeitoso dos valores da pessoa humana e orientado para o bem-comum;
- De que o progresso verdadeiro de uma correta conceituação do homem e da sociedade de que um melhor conhecimento das experiências históricas, através das quais a pessoa humana busca a sua realização plena; do aperfeiçoamento das ciências e das técnicas, instrumentos de domínio sobre o mundo;
- De que a atuação do dirigente de empresa é decisiva para a paz social.

Declara adotar os preceitos da Doutrina Social Cristã, na qual se inspiram os princípios adiante enunciados nesta Carta, que os Dirigentes de empresa filiados às ADCEs do Brasil aceitam, se esforçarão por aplicar e propõem a todos os empresários desejosos de cumprir a sua missão social.

I) Pessoa, Sociedade e Bem-comum

1) Todo homem é composto de corpo e alma, porém uno na sua essência de "pessoa" ente racional e livre; assim, a promoção do homem se deve realizar de modo a favorecer o seu máximo desenvolvimento tanto espiritual quanto material, simultaneamente.
2) A qualidade espiritual da pessoa humana eleva a uma "eminente dignidade" que supra, de muito, tudo quanto existe no mundo e lhe confere um valor de fim e não de meio.
3) Por ter sido dotado de razão e liberdade, o homem não é apenas um ser responsável, portanto sujeito de direitos e obrigações, mas também um ser social, portanto destinado à vida comunitária, pois, tal como a responsabilidade é um corolário da liberdade, também não se pode conceber inteligivelmente, como votado à vida solitária, quem recebeu as prerrogativas do conhecimento e da comunidade.
4) Constituída pelo homem e para o homem, a sociedade e todas as instituições em que se expressa e realiza a vida social, em particular a ordem econômica, tem o homem como princípio, sujeito e fim, estando ordenadas à pessoa humana, que nelas deve encontrar o meio de sua realização integral, podendo desenvolver plenamente as propriedades que a caracterizam: inteligência, liberdade e sociabilidade. "Por isso, quando as estruturas e o funcionamento dum sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nele trabalham, entorpecem o seu senso de responsabilidade, ou impedem que a iniciativa pessoal se manifeste: tal sistema é injusto, mesmo que a riqueza produzida alcance altos níveis e seja distribuída segundo as regras da justiça e da equidade" (Mater et Magistra).
5) Meio natural da coexistência de pessoas, a sociedade, para a consecução do seu fim próprio, cria uma autoridade incumbida de coordenar e disciplinar os comportamentos individuais e grupais, para a realização do bem-comum.
6) "A autoridade não é força incontrolável; é, sim, faculdade de mandar segundo a reta razão. O seu poder de obrigar se deriva, portanto, da ordem moral, a qual tem Deus como princípio e fim." (Pacem in Terris).
7) Na sua conduta, a pessoa humana está, portanto, subordinada à sociedade, representada pela autoridade legítima; mas a sociedade, por sua vez, está subordinada à pessoa na ordem dos fins, porque a pessoa é anterior e superior à sociedade. 8) As noções de "pessoa" de "bem-comum" são assim correlativas, não consistindo este nem na soma dos bens individuais das pessoas (individualismo), nem no bem exclusivo da sociedade, que reduzirá tudo a si mesma (coletivismo), porém no conjunto dos meios que a comunidade põe à disposição dos seus membros para lhes propiciar a realização do fim comum a todos.
9) Para lograr-se a conciliação entre o bem-comum e o bem particular de cada qual, é indispensável o exercício de duas virtudes - a caridade e a justiça, que são o liame interior da vida social, a primeira ensinando a vencer o egoísmo e incutindo a consciência da solidariedade que une todos os homens: a segunda impondo o reconhecimento e o respeito dos direitos do ‘outro’, seja este o indivíduo, um grupo social intermediário ou a própria sociedade.

10) Da essência mesma do homem, da dignidade da pessoa humana. Decorrem, pois certos direitos e deveres fundamentais, universais, inalienáveis e invioláveis: os direitos e deveres naturais do homem.

1º) como ser material:
a) o direito e o dever de conservar e restabelecer a saúde corporal; portanto o direito não apenas à alimentação, à higiene, ao exercício, ao repouso, ao tratamento na enfermidade, ao amparo na invalidez, mas também a todos os meios para tanto necessários; - o dever de trabalhar, e - o direito ao trabalho e à profissão livremente escolhidos, segundo a vocação de cada um, exercidos era condições materiais e sociais condignos, mediante remuneração justa, que permuta não só a subsistência do trabalhador e da sua família em situação compatível com a dignidade: humana, mas ainda razoável poupança como meio de acesso à propriedade:
b) direito de locomoção;
c) o direito de fixar residência onde quiser, dentro e fora do seu próprio país;
d) o direito de transmitir a vida pelo casamento, isto é, o direito à fecundidade matrimonial e à constituição família, e - o dever de mantê-la e de educar a prole;

2º) como ser espiritual (racional e livre);
a) direito e o dever de aperfeiçoamento pessoa, portanto: - direito de conhecer a verdade e de procurar o bem e o dever de propagá-los nos limites da moral e do bem-comum, garantindo-se-lhe, para isto: - a liberdade de consciência, de crença religiosa, de pesquisa intelectual, de manifestação do pensamento e de culto religioso externo;
b) o dever de responder por suas ações e omissões;
c) o direito à informação verídica, sobre os acontecimentos públicos;
d) o direito a uma instrução de base e a uma formação técnico-profissional consentâneas com o grau de desenvolvimento da respectiva coletividade;
e) o direito de propriedade privada dos bens de produção e de consumo, como condição e garantia tanto da liberdade inerente à dignidade da pessoa humana, quanto de estabilidade econômica da família, e - o dever de gerí-los e usá-los segundo a sua função social;

3º) como ser social:
a) o direito de ser tratado como homem pelos seus semelhantes e de assim participar na vida social, por conseguinte: o direito e o dever de tomar parte na escolha da autoridade e de fiscalizar o exercício do poder.
b) o dever de obediência à autoridade legitima e às leis justas;
c) o direito à segurança jurídica, que o ponha a salvo de qualquer arbitrariedade;
d) o direito de associação e reunião;
e) o dever de não manter ociosos os seus recursos intelectuais ou materiais, nem de aplica-los exclusivamente em proveito próprio, mas de lhes dar utilidade social, inclusive criando novas fontes

de riqueza e de trabalho, aumentando as existentes e facilitando o acesso de todos, em especial dos seus colaboradores à propriedade privada.

11) Também as comunidades naturais (família, associações profissionais, sindicatos, Estado) têm os direitos naturais correspondentes à sua origem e aos seus fins. Esses direitos têm de ser acatados, para que possam cumprir a sua missão na sociedade.
12) De acordo com a função que desempenha na sociedade, o homem tem ainda direitos e deveres particulares, inerentes a essa função. Assim, o é Dirigente de Empresa.

II) O Dirigente de Empresa

13) Considera-se dirigente de empresa (empresário) todo aquele que tem, em nome próprio ou por delegação, encargo de organização e responsabilidade de decisão na atividade econômica de produção de bens ou serviços.
14) Embora o desejo de lucro permaneça o estímulo da atividade econômica, o dirigente de empresa não tem direito de sobrepô-lo ao dever de servir a sociedade a que pertence.
15) O dirigente de empresa é um especialista da função e um técnico da atividade produtora que Dirige.
16) O dirigente de empresa deve assumir plenamente os riscos e as responsabilidades inerentes ao cargo e coordenar com justiça os múltiplos direitos do capital, dos técnicos, dos trabalhadores, dos fornecedores, dos clientes, dos consumidores, da sociedade e do Estado.
17) O verdadeiro empresário é um inovador; está permanentemente à procura de fórmulas novas, de novas combinações dos fatores de produção, incentivando a pesquisa científica e tecnológica na sua própria empresa e em instituições especializadas, públicas ou particulares, porque só assim dará vitalidade à empresa e contribuirá para o progresso econômico.
18) Progresso técnico não deve significas, para o empresário, apenas aumento da produtividade e da rentabilidade da empresa, mas também melhores condições de trabalho e segurança para os seus colaboradores.
19) O empresário moderno trabalha em equipe, mas não abdica da autoridade nem diminui a eficácia da unidade de direção.
20) O empresário eficiente evita os intermediários inúteis, que encarecem desnecessariamente os custos para o consumidor.
21) O empresário consciente não esquece que os seus empregados são homens; portanto lhes favorece o exercício do senso de responsabilidade e dá atenção aos seus problemas humanos.
22) O dirigente de empresa deve saber que é igual, em essência, a todos os seus subordinados hierárquicos e que, assim, são todos de igual dignidade humana.
23) O dirigente de empresa deve erigir dos seus colaboradores segundo as possibilidades de cada um e remunerá-los segundo o seu mérito e as suas necessidades.
24) É dever do empresário contribuir para a promoção humana de todos os empregados da empresa, concorrendo para a sua melhor formação religiosa, moral, intelectual e cívica.

25) O empresário deve manter os trabalhadores informados da marcha dos negócios da empresa, pelo menos em seus termos gerais.
26) O dirigente de empresa está obrigado, em consciência, a pagar aos empregados uma remuneração justa, que corresponda ao valor econômico do trabalho fornecido e ao valor humano do trabalhador e da sua família (cfr. Nº 10, 1º, "a).
27) O empresário não pode deixar de reconhecer o direito de associação dos empregados da empresa, quer quando se manifesta nos sindicatos, quer quando se manifesta nas greves.
28) Sindicalizar-se e atuar no seu sindicato é dever do dirigente de empresa para consigo mesmo e a sua família (defesa dos seus interesses) e para com a categoria profissional a que pertence (solidariedade para com o grupo profissional).
29) Como qualquer outro, o dirigente de empresa está obrigado, em consciência, a pagar os justos tributos lançados pelo Estado, para assim levar o seu concurso à promoção do bem comum, do qual também ele se beneficia.
30) A atividade empresarial não deve absorver o empresário, nem transformar-se em fim em si mesma, pois o dirigente de empresa tem obrigação de participar ativamente e com plena responsabilidade, na vida cívica e política da comunidade.

III) A Empresa

31) A empresa é o núcleo econômico fundamental, comunidade organizada e hierárquica, composta de pessoas e de bens, cuja atividade essencial imediata, consiste em produzir bens ou serviços para o mercado.
32) A empresa deve realizar uma integração harmônica dos que lhe fornecem capital e dos que lhe fornecem trabalho, com vistas não só a uma eficiente atuação econômica, mas também a uma amistosa convivência social.
33) O homem é o centro da vida econômica; negligenciá-lo será ofender a dignidade humana e voltar a empresa ao malogro.
34) Tal como as técnicas nela utilizadas estão ordenadas aos fins da empresa, assim os fins da empresa estão subordinados ao homem.
35) O objetivo econômico da empresa é o aumento e a melhoria da produção, de modo a satisfazer às necessidades da sociedade; o seu objetivo social é a integração comunitária, a promoção é o aperfeiçoamento humano dos que nela trabalham.
36) Adotando o princípio da economia de serviço, em oposição à economia orientada exclusivamente para o lucro, a empresa deve conservar o seu caráter privado e a liberdade de iniciativa, um e outra condicionados apenas ao bem-comum, mantendo-se as empresas estatais dentro do princípio da subsidiariedade.
37) A empresa moderna não escolhe os seus dirigentes em função do nascimento, nem em função do vulto dos cabedais; escolhe-os em razão da competência.

38) Dos rendimentos da empresa, a primeira dedução a ser feita, com precedência sobre todas as outras, é a dos salários e das contribuições de Previdência Social, pois estas não são encargos suplementares, impostos pelo Estado; constituem salário indireto, compensado ou diferido.
39) Logo após a dedução dos salários e das contribuições de previdência, a empresa tem o dever de deduzir dos seus rendimentos, com a maior exação, os tributos devidos, em justiça, ao Estado, e que correspondam ao seu concurso material para as despesas de realização do bem-comum, a que todos estão obrigados.
40) Atendidas as necessidades de amortização, de investimentos e reinvestimentos indispensáveis à continuidade e à renovação da empresa, o saldo dos rendimentos líquidos auferidos será repartido entre os fornecedores do capital, os dirigentes e todos os que trabalham na empresa, proporcionalmente à contribuição de cada um para os resultados obtidos, de maneira a que todos - capital e trabalho, recebam uma justa remuneração.
41) A remuneração dos trabalhadores da empresa, dirigentes ou não, deve obedecer aos princípios constantes no Nº 10, item 1º, alínea "a" e na remuneração do capital, se devem levar em conta os riscos que assume para desempenhar o seu papel criador na economia.
42) O lucro da empresa só é legítimo quando não provem nem de salários ou preços injustos, nem de situações de monopólio ou semi-monopólio, nem da exploração das necessidades dos consumidores em casos de emergência.
43) É contestável a legitimidade dos lucros obtidos por empresas sem dinamismo, que deixaram de ser fator de expansão econômica e que os conseguem mediante limitação da produção, situações de privilégio, ou proteção forçada do Estado, com o desaparecimento do risco inerente à produção.
44) A empresa deve ser uma comunidade de trabalho, em cuja vida tenham ativa participação todos os que nela colaboram; órgãos adequados devem permitir seja ouvida, nos conselhos dirigentes de empresa, a voz dos trabalhadores sem cargos de direção.
45) Apesar de não ser condenável em si mesmo, o regime de trabalho assalariado não constitui a melhor forma de remuneração do trabalhador. Assim a empresa deve caminhar para a transformação dos seus empregados em seus associados.
46) É dever da empresa incentivar a realização de contratos coletivos de trabalho.
47) É dever da empresa fornecer aos seus dirigentes e empregados locais de trabalho seguros, higiênicos e cômodos, em ambiente moralmente sadio.
48) É dever da empresa amparar os seus colaboradores em caso de necessidade, ou quando despedidos.
49) O interesse geral aconselha a integração da empresa em órgãos econômicos, que coordenem e harmonizem a produção e a distribuição das riquezas, para estabelecer o equilíbrio social, em função do bem-comum.
50) A empresa deve conservar uma dimensão humana. A concentração industrial e financeira, característica do atual estágio da evolução econômica, deve ser contrabalançada:
a) pela concessão de ampla autonomia às menores unidades de produção, como as subsidiárias, sucursais, filiais, agências ou departamentos;

b) pelo estímulo à pequena indústria complementar, autônoma e coordenada, principalmente se, nela, o trabalhador participa no exercício direto da ação empresarial;
e) pela defesa das empresas artesanais e das empresas agrícolas familiais.

IV) Os Colaboradores da Empresa

51) Os empregados, trabalhadores ou operários devem ser considerados colaboradores da empresa, qualquer que seja a sua posição na escala hierárquica.
52) O trabalho é o emprego da atividade humana numa obra útil; assegura a vida corporal e o futuro material da pessoa e da sua família.
53) É o trabalho que confere valor à natureza e ao capital.
54) Ao orientar e canalizar as atividades físicas e intelectuais do trabalhador, para um fim útil, o trabalho disciplina e socializa a pessoa, "unindo os homens num serviço comum, a bem das necessidades do povo" (Pio XII).
55) "por proceder imediatamente da pessoa humana, o trabalho tem primazia sobre os bens exteriores, os quais, pela sua própria natureza, devem ser considerados como instrumentos"
(Mater et Magistra).
56) Embora o trabalho seja um meio e não um fim, o trabalhador não pode ser considerado simples meio, ou fator de produção igual aos outros, pois tem a dignidade de pessoa humana.
57) O trabalho concorre para o aprimoramento da vida espiritual, pois cria exigências:
a) de justiça comutativa; perfeita equivalência entre o trabalho fornecido e a remuneração paga;
b) de justiça distributiva: repartição eqüitativa dos ônus e dos benefícios da empresa, entre todos os que nela trabalham, segundo a capacidade, o mérito e as necessidades de cada um;
c) de justiça social: perfeita exação no cumprimento dos deveres tanto de cada um dos colaboradores da empresa, para com ela, quanto dela para com a sociedade.

58) Os contratos de trabalho devem dar segurança aos colaboradores da empresa, mas a aquisição de estabilidade não se deve converter em estimulo indireto à desídia e à negligência.
59) É dever do empregado manter sobre as atividades e os negócios da empresa, dos quais tem conhecimento em razão do emprego.
60) A produtividade do trabalho só aumenta quando exercido em condições psicológicas favoráveis e muito depende de um justo equilíbrio entre o esforço exigido e o repouso permitido.
61) Dar oportunidade a que os colaboradores da empresa desenvolvam o seu senso de criação, de iniciativa e de responsabilidade e aumentar a produtividade do trabalho.
62) A trabalho igual deve corresponder remuneração igual, independentemente do sexo ou idade.
63) À trabalhadora casada deve ser facilitado o cumprimento das suas funções familiais.

V) A Organização Profissional

64) A organização profissional é uma comunidade natural, pois toda a profissão, ofício manual, ou carreira liberal, pela própria natureza das coisas, cria uma comunidade de interesse entre os que as exercem.
65) A missão das associações profissionais ou sindicatos é a defesa do homem no trabalho, isto é, dos seus direitos e interesses ligados ao exercício de uma profissão.
66) O vínculo entre os membros de uma mesma categoria profissional está, de um lado, na produção de bens, ou na prestação de serviços, que são fruto da atividade comum de todos, e, de outro lado, no dever de realizar o bem-comum da respectiva categoria.
67) A alma da organização profissional é a consciência do dever de Estado que impõe, desde logo, o cumprimento das obrigações profissionais.
68) O princípio de união do conjunto das categorias profissionais é o bem-comum da sociedade, para o qual, todas devem tender, mediante a coordenação dos seus esforços.
69) A ordem social reclama organizações profissionais e inter-profissionais nos planos regional, nacional e mesmo internacional.
70) As associações profissionais, ou sindicatos, quer só de empregadores, quer só de empregados, quer mistas, são instrumentos de correção das injustiças e dos conflitos sociais, constituindo elemento estrutural básico, da ordem econômica contemporânea.
71) Entre o Estado - gestor do bem-comum - e os agrupamentos profissionais, devem estabelecer-se justas relações de coordenação, a fim de que, embora empenhados na defesa dos direitos e interesses restritos das respectivas categorias, não deixem estes de cooperar na realização do bem público.
72) Os sindicatos devem ter independência em relação ao Estado, quer na sua constituição e organização, quer na escolha dos seus dirigentes e na sua administração.
73) Desviam-se das suas funções os sindicatos que abusam do seu poder, para exercer coação sobre o Estado, que oprimem os seus associados, que procuram transformar a respectiva categoria profissional em privilégio de alguns, que tentam controlar a administração das empresas, que conduzem a ação sindical em termos de luta de classes, que subordinam a atividade sindical a fins políticos.
74) É direito de empregados e empregadores constituir associações sindicais, quer separadas, quer mistas, devendo tender para estas, que constituem eficiente instrumento para a obtenção tanto do bem-comum da categoria, quanto da paz social.
75) As associações profissionais, os sindicatos, desempenham relevante papel como organização intermediária entre as empresas e as coletividades locais, regionais e nacionais, para tratar de problemas que ultrapassem os meios de ação das empresas privadas.
76) Para corresponder ao seu fim, os sindicatos de empregadores e de empregados não se devem limitar à defesa dos interesses particulares da respectiva categoria profissional, mas colaborar na solução de problemas sociais e econômicos de âmbito mais vasto.

77) A liberdade sindical deve ser respeitada tanto pelos próprios profissionais da categoria, quanto pelos dirigentes de empresa e pelos poderes públicos.
78) Entre os sindicatos de empregadores e os sindicatos de empregados, deve estabelecer-se um diálogo permanente, em prolongamento daquele que se deve travar no interior das empresas, porque só esse contato pessoal direto e franco conduzirá à harmonização de interesses e à paz social.

VI) Fornecedores, Clientes e Consumidores

79) A empresa deve pagar aos seus fornecedores e receber dos seus clientes o justo preço, tal como convencionado, das mercadorias adquiridas e dos serviços prestados.
80) Por questão de equidade, os fornecedores e os clientes habituais, em condições iguais de oferta, devem merecer a preferência da empresa.
81) É dever da empresa amparar, na medida do possível, os seus fornecedores e clientes habituais, quando em dificuldades.

82) Os clientes e os consumidores têm direito de exigir da empresa:
a) exatamente o produto, ou serviço, que ela se propôs a fornecer;
b) um preço justo, que embora levando em conta a situação do mercado, exclua, porém, qualquer elevação resultante de privilégios monopolísticos ou semi-monopolísticos, e de vantagens indevidas;
e) o respeito da qualidade e das demais condições ajustadas.
83) Nenhuma empresa tem direito de anunciar, por qualquer forma, qualidades, vantagens, ou utilidades, que não correspondem exatamente ao produto, ou ao serviço por ela oferecidos.

VII) O Estado

84) O Estado é o organismo político-jurídico incumbido de promover o bem-comum.
85) Tendo por objeto o bem dos homens, na sua forma pública, o primeiro dever do Estado é respeitar a personalidade humana de cada um dos seus membros, defendendo os direitos invioláveis da pessoa e favorecendo o cumprimento dos seus deveres.
86) A autoridade do Estado não é ilimitada; os seus limites são determinados pela sua origem (direito natural e positivo) e pelo seu fim (o bem-comum na ordem temporal).
87) O Estado não tem direito de se substituir em comunidades naturais (família, sindicato) nem aos grupos sociais intermediários; deve, ao invés, favorecer a sua expansão, ampará-los e respeitá-los.
88) É dever do Estado:
- Propiciar trabalho ao maior número;
- Estipular um salário mínimo, que garanta a todo trabalhador o suficiente para a sua manutenção e à da sua família, em nível compatível com a dignidade humana;
- Evitar que se constituam categorias profissionais privilegiadas, quer de empregados, quer de empregadores.
- Manter uma adequada proporção entre salários e preços;

- Tornar os seus bens e serviços acessíveis ao maior número;
- Garantir a todos o acesso aos seguros sociais e à previdência social;
- Promover um justo equilíbrio entre os setores primário, secundário e terciário da economia;
- Evitar o desequilíbrio entre o progresso econômico e o crescimento urbano, de um lado, e a expansão dos serviços públicos essenciais, de outro lado;
- Evitar os desequilíbrios regionais, estimulando o progresso das zonas mais atrasadas, sem, contudo, provocar rivalidades entre elas, estancar ou diminuir o ritmo da expansão das regiões mais adiantadas.

89) É direito do Estado disciplinar o uso da propriedade privada em função do bem-comum.
90) A iniciativa privada, quer individual, quer associada, só pode ser restringida na medida em que o exigir o bem-comum. Restrições, muitas vezes, se impõem, pois, a história recente demonstrou que não se pode esperar de uma total liberdade de iniciativa e do livre jogo da concorrência o advento de um regime econômico bem ordenado.
91) Em função do bem comum, o Estado tem direito de orientar e fiscalizar a atividade das empresas privadas, mas não pode aboli-las, nem cercear a sua liberdade a ponto de assumir lhes o controle ou mesmo de fazer desaparecer a responsabilidade do dirigente de empresa.
92) Embora o bem-comum postule a propriedade privada das empresas, como regra geral, a nacionalização, ou estatização delas é legítima para evitar a usurpação, por interesses privados, de um poder social inerente à função do Estado e para assegurar a existência de um serviço público de natureza monopolística, ou que esteja fora do alcance da empresa privada.
93) O propósito de eliminar a chamada "questão social" não justifica a nacionalização generalizada, pois a empresa nacionalizada está longe de resolver o problema fundamental das relações entre o capital e o trabalho.
94) No exercício da sua função de promotor do bem-comum, o Estado tem direito de intervir na vida social e econômica (dois aspectos de uma mesma realidade), mas essa intervenção tem por limites os direitos da pessoa humana e dos grupos sociais intermediários e só deve ser feita após adequado planejamento democrático.
95) O tabelamento, pelo Estado, só é legítimo quando respeita o preço justo, conciliando os direitos e interesses de produtores e consumidores.
96) Através de medidas fiscais, ou outras, pode e deve o Estado redistribuir os bens de consumo entre os que mais necessitam.
97) É direito do Estado arrecadar, com tributos, o necessário à vida da comunidade. Por esta razão, as leis fiscais justas e justamente aplicadas obrigam em consciência.
98) É dever do Estado limitar o ônus fiscal no que for suportável pelos contribuintes.
99) É dever do Estado administrar correta e honestamente o bem-comum e, em conseqüência é direito do cidadão ou dos grupos sociais intermediários exigir o bom cumprimento desse dever por parte do Estado e de seus agentes.

VIII) A Estrutura Agrária

100) A importância fundamental da agricultura e da pecuária, para a satisfação das necessidades primárias do homem, e:

a) em todo o mundo:

- A diferença entre as condições de vida no campo e na cidade;
- O desnível entre a situação do trabalhador urbano e a do trabalhador rural, entre o setor agrícola, de um lado, o industrial e o dos serviços, do outro;
- A posição de inferioridade a que foi relegada a atividade agrária, bem evidenciada pela disparidade entre o salário médio do trabalhador urbano e o do trabalhador rural, ocasionando a afluência para as cidades e o conseqüente gigantismo urbano, característico da atualidade:

b) no Brasil, com ressalvas apenas quanto à região mais adiantada do país, onde também se concentra o seu parque industrial:

- O agravamento do problema, ante o anômalo desequilíbrio entre o nível de vida nas zonas rurais e o nível de vida nas cidades;
- O anacrônico sistema social, dominante na vida rural, com rígida separação de classes e conseqüente estratificação social;
- O tipo de economia arcaica, pré-capitalista, ausente do mercado, baseado na grande propriedade fundiária e na monocultura explorada de forma extensiva, de baixa produtividade e, portanto, de ínfima rentabilidade, inofensivo às inovações tecnológicas, pouco permeável às trocas monetárias;
- A existência de latifúndios improdutivos, ou mal aproveitados geralmente constituídos pelas terras mais férteis e mais próximas dos centros consumidores, ao lado de minifúndios antieconômicos, insuficientes para a subsistência até mesmo de uma única família;
- A concentração e a má distribuição da propriedade fundiária:
- Regime primitivo das relações de trabalho semelhante ao servo da gleba, injusto, muitas vezes executado por populações flutuantes, semi-nômades, sem garantias nem futuro, por "moradores", "agregados" ou "camaradas" a mercê dos proprietários da terra, por "parceiros", "meeiros", "arrendatários'' ou ''rendeiros', cuja produção não lhes pertence na medida que seria justa:
- As técnicas obsoletas da atividade rural, com inúteis gastos de energia humana, insignificante produtividade e parcos resultados;
- Os métodos predatórios e devastadores da exploração agrícola, que acarretam a rápida exaustão dos solos;
- O padrão de vida infra-humano dos trabalhadores rurais, desnutridos subalimentados, quase sem roupa, sem calçados, alojados em habitações miseráveis, minados pelas 'doenças da pobreza", analfabetos ou quando muito semi-analfabetos, sem qualquer formação técnico-profissional com exíguo rendimento "per capita", cuja modalidade infantil é apavorante e cuja esperança de vida não vai além dos quarenta anos, sem escolas, sem defesa sanitária, sem comunicações, sem transportes, sem energia elétrica;
- OBRIGAM, ao lado da afirmação de princípios de valor permanente, A UMA REFERÊNCIA EXPRESSA À QUESTÃO AGRÁRIA, de conteúdo, na maior parte, transitório, mas que exige uma

ação do Estado, imediata e em profundidade, a fim de pedir para ela uma atenção especial, como solicitou Pio XII em diversas oportunidades e preconizou minuciosamente João XXIII na Mater et Magistra, realçando, ao mesmo tempo, a urgente necessidade de pôr em prática a TRANSFORMAÇÃO DA ESTRUTURA RURAL BRASILEIRA, no caminho já aberto pelo "Estatuto do Trabalhador Rural" e pelo "Estatuto da Terra", tal como recomendou Paulo VI, no discurso pronunciado a 28 de abril de 1964, no colégio Pio-Brasileiro, pois ela é condição prévia para vencer o subdesenvolvimento.

101) A reestruturação da vida rural brasileira deve partir do homem e ter o homem como seu fim principal, visando, antes, a elevação, a valorização, a promoção humana e só depois à questão da terra e do seu aproveitamento econômico.
102) A reforma precisa levar em conta a diversidade das várias regiões culturais e geoeconômicas do país, respeitando as suas peculiaridades e os seus diferentes graus de desenvolvimento, que exigem planejamento adaptado a cada urna delas e aplicação descentralizada.
103) "Na distribuição da carga tributária, sobre as atividades agrícolas, o bem-comum requer que as autoridades governamentais atentem para este fato: na agricultura as rendas se produzem com maior lentidão e estão expostas a maiores riscos, o que dificulta a obtenção dos capitais necessários ao seu desenvolvimento" (Mater et Magistra).
104) "Dada a natureza especial dos produtos agrícolas, importa defender os seus preços pela aplicação dos recursos que a técnica econômica sugere (Mater et Magistra).
105) "Ninguém pode fixar, *a priori*, um esquema único a que se devesse sujeitar a estrutura agrária, dada a variedade dos meios rurais, no interior de cada país, e, ainda mais, nas diversas partes do mundo. Entretanto, os que têm, da dignidade do homem e da família, uma concepção fundada na lei natural, ou, melhor ainda, nos princípios cristãos, preconizarão, sem dúvida, uma forma de exploração agrícola que se organize como verdadeira comunidade humana, sobretudo de tipo infantil, em que as mútuas relações dos seus membros e a própria estrutura da empresa se ajustem às normas da justiça e da doutrina cristã" (Mater et Magistra).

IX- A Comunidade Internacional

106) Tal como a pessoa humana em relação a sociedade, também o Estado possui certos direitos e correlativos deveres fundamentais no seio da comunidade internacional:
- Direito de existir como membro da comunidade internacional e de ter a sua existência e a sua integridade nacional respeitada pelos demais Estados;
- O direito de ser tratado, pelos outros, com justiça e em pé de igualdade com todos;
- O direito de ser admitido na organização da comunidade internacional e de participar nos benefícios da colaboração entre os Estados;
- Direito de manter relações diplomáticas, políticas, sociais, econômicas ou comerciais, com qualquer outro Estado, em situação de igualdade com os demais;

- O direito de traçar, com inteira independência, a sua política interna e exterior, respeitados apenas a lei moral e o bem-comum universal;
- O de obter a assistência da comunidade internacional, para a defesa dos seus direitos, em especial quando vítima de agressão;
- O direito de acesso ao mercado internacional e aos produtos ou serviços, de que necessita para a sua vida e o seu desenvolvimento, em posição de igualdade com todos os demais: - o direito de defender os seus recursos naturais e a sua vida econômica contra qualquer exploração predatória ou injusta;
- O direito a assistência técnica e econômica da comunidade internacional, sempre que delas necessitar.
- O direito de dar asilo às vítimas de injustiça;
- O dever de não fazer concorrência desleal à economia de outros Estados e de não tirar proveito injusto da posição de inferioridade ou da necessidade dos outros;
- O dever de colaboração cultural, técnica e econômica com todos os outros.

107) A soberania e a independência dos estados nada têm de absoluto. Acham a sua medida e os seus limites, primeiro, nas exigências do próprio bem-comum de cada Estado; depois no dever de respeito a direito igual dos outros Estados e na obrigação, que têm todos os membros da sociedade internacional, de promover o bem geral e superior, da comunidade humana.
108) Nem a distância geográfica, nem as diferenças de civilização, de cultura., de raça ou de regime econômico podem quebrar a unidade fundamental da espécie humana, sob a dependência de Deus e a solidariedade natural que daí decorre; assim nenhuma dessas diversidades permite recusar a qualquer povo um acesso adequado aos recursos deste mundo.
109) A unidade fundamental e a solidariedade natural do gênero humano obrigam a que os empresários de todos os países, ao buscar o bem-comum nacional, particularmente na ordem econômica, que lhes toca mais de perto, não se desviem do bem-comum universal, o que lhes nega o direito de reclamar dos seus países, a pretexto de defesa do interesse nacional, uma política econômica, no âmbito internacional, que seja injusta para com qualquer outra nação, pois "assim como nas relações privadas, não podem as pessoas buscar os próprios interesses com prejuízo dos outros, do mesmo modo não pode uma nação, sem cometer grave delito, procurar o próprio desenvolvimento tratando as outras injustamente ou oprimindo-as" (Pacem in Terris).
110) A indispensável subordinação do interesse nacional ao interesse da comunidade internacional só se realizar se cada Estado conseguir superar o conceito anacrônico de soberania e independência absolutas, despojando-se do apetite egoísta e de um mal compreendido orgulho nacional, para se curvar à lei superior e necessária, que ordena as atividades nacionais ao bem-comum da humanidade.
111) "O bem-comum universal levanta hoje problemas de dimensão mundial, que não podem ser enfrentados e resolvidos adequadamente senão por autoridade que disponha de poder, estruturas e meios de idênticas proporções, isto é, de poderes públicos que estejam em condições de agir

eficientemente no plano mundial. É, portanto, a própria ordem moral que exige a instituição de alguma autoridade pública, de jurisdição universal" (Pacem in Terris).

112) "As nações economicamente desenvolvidas ao fornecerem ajuda aos países necessitados, abstenham-se especialmente de se aproveitar da situação para, em seu próprio benefício, influir na política destes últimos e exercer sobre eles planos de domínio" (Mater et Magistra).

113) A assistência econômica de um país a outro não deve ter como objetivo nem a garantia de fornecimento de matérias primas, para a nação que auxilia, nem a expansão ou a criação de mercado para seus produtos, mas as necessidades reais do desenvolvimento do país assistido.

X) A América Latina

114) Dada a semelhança das tradições históricas, das condições sociais, da origem étnica, do estágio econômico e dos problemas gerais dos países latino-americanos, já ligados pela proximidade geográfica e por um fecundo sentimento de fraternidade, devem eles unir-se para defender, em conjunto, no cenário internacional, os seus direitos e interesses comuns, sem, contudo, perder de vista o bem geral da comunidade humana.

115) Sem faltar à solidariedade continental e subordinando-se também ao bem-comum universal, as nações latino-americanas devem praticar um pan-americanismo ativo, multilateral, em que os interesses restritos de um ou alguns países não sejam confundidos com o interesse geral de todo o continente.

116) A integração econômica dos países da América Latina é indispensável para que disponham de melhor estrutura de mercado e possam conjugar esforços na luta contra o subdesenvolvimento. Daí a importância da Associação latino-americana de Livre Comércio (ALALC) e do estabelecimento de uma Zona Livre de Comércio na América Latina, consoante prevê o tratado de Montevidéu e da constituição do Mercado Comum Latino Americano.

117) Em face da organização de blocos políticos e econômicos, formados no Ocidente e no Oriente e diante das forças internas e externas, que ameaçam levar a América Latina aos caminhos da servidão, os dirigentes de empresa latino-americanas devem conjugar esforços, por sobre as fronteiras de cada país, a fim de alcançar, por seus próprios meios, o progresso cultural e econômico desejado por todos, dentro dos princípios da justiça, da fraternidade e da liberdade.

118) Os dirigentes de empresa latino-americanas devem, portanto, contribuir para a coordenação dos recursos materiais e humanos dos seus países, a fim de conseguir uma harmonização da economia de toda a América Latina. Cumpre-lhes, nessa linha, apoiar com a sua presença e a sua colaboração todas as organizações latino-americanas, continentais ou mundiais, já existentes ou que venham a ser criadas com esse objetivo.

119) Há necessidade de batalhar para que se reduzam gradualmente as restrições ao livre intercâmbio dos recursos dos países da América Latina, até chegar à constituição de um verdadeiro mercado comum latino-americano.

120) Nunca se deverá perder de vista o desenvolvimento integral de cada país, dentro da solidariedade latino-americana, para a qual deverão estar sempre alertas os empresários nesta hora de desenvolvimento, solidariedade e unidade mundial.

Aprovado no
II Encontro Nacional das Associações de Dirigentes Cristãos de Empresa do Brasil.
Salvador/BA, maio de1965.

Reeditada
Por ocasião do I Congresso Nacional de ADCE/UNIAPAC Brasil
Gramado/RS, maio de 1979.

Anexo II – Relatório dos auditores da E&Y para a Natura (2017)

Building a better working world

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes do Relatório Anual de Sustentabilidade da Natura Cosméticos S/A, com base nas diretrizes GRI *Standards*, opção de reporte "Abrangente".

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Natura Cosméticos S/A
São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados pela administração da Natura Cosméticos S/A ("Natura") para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre os indicadores contidos no Relatório Anual de Sustentabilidade, com base nas diretrizes do *Global Reporting Initiative Standards* ("GRI"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ("Relatório").

Responsabilidades da administração da Natura

A administração da Natura é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações constantes no Relatório de acordo com critérios, premissas e metodologias GRI (opção de reporte "Abrangente") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações constantes no Relatório, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico do Ibracon (CT) № 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que os indicadores constantes no Relatório, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração e outros profissionais da Natura que foram envolvidos na elaboração das informações constantes do Relatório através da aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre os indicadores do Relatório. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações constantes do Relatório podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes no Relatório de acordo com critérios, premissas e metodologias próprias da Natura. Os procedimentos compreenderam:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do Relatório;

(b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a preparação e compilação do Relatório através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

(c) aplicação de procedimentos analíticos e verificação amostral de determinadas evidências que suportam os dados utilizados para a elaboração do Relatório;

(d) confronto dos dados de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes da estrutura de elaboração dos indicadores da GRI, aplicável na elaboração das informações constantes no Relatório.

Entendemos que as evidências obtidas em nosso trabalho foram suficientes e apropriadas para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações constantes no Relatório. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificados outros assuntos ou eventuais distorções nas informações constantes do Relatório. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações. Adicionalmente, os controles internos da Natura não fizeram parte de nosso escopo de asseguração limitada.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada à natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que os indicadores GRI constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade da Natura, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não tenham sido elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com critérios, premissas e metodologias para elaboração dos indicadores da *Global Reporting Initiative Standards* (opção de reporte "Abrangente").

São Paulo, 10 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S
CRC-2SP015199/O-6

Drayton Teixeira de Melo
CRC-1-SP-236947/O-3